



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado
José de Almeida Cesário
Belarmino Henriques Correia
Júlio da Piedade Nunes Henriques

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.os 79/VI e 80/VI e da proposta de lei n.º 17/VI.

A Câmara aprovou um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de dois deputados do PSD.

Iniciou-se a discussão, na generalidade, das propostas de lei n.os 13/VI — Grandes Opções do Plano para 1992 e 14/VI — Orçamento do Estado para 1992, tendo intervindo, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Finanças (Braga de Macedo) e do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira), os Srs. Deputados Nogueira de Brito (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Manuel Queiró (CDS), André Martins

(Os Verdes), Helena Torres Marques (PS), João Amaral (PCP), João Proença (PS), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Manuel dos Santos, Correia de Campos, João Rui de Almeida, José Magalhães, José Penedos, Martins Goulart, Meneses Ferreira, Rogério Martins, Teresa Santa Clara Gomes e Jaime Gama (PS), Duarte Lima (PSD), Ferro Rodrigues (PS), Rui Carp, Antunes da Silva, Rui Rio, Manuel Castro Almeida e Pacheco Pereira (PSD), Octávio Teixeira (PCP), João Oliveira Martins (PSD), Manuel Sérgio (PSN), Lino de Carvalho (PCP), Vítor Crespo (PSD), Luís Fazenda (Indep.), Luís Sá (PCP) e Manuel Moreira (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Bissaia Barreto.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António José da Mota Veiga.
António Paulo Coelho.
António Santos Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manoel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Elói Franklin Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Cardoso Percira.
Fernando José Costa.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando dos Santos Antunes.
Fernando Gomes Percira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manoel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Guido Orlando Rodrigues.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
João de Oliveira Martins.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.

Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Álvaro Pacheco Percira.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Borregana Meireles.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leal Ferreira Piedade.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Percira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Leonor Belcza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida de Sousa.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Percira Moreira.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Miguel Fernando Relvas.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
Alberto Bernandes Costa.
Alberto de Sousa Martins.
Alberto Manoel Avelino.
Américo Albino Salteiro.
Ana Maria Bettencourt.
António Correia Campos.
António de Almeida Santos.
António Luís Santos Costa.
António Marques Júnior.
António Poppe Lopes Cardoso.
Armando Martins Vara.

Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Barbosa Mota.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel Magalhães.
 José Martins Goulart.
 José Rodrigues dos Penedos.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Viana de Sá
 Miguel Urbano Rodrigues
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissôrô.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vicira Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Luís Emídio Mateus Fazenda.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 17/VI, da iniciativa da Assembleia Regional da Madeira, que altera a Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto (Lei de Bases da Proteção Civil), que baixou à 3.ª Comissão; projectos de lei n.º 79/VI, da iniciativa do Sr. Deputado Agostinho Lopes e outros, do PCP, que assegura a participação dos trabalhadores rurais e dos agricultores na definição da política agrícola, que baixou à 11.ª Comissão, e 80/VI, da iniciativa do Sr. Deputado Álvaro Viegas e outros, do PSD, sobre a elevação de Salir a vila, que baixa à 6.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de Deputados.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer refere-se à substituição dos Srs. Deputados Telmo Moreno, do PSD, por um período não inferior a 30 dias, a partir do dia 4 de Fevereiro, e Correia Afonso, do PSD, pelo período 5 a 19 de Fevereiro, respectivamente, pelos Srs. Deputados António dos Santos Pires Afonso e Dinah Alhandra. Foram analisados os documentos pertinentes e foram observados os preceitos regimentais e legais. Finalmente, a Comissão entendeu proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos iniciar a discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 13/VI — Grandes Opções do Plano para 1992 e a proposta de lei n.º 14/VI — Orçamento do Estado para 1992.

Pausa.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, admitimos perfeitamente que o Sr. Ministro das Finanças, ou o membro do Governo responsável pela abertura do debate, tenha dificuldade em estar presente no Plenário a tempo e horas.

De qualquer modo, pensamos que a Câmara não deve estar reunida à espera que chegue o membro do Governo.

É nesse sentido a minha interpelação: penso que V. Ex.ª poderia suspender a sessão durante alguns minutos e depois reabri-la.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Vamos então interromper a sessão por um minuto. Srs. Deputados, está suspensa a sessão.

Pausa.

Srs. Deputados, o relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre as propostas de lei em debate já foi distribuído pelos grupos parlamentares.

Para a intervenção inicial do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Braga de Macedo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O enquadramento multianual do Orçamento para 1992 — Orçamento a que vão ser chamados a votar — é um dado político nacional e comunitário decisivo.

Quando o Programa do Governo para 1992-1995 pede aos Portugueses poupança e paciência para a convergência, o Estado deve dar o exemplo: não pode gastar em consumos inúteis e tem de tributar com justiça. Por isso, o Orçamento do Estado para 1992 é um orçamento de investimento e harmonização.

Investimento e harmonização dentro dos limites para as despesas sem juros, assumidos pelo Governo para a legislatura. Limites pelo respeito dos quais o Governo se responsabilizou ao apresentar, em 16 de Dezembro passado, um programa de convergência no Conselho de Ministros da Economia e Finanças da Comunidade Europeia.

O Orçamento do Estado concretiza a estratégia gradual de convergência real e nominal através de grandes opções para 1992, ano em que se completa o Mercado Único prometido em 1986. Opções que correspondem à promessa de atingir o pelotão da frente da União Económica e Monetária e que assentam no princípio da não acomodação a eventuais desvios inflacionistas.

Quando se pretende consolidar o desenvolvimento económico, apostando na qualidade de vida, o Governo seria irresponsável se interrompesse o esforço de investimento com infra-estruturas, educação e saúde.

Quando se pretende reduzir a inflação, o Governo seria irresponsável se permitisse o crescimento da massa salarial da função pública para níveis superiores aos 15,5 %. É esta a taxa de crescimento da massa salarial que implica a tabela já publicada. Tabela salarial reflectida no Orçamento que visa evitar a derrapagem da contratação colectiva para valores incompatíveis com o referencial da inflação de 8 % em média anual para 1992. O Estado está a dar o exemplo.

Este referencial, por ser turno, suporta o objectivo da inflação de 4 % em 1995, necessário para poder entrar com sucesso no sistema Monetário Europeu antes do início da segunda fase da União Económica e Monetária, em 1 de Janeiro de 1994.

O Estado não investe só em infra-estruturas, educação e saúde, investimentos de desenvolvimento económico esses cujo carácter marcadamente social se deve salientar. O Estado mantém grande contenção nas despesas correntes, e promove poupanças em todos os ministérios, sem excepções. Além disso, o Governo compromete-se no seu Programa a políticas estruturais e financeiras susceptíveis de garantir a continuação da boa forma da economia, através da promoção de concorrência nos mercados de bens e serviços e de factores de produção.

A concorrência envolve a delimitação realista do serviço público e do seu financiamento, assim como o aproveitamento da função accionista do Estado e a condução cuidadosa das reprivatizações. A redução do peso e intervenção do Estado; o prosseguimento das reformas estruturais empreendidas; a desregulamentação e liberalização generalizada dos mercados e da economia — são estes os objectivos.

Já no ano de 1992 o peso do universo empresarial do Estado passará de 16 % para 11 % do produto interno bruto. Esse um primeiro efeito das reprivatizações.

É sabido que as receitas das privatizações servem para diminuir a dívida pública. Poupa-se assim nos juros sem que isso confira privilégios fiscais aos títulos públicos. Aliás, eliminou-se — antes de prazo — a conta gratuita do Tesouro no Banco de Portugal. A conta de juros para 1992, mais de 1000 milhões de contos, é o espelho dessa aposta na transparência de financiamento público. Configura-se, pois, como outro investimento essencial para beneficiar da União Económica e Monetária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como cobrir as despesas de investimento — já que de investimento se trata — no Mercado Único e na moeda única?

Também af o Governo teve de tomar opções que fossem claras e concludentes. Se o objectivo é reduzir a inflação, fica desde logo excluído o recurso a esse imposto escondido. Imposto escondido e particularmente perverso, pois parece beneficiar, fazendo perder. Por isso, pode chamar-se um imposto de país pobre a singr que é país rico. Por isso, a inflação é uma forma de vender o futuro pela melhor oferta.

Das alternativas disponíveis, não se optou pela via fácil mas improdutiva que constituiria o recurso ao aumento das taxas do imposto progressivo sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas, criado em 1989. Tal opção penalizaria o espírito empreendedor e o esforço produtivo dos Portugueses.

Antes pelo contrário — e apesar do rigor do Orçamento —, incluem-se disposições que estimulam e apoiam o investimento, a poupança e a internacionalização dos agentes económicos.

Mas a exclusão do imposto inflacionista do agravamento dos impostos sobre o rendimento não resulta só de razões técnicas ou de bom comportamento comunitário. Também se insere na garantia de prossseguir o desagravamento fiscal, prestada durante a campanha eleitoral, e constante do Programa do Governo.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não só se excluiu um aumento das taxas do imposto progressivo sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas, mas também se decidiu actualizar os respectivos escalões à taxa de 8 %, o que permite ganhos reais para os contribuintes.

A redistribuição, já implícita no sistema dos impostos progressivos (e ilustrada no relatório do Orçamento que vos foi distribuído), é reforçada pelo pendor social das despesas em educação, saúde e segurança social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para cobrir as despesas, de modo a fomentar a poupança das famílias e a competitividade das empresas, o Governo não podia recorrer nem à inflação nem à tributação do rendimento. Devia tributar o consumo.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ora, os impostos sobre o consumo são anormalmente baixos em Portugal, sobretudo devido ao peso da taxa zero do imposto sobre o valor acrescentado. Por isso, a harmonização da tributação indirecta para mais próximo da média comunitária está expressamente prevista quer no programa eleitoral quer no Programa de Governo.

Essa harmonização foi definida como um instrumento do Mercado Único para todos os Estados membros pelo Conselho de Ministros da Economia e Finanças da Comunidade durante a presidência luxemburguesa.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Malandro!...

Risos do PCP e do PS.

O Orador: — A harmonização fiscal simboliza o grande projecto do Mercado Único, porque implica a abolição das fronteiras e barreiras. Como é sabido, completar o Mercado Único é uma prioridade da presidência portuguesa da Comunidade, iniciada no passado dia 1 de Janeiro.

A harmonização que empreendemos é singularmente apropriada para financiar um esforço extraordinário de investimento. Como não desencoraja as exportações, preserva a competitividade das empresas. Como não desencoraja a poupança, preserva o futuro das famílias. Como aumenta algumas taxas e baixa outras, não contraria as expectativas de moderação salarial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nem por isso introduzir a harmonização em 1992 é tarefa isenta de riscos. Riscos económicos, sociais e políticos.

Caso as alterações das taxas sejam pretexto para igual ajustamento dos preços, caso não funcione o princípio da não acomodação, caso seja ameaçada a paz social, podem as expectativas de moderação salarial ser negativamente afectadas pela repercussão no nível dos preços.

Mesmo funcionando o princípio da não acomodação, a eliminação da taxa zero num ambiente de inflação aparente com incerteza — como se chama tecnicamente — pode gerar comportamentos especulativos. Já se verificam, aliás, exemplos desses comportamentos, tanto mais chocantes quanto é certo terem tido, na semana passada, por objecto um bem essencial por exceléncia: o pão.

Dentro da própria tributação do consumo, os custos sociais da eliminação da taxa zero são compensados pelos ganhos da eficiência administrativa deste sistema, os quais permitem reduzir a taxa normal de 17 % para 16 % e baixar alguns produtos essenciais constantes das listas comunitárias de 8 % para a nova taxa reduzida de 5 %, mínimo aceite no quadro da abolição das fronteiras fiscais a que o Mercado Único obriga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa ainda reafirmar, muito claramente, o facto de um aumento da receita fiscal não se traduzir num aumento da carga fiscal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Olha estes...

O Orador: — Há, na realidade, um aumento de peso relativo das receitas do IVA como consequência natural do alargamento da base de incidência. Porém, só haveria aumento da carga fiscal sobre as famílias se o rendimento real, líquido de todos os impostos, diminuisse, o que manifestamente não é o caso.

Aplausos do PSD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Oh!...

O Orador: — A descida das taxas do IVA para um grande número de produtos, reduz o risco inflacionista da harmonização fiscal comunitária, tanto mais delicado quanto pode pôr em causa a concertação social, que o Governo deseja.

À opção pelo investimento exigido pelo êxito do Mercado Único em 1992 corresponde naturalmente a opção por uma medida de harmonização fiscal que nada justificaria adiar até ao fim do prazo comunitário.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A ligação entre o investimento público, numa conjuntura internacional difícil, e a harmonização fiscal é o objecto desse verdadeiro contrato de colaboração entre o Governo e os contribuintes que o Orçamento para 1992 representa. É preciso cumpri-lo de parte a parte. Se assim for, o nosso progresso económico e social poderá prosseguir em segurança. Haverá mais capitais, mais trabalho e melhores salários.

Aplausos do PSD.

Proceder de outro modo é escolher o ordenado oscilante, os ganhos aparentes, a especulação insegura. Proceder de outro modo é traer a confiança do eleitorado que conta com a colaboração entre o Governo e os contribuintes — reflexo evidente da qualidade que todos almejamos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Já lhe ouvi chamar muitos nomes!

O Orador: — O contrato de colaboração que o Orçamento representa adquire legitimidade e força jurídica com a sua discussão e votação na Assembleia da República.

Mas, o contrato existe politicamente a partir do momento em que o Governo se compromete, perante o eleitorado, a consolidar a democracia de sucesso, passando da recuperação económica à qualidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A verdadeira limitação económica e social é a pobreza. A partir da sua regressão, poderemos avançar.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresentar um orçamento é das mais importantes expressões da presença pública de um governo. Temos a consciência que essa presença pública se manifestará todos os dias pela forma como ele vai ser gerido. E não esquecemos que a gestão também é um compromisso público.

Os resultados previstos para a legislatura necessitam, no entanto, de um cálculo anual de projecto que precisa de ser vigiado no dia a dia da nossa actividade.

Risos do PS.

Este Orçamento é tão-só um passo para o objectivo multianual. É um passo da marcha para a prosperidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — É o chamado orçamento maoísta!

O Orador: — Mas não tenhamos ilusões. Precisamos de trabalhar com maior produtividade para atingir com segurança essa prosperidade.

É neste plano que nos colocamos. É uma posição de princípio: insere-se numa política económica de legislatura; verificada em orçamentos anuais, vigiados no dia a dia na gestão e no debate ponderado das medidas que se tornarem necessárias. Temos de manter o ritmo já atingido, melhorá-lo consoante os sucessos que se forem verificando ou as correcções que se tornarem indispensáveis.

Tudo isto está dentro dos compromissos que tomámos face ao País. Figuram no Programa do Governo, que foi aqui discutido e aprovado, há pouco mais de dois meses, enquanto emanção coerente e responsável do projecto apresentado ao eleitorado, perante o qual nos responsabilizámos.

Reafirmamo-lo nesta primeira execução, minuciosamente calculada. O esforço tem de ser comum, assim como o seu resultado também nos ajudará a todos. Estamos certos que este objectivo é entendido por todos os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem.

O Orador: — Não recusamos a verificação, o debate, a fiscalização, a participação atenta dos cidadãos e de todos os seus responsáveis. Somos todos solidários no País. O sucesso das linhas programáticas aplicadas será o sucesso de todos nós, sem excepção.

Esta orientação está traçada para uma sociedade segura e consciente das suas capacidades. Trata-se de vencer o desafio da Europa, que é o nosso próprio desafio, a nossa aposta colectiva.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Lugares comuns!

O Orador: — Ao falarmos assim, fazemo-lo confiadamente.

Por um lado, sabemos que os Portugueses têm revelado ter ideias claras e distintas sobre o modo como avaliam os responsáveis que escolhem.

Por outro lado, partilhamos do princípio que a política financeira deve ter uma expressão acessível ao cidadão.

Daí deriva: primeiro, a responsabilidade com que participa na concertação social; segundo, a confiança com que investe; terceiro, a determinação com que acumula poupanças e as faz regressar ao mundo do investimento.

Por isso, dizemos que não apresentamos um Orçamento de redoma, imóvel e irremovível. Queremo-lo estudado, vigiado, pensado. Não acreditamos que o povo aceite demagogias ou promessas desencontradas. Temos provado ser um País responsável. Confiamos no povo português. Com tranquilidade o dizemos.

Aplausos do PSD.

O Orçamento do Estado é pois um cálculo seguro, mas acessível à verificação e polarizador da prosperidade conquistada. É um cálculo preparado para manter a confiança nas boas contas, única forma de prever e enfrentar as dificuldades, única forma de conservar a confiança. As boas contas fazem os bons amigos.

Vozes do PS: — Já dizia o mercceiro!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os governos existem para defender a identidade nacional, no plano geral. Afinal, que quer isto dizer? No plano político,

significa acautelar a presença interna e externa, garantir segurança e idoneidade nas relações tanto internas como externas. A isso se chama a defesa do bem comum. Nela tem parte essencial este enunciado do Orçamento. Temos de saber o que temos de dar e conhecer como vamos cobrar os impostos, como vamos gastar, num inventário dinâmico de prioridades e cautelas que se distribuem no Orçamento.

Destas prioridades uma é, no entanto, decisiva: administrar os recursos para avançarmos no sentido da média europeia. Não vale a pena fazermos planos fora dessa prioridade. Se ela se não verificasse, o único caminho que se nos abriria era a nossa marginalização. Não a queremos, nem a merecemos. Aliás, não a toleraríamos.

Aplausos do PSD.

E não seria bom para nós, como não seria para os nossos parceiros comunitários, que o Estado de fronteira atlântica e a sua entrada do mediterrâneo — Portugal — desse a imagem de uma Europa pobre e descuidada.

Felizmente, essa imagem é uma mera sombra do passado. Ultrapassámo-la com vigor, num clima de confiança e estabilidade. Movemo-nos hoje para conseguir melhores metas, mais eficácia e maior justiça. Justiça que exige tanto compensações para os mais desfavorecidos como a responsabilização pessoal que tem sido a chave do sucesso para tantos compatriotas espalhados pelo mundo inteiro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O clima de confiança e serenidade é essencial. Vamos reforçá-lo, mostrando como se cobra e como se gasta o dinheiro que o contribuinte faculta ao Estado e com o qual este se mantém, através dos organismos cuja responsabilidade de gestão lhe pertence.

Estes organismos têm de ser exemplares, quer na gestão dos dinheiros públicos, quer na produtividade que lhe conferem pela eficácia de funcionamento dos próprios serviços, quer na imagem que oferecem aos utentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Estado não pode ser uma máquina fechada. Tem de ser um conjunto de instituições e serviços acessíveis aos cidadãos e orientados para a sua defesa. O Estado deve procurar ser de uma eficácia exemplar. Por isso, não podemos admitir nem o desperdício por parte do Estado, nem a fraude fiscal, vinda de onde vier e praticada seja por quem for.

Aplausos do PSD.

Não podemos proteger diferentes medidas, nem encargos desproporcionados às condições de cada um. O Estado deve existir para garantir e defender essas condições, certo de que tal é possível. Continuaremos a luta pela eficácia, pelo correcto funcionamento dos organismos adequados. Mas não tenhamos dúvidas de que estamos perante uma tarefa de grande exigência que a todos toca.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos ainda uma limitação a vencer — o défice — e um inimigo insidioso e tentador — a inflação. Limitação e inimigo, disse, e importa distinguir.

O défice é uma tarefa para a legislatura. Vencê-lo-emos, mas temos necessidade de poupanças, contas claras, talento administrativo, percepção dos consumos constantemente avaliados e cálculos para escolher o que for mais adequado e em melhores condições.

A inflação, essa, é o inimigo principal. Imposto escondido e injusto, engana a concertação social, levando os parceiros a lutas perversas por ganhos nominais que acabam por se traduzir, a curto prazo, em menor poder de compra.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ajuda o açambarcamento. É uma derrota para todos, embora queira apresentar-se como uma vitória para alguns.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O único que verdadeiramente perde é o mais fraco; e mesmo o que julga ter ganho algo acaba por verificar, mais tarde ou mais cedo, que perdeu muito mais, pela especulação a que deu lugar, pela subida injusta dos preços, pela inquietação pública que contagia a sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este flagelo, que se manifesta também nas elevadas taxas de juro, é o principal constrangimento ao desenvolvimento e modernização da actividade económica. A redução da inflação é um objectivo inadiável.

Aplausos do PSD.

É um imperativo da convergência nominal, sem o qual não é possível a convergência real. Não podemos ceder perante a inflação. Ao cumprir o Orçamento — ao fazermos todo o possível por cumpri-lo —, e ele foi concebido para isso, venceremos esse inimigo primacial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em menos de três meses o XII Governo apresentou o seu Programa e concretizou a sua estratégia multianual de convergência com a Comunidade Europeia. Estratégia de poupança e paciência, a qual, como se disse, repousa no Orçamento, na concertação social e nas políticas estruturais e financeiras.

O êxito do Mercado Único em 1992 — que nos leva à moeda única em 1997 — exige não só rigor orçamental como também moderação na política de rendimentos. Daí o nosso empenho na concertação social. Dado que as negociações estão em curso, não me parece adequado, neste momento, entrar em grandes considerações.

Mas devo repetir que, se formos todos a querer, se houver consenso social acerca da convergência, a desinflação custará muito menos a todos os parceiros sociais, isto é, a todos nós.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A ambição dos objectivos de convergência real e nominal para 1995 não vem substituir a estratégia de ajustamento gradual seguida por Portugal de 1986 a 1991. Não constitui um tratamento de choque. Pelo contrário, é um continuar de caminho. Com os bons resultados à vista, não faria sentido mudar de rumo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A preferência pelas reformas duráveis e sustentáveis é uma pedra de toque do sucesso da democracia portuguesa e da boa forma da economia nacional.

Aplausos do PSD.

É também uma faceta da qualidade que pretendemos introduzir na nossa Administração Pública, e especialmente no relacionamento entre a administração financeira do Estado e o cidadão, entre o fisco e todos nós, contribuintes.

A confiança que o Governo deposita no sucesso desta estratégia resulta da confiança do povo português, tão eloquentemente expressa em 6 de Outubro passado, e tão distintamente aqui representado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como já o fiz na Comissão de Economia e Finanças, apelo aos Srs. Deputados da oposição para que, no debate plenário que se inicia, e sobretudo na votação, não percam de vista o concurso que lhes cabe quanto a uma estratégia de convergência que vai para além da legislatura ...

O Sr. José Penedos (PS): — Sim, sim!

O Orador: — ... e que visa atingir objectivos comuns de interesse nacional.

É fácil supor que a discordância principal é essa. Mas a questão de fundo é outra.

Ao votar este Orçamento, está-se a votar no êxito do Mercado Único e nos benefícios esperados da moeda única a partir de 1997.

Para o Governo, o Orçamento de 1992 é mais do que um pilar da estratégia de convergência que nos levará para além de 1995, é mais do que a expressão anual de um instrumento de política económica global para a legislatura, que visa atingir, com justiça e esforço próprio, os benefícios do Mercado Único e da moeda única.

Para os Srs. Deputados, como para o Governo, o Orçamento de 1992 terá de ser, antes de tudo, uma prova de confiança e da coragem política que lhe está indissociavelmente ligada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que a coragem política do Parlamento deve fazer eco à confiança do eleitorado e dos contribuintes.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do nome dos Srs. Deputados que se inscreveram para pedir esclarecimentos.

O Sr. Secretário (Belarmino Correia): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os seguintes Srs. Deputados: Nogueira de Brito, Octávio Teixeira, Manuel Queiró, André Martins, Helena Torres Marques, João Amaral, João Proença, João Corregedor da Fonseca, Manuel dos Santos, Correia de Campos, João Rui de Almeida, José Magalhães, José Penedos, Martins Goulart, Meneses Ferreira, Rogério Martins e Teresa Santa Clara Gomes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao primeiro Sr. Deputado inscrito, quero lembrar-lhes que o tempo que gastarem com os pedidos de esclarecimento será deduzido ao tempo atribuído globalmente a cada grupo parlamentar, ao PSN e aos Deputados independentes.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não há dúvida, Sr. Ministro das Finanças, que ouvimos, nesta sua intervenção inicial, belas palavras.

Recordo as que proferiu sobre os malefícios do défice, e, piores ainda, os da inflação, para lhe dizer que o acompanhamos inteiramente. Suponho, aliás, que o Sr. Ministro sabe que o acompanhamos inteiramente.

Mas depois, Sr. Ministro, fugiu-lhe a boca para a verdade ...

Risos do PS, do PCP e do CDS.

... e quando V. Ex.^a, após enunciar os malefícios, nos enunciou as formas de os combater, não deixou de referir que se tratava de o fazer por imperativo da convergência nominal. A convergência nominal aparece, assim, como algo que pesa sobre nós, que pesa sobre o País, que nos impõe sacrifícios, pois não temos outra solução.

Realmente, Sr. Ministro, apreciando o Orçamento que aqui nos apresentou, rodeado de belas palavras a traduzirem boas intenções, vemos que o que se quer é dar cumprimento a uma imposição.

Há uma condição primeira que V. Ex.^a não cumpre: o Orçamento do Estado volta a ser um orçamento «despesista», em que cresce a despesa por ponderação no produto. E tudo o resto decorre daqui, Sr. Ministro.

V. Ex.^a está perante parâmetros a que se comprometeu, quer honrá-los, e como não consegue fazer descer a despesa, como não tem um modelo possível para a fazer descer, impõe mais impostos aos Portugueses.

É esta a história simples deste Orçamento do Estado, um orçamento onde tudo cresce, onde tudo sobe. É mais um orçamento de um Estado grande, onde o Estado atinge cada vez um peso maior na economia portuguesa. Esta é ou não a verdade, Sr. Ministro?

Vozes do PSD: — Não é!

O Orador: — O PSD responde em coro que não. É um coro que V. Ex.^a vai ter ao longo desta discussão!

Risos do PS.

Mas esta é ou não a verdade? V. Ex.^a conseguiu, Sr. Ministro, todos os seus intentos em matéria de despesa ou foi obrigado a ficar-se a meio caminho? Tive ou não V. Ex.^a de conformar-se com um Estado cada vez mais avassalador? É esta ou não a verdade?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou os três minutos de que dispunha. Queira terminar.

O Orador: — Responda-me, Sr. Ministro, com a sinceridade que puder ter, responda-me com o coração nas mãos, se este é o seu orçamento ou se, no fundo, V. Ex.^a é um instrumento tecnicamente capaz, tecnicamente

acreditado, com créditos comunitários, para fazer o orçamento do Primeiro-Ministro social-democrata, Prof. Cavaco Silva.

O Sr. João Corregerod da Fonseca (Indep.): — Responda!...

O Orador: — O que é que se passa, Sr. Ministro? Este é o orçamento do Braga de Macedo ou é o orçamento social-democrata de Cavaco Silva? Era a isto que gostava de o ouvir responder.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, se a segunda afirmação for a verdadeira, estamos, afinal, metidos numa espiral de que nunca iremos poder salvar-nos. Este ano relança-se o IVA. E para o ano, o que é que irão relançar? Naturalmente que relançarão o IRS e depois voltarão ao IRC!

Nessa altura estaremos como no tempo do bloco central, pagando um imposto extraordinário para tentar resolver o problema complicado do equilíbrio entre uma despesa que cresce sempre e uma receita que temos de arranjar para lhe fazer face.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, V. Ex.^a afirmou também, uma vez mais, o seu empenhamento na concertação social. Mas que medida tem este empenhamento, Sr. Ministro? Quais são os sinais que a Administração Pública dá para a concertação social? É o sinal dos 8 % da actualização dos salários nominais ou é o sinal dos 16,9 % da actualização da massa salarial? Que sinal quer V. Ex.^a transmitir para a concertação social? Que êxito procura ou quer obter nesta política de rendimentos conseguida através da concertação com estes sinais contraditórios, ainda por cima o último deles construído sobre um sistema remuneratório que V. Ex.^a aceita passivamente e que assenta numa ineficaz reforma dos salários na função pública? Quais os sinais, Sr. Ministro?

Pode também responder-me a isto?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças: Este Orçamento do Estado não é, certamente, um orçamento imposto por razões externas, por condições externas, mas sim um orçamento que resulta da exclusiva opção política do Governo.

A questão que se coloca é a de sabermos o motivo desta opção que, desde logo, contém em si um forte agravamento da carga fiscal que incide sobre os Portugueses, um forte agravamento do esforço fiscal que é exigido aos Portugueses — quando os impostos ultrapassam, em termos de taxa de crescimento, o dobro do que é previsível para o aumento dos rendimentos, há, claramente, o agravamento do esforço fiscal dos contribuintes, o agravamento da carga fiscal —, o que contradiz todas as promessas eleitorais que o Sr. Primeiro-Ministro fez há poucos meses atrás.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Claro!...

O Orador: — Todas essas promessas estão postas em causa com este Orçamento do Estado.

O Sr. Ministro, na sua intervenção, chegou a falar em traições. Não sei se estaria a pensar nesta problemática das promessas eleitorais, face ao Orçamento do Estado apresentado.

Aliás, o Sr. Ministro referiu, a determinada altura da sua intervenção, que somos «um país pobre a fingir de rico». Certamente estaria a criticar o Sr. Primeiro-Ministro, que durante a campanha eleitoral espalhou por todo o País a sua célebre afirmação de que temos uma democracia de sucesso construída por este Governo.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Orador: — Retomando a questão da não imposição — ou da imposição — deste Orçamento — da opção —, pergunto-lhe, Sr. Ministro: porquê a opção do Governo em promover uma harmonização em sede do IVA que só será obrigatória daqui a cinco anos, que só em 1 de Janeiro de 1997 será obrigatória? Por que motivo fazê-la com cinco anos de antecipação, por que razão sobrecarregar os contribuintes em termos de IVA, em termos de impostos indirectos, e não lhes dar qualquer compensação, antes pelo contrário, em termos de rendimentos e de impostos directos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Segunda questão, Sr. Ministro: por que razão pretende o Governo cumprir os critérios de convergência nominal já em 1992 e em 1993, quando pode — e tem um prazo disponível para isso — e deve cumprirlos até ao final de 1996, para poder entrar, de facto, na terceira fase da União Económica e Monetária quando ela se iniciar realmente, em 1 de Janeiro de 1999? Porquê a opção de fazer recuar já, de imediato, todos os custos sobre os Portugueses?

O que o Sr. Ministro referiu — e com isto termino — não é apenas uma questão de política económica, tendo em vista os ciclos eleitorais da presente legislatura, procurando, assim, sobrecarregar os Portugueses nos dois primeiros anos, em que não há eleições, para depois poder aliviar a política económica nos anos de eleição para o Parlamento Europeu e para a próxima legislatura?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Já não há dúvida nenhuma que este é, realmente, o orçamento da despesa. Quero com isto dizer que, a despeito das intervenções que, inevitavelmente, aqui irão fazer os Srs. Deputados do Partido Socialista, este é um orçamento socialista ...

Risos do PSD e do PS.

... um orçamento com mais despesa, com um crescimento incontrolável da despesa. Um aumento de 51,6 % sobre o produto é um record. Apesar de nos anos transactos — e em especial no ano passado —, se ter registado um

regabose nas despesas públicas, por razões que todos conhecem, a despesa aumenta de novo este ano.

Srs. Deputados, que falhanço é para este Primeiro-Ministro, após seis anos à frente do Governo, o *slogan* «menos Estado, melhor Estado». Ele acabou por ser apenas isso mesmo, um *slogan*. Levá-lo à prática exigiria coragem política, não daria, porventura, maiorias absolutas.

Ficámos apenas nas palavras, estamos prisioneiros da espiral de despesa pública já aqui referida.

É claro que podemos hoje confirmar, Sr. Primeiro-Ministro — e não é com alegria que o fazemos —, as previsões do Prof. Freitas do Amaral. Não aconteceu no dia seguinte às eleições, a 7 de Outubro, mas aqui está o aumento dos impostos, aqui está a necessidade de pagar mais para o Estado, aqui está o aumento da carga fiscal.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E as avaliações também.

O Orador: — Não falando já, como me chamam a atenção, da revisão eminentemente do Código de Avaliações, no sentido já denunciado na opinião pública, no sentido socialista de ataque à propriedade que vai registar-se.

Protestos do PSD.

E não protestem, Srs. Deputados do PSD. Nessa altura irão sentir a vossa base sociológica, a vossa base social de apoio — deste governo e a vossa — protestar. Nessa altura terão menos vontade de protestar contra as palavras do CDS.

Pelo «andar da carruagem», para o ano há mais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, completou já os três minutos de que dispunha.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

É por isto que este Orçamento é também o orçamento do necessário debate, do novo modelo da despesa pública.

Vamos ver como se comporta neste debate — e a propósito disso — o Governo e, já agora, como irá comportar-se daqui até ao próximo Orçamento, na necessária construção e posição de um modelo de redução da despesa.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: No relatório geral sobre a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992 afirma-se que ele reflecte a concretização prática dos objectivos consagrados no Programa do Governo.

Esperávamo-nos — e esperava, certamente, o povo português — que ele reflectisse, igualmente, a concretização prática das promessas eleitorais feitas no programa eleitoral do PSD.

Ora, o que verificamos é que o programa eleitoral do PSD prometia uma política de desagravamento fiscal e que no Orçamento do Estado o governo do PSD apresenta uma proposta de agravamento fiscal, um aumento dos impostos directos e indirectos, de 1991 para 1992, da ordem dos 670 milhões de contos. Repito, Sr. Ministro das Finanças, da ordem dos 670 milhões de contos.

Sr. Ministro, é verdade ou não que a qualidade e as condições de vida dos Portugueses vão piorar significativamente neste ano de 1992, com particular destaque para os cidadãos e para as famílias de menores recursos? É verdade ou não que esta situação terá reflexos gravosos no desenvolvimento do País e, designadamente, no atingir de metas — essas sim — de grande necessidade e urgência para nos aproximarmos dos graus de satisfação da Comunidade Europeia?

Vejamos apenas um exemplo, Sr. Ministro.

De acordo com dados do Ministério da Educação, em Portugal, abandonam anualmente a escola, durante o período de escolaridade obrigatória, 150 000 crianças, das quais dois terços têm menos de 9 anos de idade.

Uma das principais causas do abandono da escola e do insucesso escolar tem a ver com os fracos recursos das famílias que, por sua vez, se repercutem em carências elementares das crianças.

Que efeitos terá o agravamento fiscal proposto pelo Governo sobre estas famílias, sobre a taxa de abandono e insucesso escolar, designadamente a incidência do IVA sobre a generalidade dos bens de primeira necessidade.

Sabemos, e é reconhecido, Sr. Ministro das Finanças, que não era obrigatório que Portugal fizesse a chamada harmonização fiscal comunitária já este ano, podendo, antes disso, tomar as medidas correctoras para obviar aquelas situações.

Pergunto, por último, Sr. Ministro das Finanças, que reflexo terá esta opção de política fiscal do Governo na já tão clamorosa chaga social que é o trabalho infantil em Portugal.

Agradecímos a sua resposta, obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membrões do Governo, Srs. Deputados: O Sr. Ministro das Finanças terminou o seu discurso dizendo que é a coragem política do Parlamento que deve fazer eco à confiança do eleitorado e dos contribuintes.

Vozes do PSD: — Mais alto!

A Oradora: — Se o Sr. Ministro das Finanças acredita no que disse, este Orçamento do Estado não vai passar! Porque a coragem do PSD só pode ser coerente com o eleitorado que o elegera, a quem prometeu que não havia aumento de impostos e, como o Sr. Ministro lhes propõe o aumento de impostos, o PSD vai votar contra!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. Ministro das Finanças falou no aumento brutal das receitas fiscais. Eu, pelo contrário, falo no aumento brutal da carga fiscal! E não vale apena o Sr. Ministro dizer que não o faz, porque todos sabemos que aumenta a carga fiscal, mesmo que o PSD diga que não.

Mas também se eu disser que o seu casaco é azul, toda a gente vê que é assim; se o Sr. Ministro disser que é laranja, a bancada do PSD votará que o seu casaco é laranja. É a mesma coisa quando diz que a carga fiscal não aumenta!

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — A bancada é daltónica!

A Oradora: — Então como é que se resolve este problema, tentando deitar arcia nos olhos dos Portugueses! O Sr. Ministro diz que é com a harmonização fiscal, como se isso fosse algo que tivéssemos de fazer por obrigação da CE.

É importante que todos saibam, os Srs. Deputados do PSD em especial, que não há nenhuma directiva que o imponha. Se calhar, a directiva nem sequer virá a ser aprovada, logo, trata-se de uma decisão que cabe exclusivamente ao Sr. Primeiro-Ministro.

A verdade é que o Sr. Ministro das Finanças decidiu fazê-la, dando origem a um aumento brutal de receitas fiscais.

Risos do PSD.

Que vão ser pagas por quem? Fundamentalmente pelas pessoas de mais fracos recursos. Isto porque o IVA, passando de taxa zero para a taxa cinco, atinge, em especial, os produtos alimentares. Ora, é aí que os portugueses de mais fracos recursos gastam o seu rendimento.

A solução fiscal que os propõem é anticonstitucional, porque não é progressiva, antes pelo contrário, é regressiva ...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

A Oradora: — ... e nem sequer é corrigida pelo IRS, pelos impostos sobre os rendimentos.

Pergunto-lhes, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, o Governo está ou não disposto a alterar esta injustiça fiscal, corrigindo o que se passa com o IRS em termos de escalões e de inflação. Vai ou não vai haver justiça fiscal com este Orçamento?

Vozes do PS: — Não vai!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças: Crecio que lhe coube a si — na distribuição de trabalho dentro do Governo — apresentar-se aqui na Assembleia «com o barão ao pescoço» para fazer a defesa deste Orçamento. Crecio que é um velho hábito do Sr. Primeiro-Ministro, o de endossar a outros as tarefas relativas à apresentação das políticas do «caceté» e de reservar para si mesmo a apresentação e defesa das políticas da «cenoura».

Risos.

Só que neste caso, Sr. Primeiro-Ministro, o Orçamento do Estado, tal como está apresentado, não é de nenhum ministro em particular nem de V. Ex.^a Sr. Ministro das Finanças, o Orçamento é do Sr. Primeiro-Ministro ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... e é o Sr. Primeiro-Ministro que responde aqui por esse Orçamento! É o Sr. Prof. Cavaco

Silva, como Primeiro-Ministro e como presidente do PSD, que andou pelo País a prometer que diminuía os impostos, que salvaguardava os salários reais, que punha a habitação como primeira prioridade e que garantia a qualidade de vida. É, pois, tudo isso que neste Orçamento não é respeitado.

O Sr. Primeiro-Ministro traiu as promessas que fez ao eleitorado. É, pois, o Sr. Primeiro-Ministro que tem de responder por isso aqui na Assembleia e perante o País!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Poderá, eventualmente, o Sr. Primeiro-Ministro pensar em construir um novo Dr. Miguel Cadilhe e, talvez, já lhe tenha arranjado um destino, ou até um sucessor, para daqui a uns dois ou três anos.

Creio que, desta vez, é preciso dizer com clareza que foi o Sr. Primeiro-Ministro, por exemplo, na preparação do Orçamento, o responsável por uma das coisas mais escandalosas que já alguma vez se viu na vida política nacional e que é o facto de se ter actuado com má fé, com reserva mental num processo de negociação. Como é isso possível, Sr. Primeiro-Ministro?

Já foi escrito num jornal que um governo decente não actua com má fé. O Sr. Primeiro-Ministro actuou com má fé e com reserva mental, ao manter uma negociação quando já tinha o resultado dessa negociação, os tais 8 % publicados no *Diário da República*.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Isso não pode ser! O Sr. Primeiro-Ministro, com este Orçamento, ataca os interesses e direitos dos trabalhadores e das outras camadas.

Aliás, devo dizer-lhe que a imagem — tem-se falado pouco disso — que o País tem é dada, por exemplo, num artigo que saiu no *Le Monde*, há escassos dias, no qual se fala, com clareza, nas 250 000 pessoas que moram em barracas à porta de Lisboa.

Vozes do PSD: — Que vocês ajudaram a construir ao longo dos anos!

O Orador: — Fala, igualmente, nas 200 000 crianças — é este o número apontado para trabalho infantil — e noutras dramáticas realidades.

Como é que o Sr. Primeiro-Ministro queria que os trabalhadores portugueses — da Administração Pública, central e local — aceitassem uma imposição como essa dos 8 %? Tem que haver uma resposta!

O Sr. Primeiro-Ministro é, pois, o responsável por esta situação, e devo dizer — com muita franqueza — que um Orçamento como este é de rejeitar com frontalidade e clareza, precisamente, porque é inaceitável.

Aplausos do PCP e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Proença.

O Sr. João Proença (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este Orçamento é, claramente, o orçamento das promessas não cumpridas: prometeu-se diminuir a carga fiscal e todos vemos que os impostos aumentam; accionaram-se acordos na concertação

social e este Orçamento mostra que não são cumpridos; prometeu-se aumentar os salários reais dos trabalhadores e desde já nega-se tal direito aos trabalhadores da Administração Pública — para os quais o Sr. Ministro das Finanças, num acto lamentável, publicou uma portaria particularmente grave, pois desrespeita, claramente, a Assembleia da República, aumentando os funcionários públicos sem que o Orçamento estivesse ainda minimamente discutido e aprovado!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Grave, porque viola, claramente, a lei da negociação, uma vez que não estava encerrado o processo negocial, nomeadamente em áreas como a do subsídio de refeição, onde o Governo se tinha comprometido a dar respostas.

Só se pode entender, realmente, que a portaria foi publicada para intimidar os trabalhadores e os seus sindicatos, mas dir-lhe-ia então, Sr. Ministro das Finanças, que esses saberão responder.

Grave, também, porque viola compromissos assumidos pelo Sr. Primeiro-Ministro, pois prometeu aumentar os salários reais dos trabalhadores. Ora, os trabalhadores da Administração Pública com 8 % sabem, claramente, que vão ter uma diminuição do seu poder real de compra, pois todos sabemos que 8 %, como meta de inflação, é claramente irrealista!

O Sr. Jaime Gama (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro referiu que a tabela já publicada implica um aumento da massa salarial em 15,5 %. Também sabe que não é verdade! A tabela já publicada implica um aumento de massa salarial inferior a 8,5 %; o resto da massa salarial é constituído por compromissos que o Governo assumiu antes das eleições, e que dizem respeito, apenas, a alguns grupos profissionais e não à generalidade dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

Dir-lhe-ia, Sr. Ministro das Finanças, que não foram só 8 % para os trabalhadores, foram 8 % também para os pensionistas, e aqui o acto é especialmente grave porque estes não podem perder poder de compra.

Mais uma vez grave, porque na Administração Pública cerca de dois terços das receitas são comparticipações que resultam de descontos feitos aos próprios trabalhadores. O Estado é, pois, o empregador que menos paga para a segurança social, ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... pouco mais de um terço contra dois terços para os restantes trabalhadores.

Há, pois, que rever estas situações e, por isso, pergunto ao Sr. Ministro das Finanças se o Governo vai ou não revogar a iníqua portaria publicada, se vai ou não reabrir o processo negocial com os trabalhadores da Administração Pública.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca. Lembro-lhe que dispõe de apenas dois minutos e meio, no máximo.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças: Desde já devo dizer-lhe que estou totalmente de acordo com uma frase que V. Ex.¹ proferiu, quando disse: «o único que verdadeiramente perde é o mais fraco». É evidente que «os mais fracos» são os portugueses com mais fracos recursos que vão sofrer o ataque brutal do aumento dos impostos.

Dado o pouco tempo que disponho, Sr. Ministro, queria fazer-lhe uma pergunta relacionada com uma série de pedidos de autorização apresentados no Orçamento do Estado — o que é vulgar nos governos do Sr. Prof. Cavaco Silva —, pedidos vagos, genéricos e pouco claros. Há mesmo uma situação que atinge milhares e milhares de famílias: diz respeito aos pedidos de autorização legislativa para rever os critérios de constituição e regime jurídico de excedentes e respectivo estatuto. Que critérios vão ser estes, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro falou em «definir mecanismos selectivos de descongestionamento da função pública». Ora, por descongestionamento só entendo os problemas relacionados com o tráfego! Diga-nos, por favor, que regimes incentivadores vão ser adoptados, como acontece, por exemplo, com os previstos no artigo 6.^º para os militares, que VV. Ex.¹ querem passar à situação de reforma.

Finalmente, quando fala na racionalização dos quadros de pessoal e redução de efectivos de serviços, acenando com 50 % das verbas a recolher para aplicação nesses serviços, gostava de ser esclarecido, com clareza, sobre o tipo de critérios que vai ser definido, que mecanismos pretende o Governo adoptar e quantos milhares de trabalhadores vão ser afectados com os referidos pedidos de autorização legislativa, Sr. Ministro.

Este é um problema grave, que intranquiliza muitas famílias, pelo que gostava de ouvir a resposta clara de V. Ex.¹

O Orador reviu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manoel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças: V. Ex.¹ permitir-me-á que conclua — e tenho alguma autoridade moral para lho dizer — que V. Ex.¹ foi, seguramente, de todos os ministros das Finanças de governos do Sr. Prof. Cavaco Silva, desta vez, o pior. Foi o que pior intervenção fez aqui na apresentação do Orçamento do Estado.

Protestos do PSD.

Não atribuo essa «qualidade», digamos, a uma característica pessoal menos boa de V. Ex.¹ Penso que o problema está exactamente no que o Sr. Deputado João Amaral aqui referiu e que V. Ex.¹, aliás, afirmou na televisão.

É que o Sr. Ministro está aqui a constituir uma espécie de cortina de fumo em relação ao verdadeiro responsável da política orçamental deste governo, que é o Prof. Aníbal Cavaco Silva.

Portanto, penso que não teve sinceridade e autenticidade suficientes para nos produzir um discurso com desenvoltura e solto.

Direi que foi, realmente, uma desilusão, pois falou durante trinta e seis minutos e não disse nada, ou melhor, disse o habitual, contou a habitual anecdota que todos os

portugueses já conhecem: que não vai haver aumento da carga fiscal em 1992.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A este propósito, em nome dos contribuintes, permitia-me sugerir ao Sr. Primeiro-Ministro que castigue V. Ex.¹, que o vire para a parede e o obrigue a repetir 500 vezes: vai aumentar a carga fiscal, vai aumentar a carga fiscal, vai aumentar a carga fiscal!

Risos.

V. Ex.¹ merece-o!

Não acredito que o distinto economista Aníbal Cavaco Silva, que está sentado à sua direita, não tenha ficado gáldio com a interpretação que V. Ex.¹ aqui apresentou relativamente à carga fiscal. Não acredito!

O economista, com certeza, revoltou-se, embora o político, naturalmente, venha a dar-lhe a respectiva cobertura. V. Ex.¹ tem que ser castigado ...

Risos do PS.

...como um menino de escola. Não sugiro que lhe ponham umas orelhas ..., porque isso já não se usa na moderna pedagogia. Mas tem, efectivamente, de repetir 500 vezes, voltado para a parede, que a carga fiscal vai aumentar!

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Sr. Ministro das Finanças, tenho em comum com V. Ex.¹ o facto de ter, entre os meus livros de cabeceira, o *Portugal no Bom Caminho*, do seu partido. É o que tenho de comum com V. Ex.¹

Aplausos do PSD.

Gostaria que V. Ex.¹ me dissesse onde é que aqui, nestas promessas que os senhores fizeram ao eleitorado, está escrita, uma única vez, a palavra harmonização. Onde é que, neste livro, está escrita a palavra harmonização?

Vozes do PSD: — Falta-lhe a página!

O Orador: — V. Ex.¹ tem dito várias vezes, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Plano, que dorme com o Programa do Governo, que anda sempre com ele debaixo do braço. Sendo assim, diga-me então onde é que aqui está escrita a palavra harmonização.

Vozes do PSD: — Falta-lhe a página!

O Orador: — Aliás, se os Portugueses, por virtude do aumento da carga fiscal que V. Ex.¹ lhes impõem para 1992, não puderem comprar os frigoríficos a que o Sr. Prof. Cavaco Silva se referiu na campanha eleitoral, gostaria de saber se é a si que se devem dirigir ou se é ao chefe do Governo, porque foi ele quem prometeu aos Portugueses que todos iam comprar, em 1992, frigoríficos. É bom que fique claro, para aqueles que não o puderem fazer, de quem é essa responsabilidade: se é de V. Ex.¹ ou se é do Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Veja a página 41!

O Orador: — Estou a rescribir-me a este documento!

Vozes do PS: — Há várias edições!

Protestos do PSD.

O Orador: — Sr. Presidente, não vou, obviamente, cair na armadilha de ficar aqui a fazer perguntas, que poderia colocar ao Sr. Ministro, sobre se há realmente um défice de informação.

O seu discurso foi vazio, pelo que se poderiam colocar várias questões — sobre o código de avaliações, sobre a taxa de juro, sobre as relações das importações com o crescimento do PIB, sobre tudo isso que V. Ex.^º não explicou, nem aqui nem na Comissão de Economia, Finanças e Plano, nem explicará durante o debate —, mas isso parece-me, neste momento, menos importante.

O que é importante é que fique claramente referenciado — e isso o Sr. Ministro não pode negar — que V. Ex.^º veio aqui apresentar um Orçamento do Estado que não é da sua responsabilidade, o que, aliás, reconheceu na Radiotelevisão — recorda-se disso? —, ao dizer que a responsabilidade do Orçamento do Estado era do Sr. Primeiro-Ministro. Foi, aliás, o primeiro Ministro das Finanças a ter coragem de dizer que o Orçamento não era da sua responsabilidade — o Orçamento que penaliza o contribuinte português, que penaliza aqueles que têm menos recursos e que é politicamente inaceitável —, mas, sim, que devia ser imputado ao Prof. Cavaco Silva.

Aplausos do PS.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que escrito?

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, contendo apenas uma referência bibliográfica.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Eu também quero fazer interpelações!

Vozes do PS: — Essa figura regimental não existe!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, as interpelações à Mesa destinam-se a actos praticados pela Mesa. Porém, a Mesa tem estado aqui quieta e serena e nada faz que mereça do Sr. Deputado qualquer pergunta.

Risos do PS.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Posso precisar, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Precise melhor o fim para que quer usar da palavra, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — O orador cometeu um lapso!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, no sentido de garantir a boa condução dos trabalhos, na medida em que uma referência errada pesa sobre o debate e pode induzi-lo em erro, o que nos poderia fazer perder

tempo, solicito a palavra a V. Ex.^º para, rapidamente, fazer a referência bibliográfica, sem qualquer comentário.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não vejo figura regimental que comporte o seu pedido de uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Correia de Campos.

O Sr. Correia de Campos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças: Devo confessar-lhe que foi com grande surpresa e satisfação que, há cerca de três ou quatro semanas, eu e centenas de milhares de portugueses deparamos com um anunciozinho publicado na imprensa diária, pago pelo Serviço de Administração do IVA, Ministério das Finanças, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, sobre o Orçamento do Estado para 1992.

Este anúncio rezava que ia haver uma harmonização com as diretrizes da CEE, ou seja, que a taxa normal ia baixar, que ia haver uma redução da taxa do IVA de 8 % para 5 % nos produtos de maior peso nos orçamentos familiares, que a taxa zero tinha sido abolida e que passava para a taxa reduzida de 5 % e que as novas taxas só entrariam em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação do Orçamento do Estado para 1992. Fiquei naturalmente satisfeito, porque se iam cumprir as promessas do Sr. Primeiro-Ministro feitas aquando da campanha eleitoral.

Sucede, porém, que dias depois tive acesso à proposta do Orçamento e verifiquei que, afinal, a harmonização não era obrigatória, que as taxas reduzidas não cobrem, como se diz no seu anúncio, os produtos de maior peso no orçamento familiar, porque exclui os medicamentos, os livros, o pão, os serviços jurídicos e tantas coisas mais que sobem neste Orçamento e que a taxa zero, a tão famosa taxa zero, passava para a taxa «reduzida» de 5 %, o que não é verdade, porque o que houve realmente foi um aumento e não uma redução.

Sr. Ministro, com a preposição «só» sobre a entrada em vigor das novas taxas, os seus serviços deram o toque final nesta verdadeira violação do código de publicidade. Os senhores publicaram publicidade enganosa!

Aplausos do PS.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E a minha pergunta é esta: que mal lhe fiz eu, Sr. Ministro das Finanças, um modesto cidadão eleitor?!

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — E que mal lhe fizeram os milhões de portugueses para serem obrigados a pagar esta sua publicidade enganosa? Que mal lhe fizemos nós?!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças: Entre várias coisas trágico-cómicas que aqui afirmou, V. Ex.^º referiu que «não acreditamos que o povo aceite demagogias». De facto, também não acreditamos que o povo aceite as demagogias deste Governo, principalmente numa área tão importante e sensível para os Portugueses como é a questão da saúde.

V. Ex.^a, no discurso de hoje, tentou fazer crer que para este governo o sector da saúde é uma prioridade e que, inclusivamente, lhe dá especial atenção. Sr. Ministro das Finanças; isto não é verdade e V. Ex.^a sabe-o, tal como sabe que é pura demagogia.

Portugal continua a ser na Europa, com exceção da Grécia, o País onde o sector da saúde tem menos dinheiro atribuído pelo Governo. A relação entre o orçamento do SNS e o PIB continua a ser de 3,4 %, enquanto a média europeia anda nos 6 %, havendo países na Europa que andam, inclusivamente, na ordem dos 11 %.

Sr. Ministro das Finanças, V. Ex.^a sabe certamente que a importância relativa do orçamento do SNS no Orçamento do Estado, despesas correntes, baixou — e chamo a atenção de V. Ex.^a para este dado — de 15,7 %, em 1991, para 12,8 %, em 1992, regredindo, portanto, ao ano de 1987, que foi de 12,9 %.

Sr. Ministro das Finanças e Sr. Primeiro-Ministro, estamos fartos da demagogia deste governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Cá está, o aumento da despesa é socialista!

Vozes do PS: — É relativo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, creio que era compreensível a perturbação e o nervosismo com que a bancada do PSD aguardava este debate. Ao ouvi-lo compreendi o porquê.

Risos.

Protestos do PSD.

O Sr. Deputado Rui Carp tremia como varas verdes, ...

Vozes do PS: — Exacto!

O Orador: — ... perante a perspectiva de ter de defender o novo código de avaliações, perante o olhar severo do Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Deputado Pacheco Pereira pensava num golpe de diversão: «e se a gente atacasse o Presidente da República, para não falarmos do Orçamento? O que é que vocês acham? Achamos bem, vai para a frente!».

Risos.

O Sr. Deputado Duarte Lima pensava em pedir desculpa ao Dr. Vítor Constâncio por causa da cena triste lá em cima, quando ele refutou os dados orçamentais. E por aí adiante ...

Ao ouvi-lo percebeu-se realmente porquê. É que V. Ex.^a terminou fazendo um apelo, que é insólito, ao voto da oposição no Orçamento.

Repare, eu compreenderia, pois a União Económica e Monetária é um imperativo comum, o combate à inflação, a tal Salomé tentadora que V. Ex.^a todas as noites vê e diz «não me tentes!», ...

Risos.

... é perigosa, somos contra ela e também não queremos essa Salomé, essa devassa, mas então como é que seria possível o consenso? Seria possível na base de um determinado Orçamento, que não este. E este Orçamento, Sr. Ministro — e percebo a sua angústia —, esfarelou-se entre aquele dia em que na ECOFIN apresentou o Q2 e hoje — está esfarelado perante a opinião pública, nunca vi, aliás, devo dizer, um Orçamento mais esfarelado.

Esfarelado, desde logo, porque o rigor, que era um mito da prática orçamental cavaquista, ele próprio esfarelou-se — hoje em dia é comum. Toda a gente fez a análise, e viu que as receitas, por exemplo, neste caso, estão infladas e provavelmente as despesas não serão tantas como V. Ex.^a agita.

Portanto, Sr. Deputado Nogueira de Brito, esteja descansado, pois aquilo é em grande parte fogo de vista!...

Risos.

Não se assuste com esse socialismo galopante «à lá cavaque», porque isso não vem aí!

Risos do PS.

Não é isso que vem aí! É outra coisa!

Por outro lado, a questão bizantina de saber se o Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva já se divide em dois, em três ou em quatro — se é Braga de Macedo e Cavaco Silva, se é Braga de Macedo e Dias Nogueira (Dias Nogucira, não!, Dias Loureiro) e vice-versa —...

Risos.

... é secundária.

O problema é que o Orçamento, como foi demonstrado na Comissão de Economia, Finanças e Plano, e foi esse o grande mérito, é simultaneamente inflacionista.

Portanto, V. Ex.^a está a alimentar a tal Salomé, que diz detestar no escuro, durante as noites, enquanto que durante o dia a provoca e incita.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Excita!

Risos.

O Orador: — Em segundo lugar, é um Orçamento tabelador em relação a uma parte dos rendimentos, que, por acaso, são os rendimentos dos trabalhadores, a compressão salarial.

Por outro lado, a compatibilidade desses objectivos, como cenário macroeconómico «palatável», não está demonstrada, pelo que gostaria que a fizesse aqui. Isto é, o Programa de Convergência Q2 parece ter-se esfumado, pois V. Ex.^a diz que haverá menos inflação, haverá mais crescimento, haverá mais investimento, haverá menos importações, mas as doses em que V. Ex.^a imagina isso, no turbilhão da sua imaginação, no Gabinete do Ministério das Finanças, é questionado pela generalidade dos economistas e, desgraçadamente, pela realidade.

Portanto, o Q2, que é a base, o cenário macroeconómico desta fita, deste filme, do seu filme, falhou! O guião, o script está errado, logo o filme é um fiasco, não é uma nuvem, é uma trovoadinha!...

Risos do PS.

O que, evidentemente, terá consequências para todos nós.

Por último, Sr. Ministro, nem uma palavra ouvi da sua boca sobre a baixa da taxa de juro e eu sei que V. Ex.⁸ não sairá daqui sem nos dizer o que é que o Governo pensa sobre as declarações das autoridades monetárias, designadamente o Banco de Portugal, em relação à rigidez e à continuação da política cambial e monetária. Então, quais serão as consequências disso em relação à economia portuguesa?

Ainda uma última pergunta, incidental, e termino imediatamente, Sr. Presidente: quais vão ser as consequências, Sr. Ministro das Finanças, do fim da taxa zero em relação aos livros?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Exacto!

O Orador: — Mediu V. Ex.⁸ as consequências dessa medida, do ponto de vista cultural, uma vez que a harmonização não a implica neste momento e é uma brutalidade em relação à nossa situação?

Aplausos do PS.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — O Deputado José Magalhães, defensor do capital, ainda vai a banqueiro!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Penedos.

O Sr. José Penedos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, a minha pergunta é a de todos os pais que têm filhos em idade militar. Embora entre na intimidade da relação entre os ministros deste governo, queria perguntar ao Sr. Ministro das Finanças se dialogou com o Sr. Ministro da Defesa este conceito de carga fiscal, porque a única chave possível para o debate deste Orçamento é encontrarmos uma escapadela, em termos de população e de território. Isto porque se a carga fiscal não aumenta, se a receita fiscal aumenta, se os Portugueses não pagam mais impostos, estamos a caminho de reconquistar Olivença ou de vingar a batalha de Toro ou estamos a contar com a aplicação deste Orçamento a alguém que não é português.

E é nesta medida que eu gostaria de saber se o conceito de alargamento da base fiscal é um conceito militar, de revisão de fronteiras ou se é apenas a prova provada de que este Orçamento é uma fraude aos eleitores, que o Primeiro-Ministro não assume e que Braga de Macedo tem de assumir por omissão do Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças: Ouvi com total atenção as palavras de introdução à proposta de Orçamento do Estado apresentada por V. Ex.⁸ e devo dizer que V. Ex.⁸ omitiu qualquer referência às Regiões Autónomas, que, como deve ser do seu conhecimento, têm os respectivos orçamentos regionais já aprovados.

Julgo-me no dever de informar V. Ex.⁸ que, em Dezembro passado, presidi a uma delegação representativa dos partidos parlamentares da oposição da Região

Autónoma dos Açores, delegação essa que se dispôs, em negociações ao mais alto nível, a procurar uma plataforma consensual para o orçamento da Região Autónoma.

Nas reuniões havidas, recebemos informações do governo regional — aliás, confirmadas durante o debate parlamentar que se seguiu e se sucedeu à frustrada tentativa de negociação — de que estariam asseguradas dotações orçamentais inscritas na proposta do orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 1992, designadamente a previsão de que o aumento da massa salarial para a função pública seria de 11% e de que haveria garantias dadas pelo Governo da República nessa matéria.

A oposição, nessa altura, já conhecia de alguma forma a intenção deste Governo de não atingir esse limite. A oposição na Região Autónoma dos Açores ouviu os membros do governo regional dizerem que estaria politicamente assegurado um volume de transferências financeiras no valor de 13,78 milhões de contos para o orçamento regional. Agora a proposta de lei do Orçamento do Estado contempla a Região Autónoma dos Açores com menos de cerca de 2 milhões de contos — exactamente 1,8 milhões de contos.

Mas ainda, no tocante à previsão de receitas correspondentes ao IVA, a diminuição das receitas do orçamento regional já aprovado é de 2,4 milhões de contos. Isto é, com o orçamento da Região Autónoma dos Açores, aprovado exclusivamente com a maioria do PSD e com os votos de abstenção dos restantes Deputados, o Estado está em falta para com a Região Autónoma dos Açores em 4,28 milhões de contos.

Assim, desço colocar a V. Ex.⁸ três questões, sendo a primeira a seguinte: como explica V. Ex.⁸ a discrepância entre as dotações orçamentais inscritas no orçamento da Região Autónoma dos Açores e a proposta do Orçamento do Estado agora apresentada por V. Ex.⁸? Por outras palavras, pergunto como explica V. Ex.⁸, sendo o PSD o partido que suporta tanto o governo regional como o Governo da República e tendo sido apregoado na Região Autónoma dos Açores existir perfeito entendimento político e institucional entre as facções nacional e açoriana do PSD, o desentendimento evidente entre o Governo da República e o governo da Região Autónoma dos Açores.

Em segundo lugar, na opinião de V. Ex.⁸, como se resolverá o «buraco» orçamental criado no orçamento da Região Autónoma dos Açores para que se garanta a execução normal do plano e do orçamento da Região?

Em terceiro e último lugar, pergunto: acitará V. Ex.⁸ que, nos trabalhos a realizar em comissão especializada, sejam introduzidas alterações à proposta do Orçamento do Estado com vista à correcção da grave anomalia orçamental que anteriormente caracterizou e que afetará gravosamente o progresso económico e social da Região Autónoma dos Açores?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Meneses Ferreira.

O Sr. Meneses Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças e meu caro amigo: Habituei-me, ao longo destes anos, a admirar-lhe a heterodoxia em coisas da vida que, obviamente, não estão na ordem do dia, a sua ortodoxia nas suas convicções económicas e o rigor com que costumava utilizar conceitos.

Não vou falar das heterodoxias, porque precisamente não estão na ordem do dia, nem da ortodoxia porque também, se calhar, não sou a pessoa mais indicada para comentar o seu keynesianismo envergonhado de hoje, mas, em matéria de rigor de concitos, não posso deixar em claro a referência que fez, sistematicamente, à chamada harmonização comunitária.

Os Portugueses vão sabendo dessas coisas, mas as pessoas que vêm de Bruxelas têm mais responsabilidades do que os outros. E o que é a harmonização comunitária? São os Estados membros que se reúnem à volta de uma mesa, estando, por vezes, dias, meses ou anos até chegarem a um padrão de comportamento. Quando chegam a esse padrão de comportamento, elaboram uma directiva e o facto de essa directiva estar em vigor leva a que as acções dos Estados se aproximem do padrão de comportamento. Isso, sim, é uma harmonização, são acções de harmonização!

Ora, o Sr. Ministro sabe perfeitamente que não há, neste momento, qualquer directiva de harmonização comunitária em matéria fiscal, pelo menos na matéria que é tão apregoada.

Sabe perfeitamente, tão bem como eu, que há, quanto muito, um compromisso político do ano passado e que nesse compromisso, entre outras matérias, se fala da taxa zero e se fala dela para mantê-la. No máximo até ao final de 1996 haverá mais um dos relatórios que a Comissão costuma fazer todos os cinco anos, em que se vai, eventualmente, intervir em matéria de medidas transitórias para que a taxa zero desapareça um dia. O Reino Unido tem taxa zero há quase 20 anos para todos os bens alimentares, para muitas confeções, para as despesas de aquacimento e não vai acabar com ela. Isto quer dizer que Portugal, que ao introduzir o IVA manteve a taxa zero como padrão e até aumentou algumas das coisas que tinham sido negociadas no Tratado de Adesão, poderia manter, muito para além de 1997, a taxa zero.

A minha pergunta, que é muito simples e feita de modo prosaico, é a seguinte: ou o Sr. Ministro me dá o «numerozinho» da directiva ou então confessa aqui que, tal como na promessa eleitoral de não agravamento fiscal, com este *leit motiv* da harmonização comunitária e a este ritmo, se trata de mais um «barrete» monumental que se está a tentar enfiar ao povo português!...

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Martins.

O Sr. Rogério Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Sr. Ministro das Finanças, na sua intervenção, falou, e muito bem, no desejo que tem de encorajar a poupança das famílias e depois — suponho ter sido esta a sua frase — em «fazer com que haja acumulação das poupanças e fazê-las regressar ao mundo do investimento».

De facto, as empresas e todo o aparelho produtivo deste país necessitam que as poupanças das famílias possam ser recicladas para um investimento produtivo e a maneira como isso se passa, numa economia de mercado, é através da Bolsa. Acontece, em todo o caso, que, para espanto de toda a Europa, no dia seguinte às eleições que deram a vitória à mesma força política que detinha o governo anterior e que, portanto, proporcionou uma continuidade,

a Bolsa começou a cair, ainda não acabou de cair e as perspectivas continuam a ser más.

Se V. Ex.^ª pegar no índice de valores da Bolsa de Lisboa, verificará que houve uma queda de mais de 70 pontos e se pegar no índice do Banco Totta, & Açores, calculado recentemente, encontra mais 300 pontos. Ora, as minhas questões são duas: em primeiro lugar, Sr. Ministro, como explica esta queda crescente? Isto significa uma falta de confiança dos ahorreadores em colocar o seu dinheiro à disposição do aparelho produtivo português?

Em segundo lugar, que medidas pensa tomar para corrigir esta tendência nefasta?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^ª Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

A Sr.^ª Teresa Santa Clara Gomes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças: Eu sou também uma das portuguesas que, logo pela manhã, ouviu na rádio V. Ex.^ª afirmar que os Portugueses não vão pagar mais impostos e vim para aqui com uma curiosidade acrescida para ver se encontrava, na exposição do Sr. Ministro das Finanças, os argumentos que me permitiriam explicar a outros qual é, afinal, a lógica deste Orçamento.

Devo dizer que saio daqui mais confusa do que nunca, porque mais consciente das muitas contradições que existem no discurso oficial do Governo sobre esta matéria. E a conclusão que tiro é a que o Sr. Ministro resumiu no final do seu discurso, numa das suas frases finais, em que disse «Para o Governo, o Orçamento do Estado de 1992 é mais um pilar da estratégia de convergência que nos levará para além de 1995», dizendo também «que visa atingir, com justiça e esforço próprio, os benefícios do Mercado Único e da moeda única».

Por consequência, um Orçamento que nós pensariamos estar ao serviço da qualidade de vida dos Portugueses, que fosse um acréscimo do bem-estar de todos e uma redução das desigualdades sociais que existem no nosso país, um Orçamento onde nós esperaríamos encontrar uma dimensão social, afinal é, para o Sr. Ministro das Finanças, um Orçamento que tem apenas objectivos técnico-financeiros. V. Ex.^ª quer uma harmonização, quer alcançar metas previstas pelo Mercado Único — e é essa linguagem que utiliza para responder aos legítimos anseios dos Portugueses —, mas, Sr. Ministro, digo-lhe, em meu nome e no de muitos portugueses que o ouviram e que estão a ouvi-lo hoje, que essa linguagem não colhe. Não há orçamento que se deva apresentar unicamente em função de objectivos economicistas. O Sr. Ministro, como governante de Portugal no ano de 1992, tem obrigação de nos apresentar objectivos sociais que não conseguimos descortinar no seu Orçamento.

E dou um exemplo: o Sr. Ministro, quando afirma no seu discurso que «não vai haver um aumento da carga fiscal», apresenta como contrapeso o aumento do peso relativo das receitas do IVA, para concluir que «só haveria aumento da carga fiscal sobre as famílias se o rendimento real líquido de todos os impostos diminuisse, o que, manifestamente, não é o caso».

Manifestamente não é o caso para quem, Sr. Ministro? Para os 10 %, 20 %, 30 % de portugueses que pagam impostos elevados? Para os 30 % de portugueses que vivem ainda em níveis considerados por padrões europeus

níveis de pobreza ou para todos os portugueses que têm ainda o salário mínimo e que não pagam impostos significativos nos escalões de tributação directa, mas que vão ser gravemente atingidos pelo aumento do IVA?

O Sr. Ministro, ao propor-nos esta solução, está a esquecer a grande maioria dos portugueses. Eles não existem no espírito deste Orçamento ou haverá, por trás de tudo isto, uma lógica que nós ainda não conseguimos captar?

Agradecia que o Sr. Ministro me respondesse a esta questão.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro das Finanças, tendo-lhe sido feitos 17 pedidos de esclarecimento e dando-lhe o Regimento três minutos para responder a cada um, V. Ex.^a dispõe de cinquenta e um minutos para o efeito.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostava de começar por agradecer a franqueza com que os interpelantes colocaram as questões e de atribuir ao calor natural do debate político uma ou outra referência mais confusa que perpassou algumas delas.

Não surpreenderá ninguém que eu arrume estas 17 questões em 8 grandes pontos que gostaria de referir para fazer um esclarecimento ...

Vozes do PS: — O Sr. Ministro é um feiticeiro!

O Orador: — ... que se me afigura, a todos os títulos, necessário e que o Governo, de maneira nenhuma, enjeita.

Temos perfeita consciência da necessidade de uma pedagogia tranquila e esclarecida para, dentro das naturais divergências políticas que este Parlamento representa — e muito bem! —, evitar, em todo o caso, dizer que temos objectivos comuns quando afinal não temos, porque o Governo quer o progresso e algumas oposições querem o retrocesso, querem o miserabilismo.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Tenho perfeita consciência de que este esforço de pedagogia poderia e deveria ser feito continuadamente, quer no Plenário quer nas comissões especializadas.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Orador: — Por isso mesmo, o Governo não se poupou a explicar várias vezes, e recorrendo a exemplos simples, vários pontos que voltaram aqui ao debate em Plenário. Está certo, é natural, mas vamos explicar outra vez e não deixaremos de explicar até que todos compreendam!...

Risos e aplausos do PSD.

Não se trata de ilusões, de pretender transformar o Parlamento numa academia, mas os Srs. Deputados têm uma grande responsabilidade porque são os representantes do eleitorado e também dos contribuintes! É, pois, vosso dever esclarecer os eleitores, é vosso dever esclarecer os contribuintes!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Nós sabemos.

O Orador: — Por conseguinte, vamos ajudar e continuar a ajudar ... até obtermos o sucesso e estou convencido de que esse sucesso será atingido antes de 1997 ou 1999, quando houver a moeda única. Estou tranquilo, mas esperava, talvez com algum candor, ...

Risos do PSD.

... atingi-lo um pouco mais cedo. Por isso, vou usar algum tempo daquele que me foi disponibilizado, arrumando as questões à volta de oito grandes pontos.

Protestos do PS.

Penso que a oposição já reparou que na escolha deste «oito» havia algum elemento táctico.

O Sr. José Magalhães (PS): — Esotérico!

O Orador: — É verdade que há uma pedagogia! É verdade, sim senhor!

Protestos do PS.

Há uma pedagogia à volta do número oito!

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Está feito num oito!

O Orador: — É verdade e assumo-a, bem como o Governo, que não perde uma oportunidade de trazê-la até vós.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Quer pôr a «malta» num oito, fazer o País num oito!

O Orador: — Em relação ao primeiro ponto, temos objectivos comuns de interesse nacional que ninguém aqui negou. Efectivamente, é intenção de todos os Deputados que estão nesta Câmara que Portugal tenha sucesso na União Económica e Monetária. É claro que esse facto parece vir muito longe, mas não vem, de maneira nenhuma! Se não fosse o esforço iniciado em 1986 não estávamos agora tão bem colocados como estamos.

O Sr. Luís Geraldes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo não cessa de dizer que ainda não chegámos à qualidade, que estamos agora a começar, mas, efectivamente, há uma grande diferença entre o Portugal de 1992 e o de 1986.

O Sr. José Penedos (PS): — A qualidade é o mar dos sargaços!

O Orador: — No dia-a-dia os Srs. Deputados sentem-no! É óbvio! Todos os portugueses o sentem, cá dentro, lá fora, toda a gente o comprehende!

Eu comprehendo também que, por razões políticas tradicionais, valha a pena vir aqui com chicanas dizer que não, mas, efectivamente, a diferença está à vista!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Contra factos não há argumentos!

O Orador: — Assim, continuamos nesse caminho, no caminho de uma estratégia gradual que foi corporizada num Programa, que é, antes de mais, um dado político nacional.

O Governo obrigou-se muito rapidamente, logo a seguir à aprovação do seu Programa, a concretizá-lo.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Mas agravou os impostos!

O Orador: — Concretizou-o através de um Programa de Convergência que teve, depois, consagração comunitária. E fê-lo perfeitamente tranquilo. Isso foi feito não porque tivesse havido aqui alguma imposição mas, sim, porque o Governo achou que devia fazê-lo. E verdade que antecipou Maastricht e que havia nessa altura quem tivesse ideias diferentes acerca dessa Cimeira, mas não há dúvida de que aquilo que se preparou foi o que, efectivamente, se verificou e, portanto, ficou consagrada uma estratégia gradual de convergência nominal e real, isto para que, precisamente, não se tivesse de escolher entre a diminuição do nível da inflação — para o qual a pedagogia é, de facto, muito importante — e o bem-estar que os Portugueses tão merecidamente tinham atingido nos últimos seis anos.

Havia que prosseguir estes dois objectivos ao mesmo tempo, embora, admito, isto gere sempre confusão nas pessoas ...

Risos do PSD.

Há quem diga que ou é um ou outro objectivo, mas que tem de ser um, porque como a Inglaterra teve recessão quando diminuiu a inflação, então também nós a vamos ter, uma vez que eles são mais políticos. Enfim, há aqui toda uma canga do passado, porventura por falta de orgulho nacional, mas que o Governo comprehende!... Por isso, vai continuar a esclarecer para que todos tenhamos orgulho do que somos e do que viremos a ser — o que ainda é melhor!...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Penedos (PS): — Até agora não vi nada.

O Orador: — O Governo assumiu, com toda a clareza e serenidade, um Programa de Convergência e apresentou um número, que era o total das despesas sem juros para 1992 e para 1993 e 1995, número esse que ninguém contestou. Portugal achou bem e os ministros da Economia e Finanças dos Doze, que incluem os alemães obcecados pela inflação, os franceses recém-convertidos à inflação — e quando digo «recém» quero dizer 10 anos, que já é qualquer coisa que começa a contar! — ...

Risos.

... também acharam, embora tenham qualificado os nossos objectivos de ambiciosos mas realistas. Ora, este posicionamento foi assumido pelo Governo sem que alguém o criticasse!

É essa a despesa à qual nos comprometemos, que foi aceite e defendida pelo Banco de Portugal, e que, segundo consta, é o dado político decisivo desta legislatura

e a base do Orçamento para 1992. Daí que quando se pergunta de quem é a política económica, nós só podemos dizer que é do Governo, pois se foi ele que assumiu este limite das despesas sem juros não podia agora dizer que este limite é daquele senhor ou daquele outro. Isso não fazia sentido! Mas, é claro, gera-se aqui uma confusão!

Gostava ainda de referir, relacionado com esse aspecto, que não há problema. Os textos foram distribuídos gratuitamente ...

Risos.

... a todos os Srs. Deputados — quer o relativo ao Q2, quer uma edição do Orçamento e do seu Relatório — que farei distribuir antes do fim do mês e ... sem IVA!

Risos e aplausos do PSD.

Nós queremos antecipar, mas o Orçamento ainda não está em vigor.

Este era o primeiro ponto a que queria fazer referência — política económica global do Governo —, como não podia deixar de ser.

O segundo ponto, ou seja, o peso do Estado, é outro tema que gera também enormes confusões à direita e à esquerda, embora essas confusões choquem entre si, num movimento que, não sendo bonito, não deixa de ser espetacular, porque ...

Risos do PSD.

... há uns que acham que o peso do Estado é grande demais e outros que também dizem que é grande mas que queriam que fosse maior. Há uma certa perplexidade, mas nós vamos esclarecê-la!

O Sr. Jaime Gama (PS): — Até parece o Conselho de Ministros!

O Orador: — O que é o peso do Estado? O peso do Estado mede-se de 1000 maneiras diferentes.

Olhar para as despesas e dividi-las pelo produto interno bruto, ou por outro indicador global da actividade económica, é de uma cruza atroz, sobretudo quando os dados do PIB estão errados, como é o caso de uns quadros que um ilustre predecessor meu anda a mandar para aí, depois de lhe termos dito para ele alterar o valor do PIB, porque senão há um grande salto — ele queria corrigir, mas depois a pressa mediática foi tal que o quadro apareceu e foi distribuído, contendo o referido erro ... Enfim!...

Em relação a este facto resta-nos continuar o esforço de pedagogia desse nosso querido amigo, que fez um trabalho para uma reunião dos antigos ministros das Finanças, o qual foi muito apreciado, embora com as correções aritméticas que se impunham!...

Risos do PSD.

Eu citei aqui uma percentagem, Srs. Deputados. Se virem o universo empresarial do Estado, que também deveria ser incluído nas despesas públicas, pois não devíamos ter um critério de despesas públicas do antigamente, nós temos uma política e um programa de privatizações que, embora seja conduzido com uma grande cautela, como foi dito, o certo é que vai diminuir brutalmente o peso do Estado — isto para além do efeito de sinal que tem e que mostra qual é a filosofia do Governo.

Assim, no que se refere ao segundo ponto, o do peso do Estado, importa, mais uma vez, tentar compreender, tentar ir por trás das percentagens simplistas, porque — e eu sei! — quem descobre percentagens fica fascinado! Eu já as descobri quando era miúdo e é realmente uma coisa maravilhosa, ... mas há mais coisas no mundo, Srs. Deputados!

Risos do PSD.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Igual a isso foi só esquecer as percentagens.

Risos do CDS.

O Orador: — Temos de perceber o que é que está dentro das percentagens, porque senão caímos em erros grosseiros como caíram alguns, de quem não quero citar os nomes, que estão distribuídos nesta direcção e naquela, para aquele lado, ...

Risos do PSD.

... em áreas localizadas, seguramente, mas em todo o caso muito espalhadas.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Está a falar há tanto tempo e ainda não disse nada.

Protestos do PSD.

O Orador: — Continuamos, portanto, a desenvolver o nosso esforço de pedagogia, com a paciência que é necessária e com a convicção de que, por trás das naturais divergências políticas da oposição, haverá a vontade de compreender que nós somos e praticamos a transparência e que estamos prontos a esclarecer sempre, não só durante os próximos minutos, horas e dias, mas durante quatro anos e até para além desse prazo, se for necessário e desejável, como sem dúvida será!...

O Sr. António Costa (PS): — Já agora, soletre para percebermos melhor!

O Sr. José Penedos (PS): — É o discurso vazio!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Bla!, bla!, bla!, bla!, bla!...

O Orador: — O terceiro ponto, dentro dos oito que agreguei, é o da concertação social.

Não quis responder à questão da concertação social nem entrar em grandes considerações porque as negociações estão em curso. É claro que a acreditar em certas afirmações feitas aqui ficava a ideia de que, realmente, estávamos num caso de pré-guerra civil. Enfim, já aqui foi citado o Sr. Ministro da Defesa e só faltou dizer que seria necessário prepararmo-nos com grandes baterias ... Mas não!, não é, efectivamente, o caso!

O Sr. João Amaral (PCP): — Olhe que o Ministro da Defesa não tem grandes meios para isso!

O Orador: — A concertação social está a decorrer dentro de uma grande normalidade. No entanto, há uma questão: não podemos assinar um acordo que seja inflacionista. Isso não é possível!

Desde o início o Governo trouxe a função pública para a concertação social dentro da ideia, várias vezes repetida, de que o Estado devia dar o exemplo e, por conseguinte, recusando uma inflação vinda dos salários da função pública.

O Sr. João Amaral (PCP): — Os funcionários públicos são uns «calões»! O Sr. Ministro não gosta nada deles!

O Orador: — Por isso mesmo, para quebrar as expectativas inflacionistas, ...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Pois claro!, quem paga é quem trabalha!

O Orador: — ... começámos por propor uma tabela inclusivamente abaixo do intervalo de inflação de 7 % a 9 %, que constava do Q2. Depois, numa tentativa que, devo dizê-lo com grande sinceridade, Srs. Deputados, me admirou muitíssimo, tivemos ainda a margem de manobra e a coragem política para subir até aos 8 %.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Que fartura!

Risos do PCP.

O Orador: — Subimos até aos 8 % e isso foi discutido, pessoalmente, entre o Ministro e os sindicatos da função pública. O Ministro disse: «Meus senhores, nós estamos abertos a negociações de regime para alguns outros aspectos que não envolvam encargos para o Orçamento, mas as tabelas, essas terminam aqui.» Foi isto que foi dito e foi isto que foi cumprido.

A execução, no âmbito de uma portaria que já está publicada, não constitui, efectivamente, surpresa para ninguém, pois mantivemos a posição que sempre tivemos: a de que o Estado deve dar o exemplo! Os sindicatos não desejaram envolver a função pública na concertação social, embora tenhamos feito a proposta, ela não obteve grande acolhimento.

O Sr. João Amaral (PCP): — Essa não foi uma atitude muito honrada!

O Orador: — Trata-se de dois processos paralelos e avançámos nesta linha com total tranquilidade e com total consciência de que esses 8 % representam ganhos reais para a grande maioria dos funcionários. Estão em estudo, no quadro de um acordo global, ajustamentos pontuais para assegurar que isso assim seja para todos, sem exceção.

Não há dúvida de que a tabela, tal como foi proposta, ...

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Qual «proposta»? Decidida! O Sr. Ministro nada propôs; decidiu, isso sim!

O Orador: — ... inclui esses ganhos e, por isso mesmo, citei o montante da massa salarial de 15,5 %, que é, de facto, extraordinariamente elevado para um País que quer desinflacionar. E ninguém com bom senso, ninguém com um mínimo de honestidade poderá negar este aspecto!

O quarto ponto gera efectivamente alguma confusão nos Srs. Deputados da oposição e, sobretudo, nos Srs. Deputados da Comissão de Economia, Finanças e Plano, o que me choca um bocadinho, porque trata-se de uma

Comissão que, enfim, tem um certo prestígio técnico, teve grandes homens, grandes economistas, alguns predecessores no cargo tão espinhoso de ministro das Finanças, como foi reconhecido, que fizeram, de facto, um trabalho sério e meritório de discussão e fiscalização que nos levou a esperar um pouco mais de sofisticação técnica, ainda que se trate de questões políticas.

Volto a referir pela quarta ou quinta vez — e peço desculpa aos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que estiveram nessas sessões, pelo carácter, digamos, um pouco enfantil, destas repetições, mas, enfim, tem de ser! — ...

Risos do PSD.

... que há dois conceitos de carga fiscal, mas que ambos se distinguem da receita fiscal. É assim! Vêm nos livros e é algo que tem de ser entendido. O conceito de carga fiscal, que foi chamado superficial na Comissão de Economia e Finanças ...

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Foi assim chamado por quem?

O Orador: — Pelo Ministro das Finanças.

Continuando e, como vem em todos os tratados, temos ainda a carga fiscal de um imposto específico. Então, temos: o IVA sobre o bem *x* que estava em 17% e passa para 16% — baixa; outro, que estava em 8% passa para 16% — sobe! Essa carga fiscal sobe em certos bens, mas isso é o próprio Código do IVA que o diz.

Risos do PS.

Por conseguinte, é um conceito superficial.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — É superficial, mas é pago!

O Orador: — É interessante para o fiscalista, para o inspector de finanças ...

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Para quem paga, Sr. Ministro!

O Orador: — Aliás, é aí que se tecem as maiores críticas à «taxa zero», que é uma taxa que é uma aberração administrativa completa porque, no fundo, o Estado está a gastar tempo e funcionários a reembolsar e não a arrecadar ... É um absurdo, um absurdo completo! Portanto, nesse conceito da carga fiscal é indiscutível que existem aumentos e diminuições no Orçamento de 1992 — é óbvio! Isso foi dito, penso eu, dezenas de vezes. Mas depois há o conceito de carga fiscal a que os economistas chamam carga fiscal real — e essa carga fiscal, naturalmente, tem de ter em conta não só os impostos pagos por cada classe de contribuintes, todos eles, mas também os impostos que, não sendo objecto de um código, acabam por diminuir o poder de compra. E a inflação é o maior e o mais injusto de entre eles!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Eu disse, com toda a tranquilidade e com a paciência que, espero, venha a ter e a continuar a demonstrar ao longo dos trabalhos que terão de acompanhar este difícil processo de convergência real e

nominal; que desafiava qualquer um dos Srs. Deputados a demonstrar que o rendimento das famílias iria agravar-se em termos reais em 1992 e continuo a fazer esse desafio.

Os Srs. Deputados acusam o Ministro das Finanças de não estar constantemente a tirar números para cima de vós; mas o que é certo é que, até agora, assisti a declarações a que chamei demagógicas — lamento, talvez tenha sido impaciência — e também desencontradas — isso é seguramente verdade! — e não vi qualquer demonstração, nem sequer o início dessa demonstração, de que a carga real das famílias iria diminuir. E há aqui um compromisso político: não vai! Não vai diminuir! Há taxas do IVA que aumentam, há taxas do IVA que diminuem, mas a carga fiscal real vai diminuir!

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Ah! Ah!

Vozes do PS: — Vai?

O Sr. José Penedos (PS): — O PSD não aplaude? Nem eles acreditam!

O Orador: — Isto é aquilo que está no Orçamento. E é este o nosso compromisso.

Tenho a leve impressão — corrijam-me se eu estiver enganado — de que esta explicação ainda não foi suficiente ... Mas havemos de dá-la mais vezes!

Risos e aplausos do PSD.

Não deixaremos de explicar, Srs. Deputados, poder ter a certeza disso!

Protestos do PS, do PCP e do CDS.

Quinto ponto: orçamento de despesa ou orçamento de receita — também aqui há alguma confusão. Orçamento de despesa: dá ideia de que há aqui quem considere que o Governo deveria dizer à Comunidade Europeia — já vi aqui muitos entusiasmos, em tempos, pelo federalismo, etc., mas parece que isso agora desapareceu, pelo menos em certas bancadas ... — que isso dos fundos estruturais não vale a pena; vamos deixar isso, não vamos aproveitar esses fundos. Aproveitá-los para quê? De facto, esses fundos levam a certas despesas! É o que acontece na Grécia, por sinal, onde não podem usar os fundos estruturais porque, ao fazê-lo, entram num nível de despesas que é incomportável com o défice — assim, não podem! É dramático porque a própria Comunidade lhes diz que deveriam estar a gastar mais em escolas, mais em hospitais, mais em estradas, mas não podem fazê-lo porque têm indisciplina nas despesas públicas. E isso, infelizmente, também caracterizava o nosso país há seis ou sete anos atrás.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E era muito fácil, por acaso, citar aqui um grande número de economistas que reconhecem isso e que são insuspeitos. Portanto, o que é que é a imposição comunitária neste caso? Qual é aqui a verdadeira imposição comunitária? É a de aproveitar os fundos! Seria inacreditável não aproveitar os fundos, seria escandaloso não aproveitar os fundos! Então, aproveitam-se os fundos e tem-se um Orçamento em que o investimento público — o que é natural na conjuntura em que vivemos — aumenta significativamente e vai servir de

motor ao investimento privado, que vai seguir com grande dinamismo porque vai haver a queda das taxas de juro (como já foi dito e é aqui repetido). Mas esse investimento é uma necessidade. Então nós fámos agora recusar os fundos da CEE?!

Qual não seria aqui, neste hemiciclo, a gritaria dos Srs. Deputados se não tivéssemos usado os Fundos Estruturais até ao último ECU?! Era uma coisa escandalosa!

Aplausos do PSD.

O Sr. José Penedos (PS): — Ninguém lhe faz essa pergunta! Esse discurso é para o imaginário!

O Orador: — Agora vamos falar da receita. Quanto à receita e quanto à questão da harmonização, e do «quando» a harmonização fiscal comunitária, gostaria de fazer alguns esclarecimentos — lamentavelmente, também não é a primeira vez que o faço, mas faço-o de bom grado e sem qualquer espécie de dificuldade, até porque algumas pessoas neste Hemiciclo têm alguma experiência comunitária e, por conseguinte, apreciarão, sem dúvida, que se explique aqui que, tal como foi dito dezenas de vezes, não há obrigação de se harmonizar este ano em tudo!...

Risos do PSD.

Por acaso havia quanto a jornais e medicamentos. É verdade, havia e estávamos já com um contencioso comunitário nesse ponto, mas quanto aos alimentos não. Isso foi feito porque o Governo considerou que, tendo em conta a política de investimento, o incentivo à poupança e a vontade de defender a competitividade das empresas, era esse o instrumento adequado. Pensamos e fazemos! É claro, não estamos no fim do período de transição — é verdade, embora estejamos para alguns bens, não é o caso de todos. É verdade, claro que é, mas isso foi dito com toda a transparência. Como foi dito e esclarecido, foi uma decisão política — e já agora também Icio a página 41 do programa eleitoral do PSD e Icio porque esta bibliografia poderá não ter sido consultada (aliás, isto foi referido dezenas de vezes também na Comissão de Economia e Finanças). Portanto, com a licença do Sr. Presidente, vou passar a ler.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — É a este que se refere?

O Orador: — Fala-se da Reforma Fiscal de 1989 que foi prometida por todos os governos, desde ainda antes do 25 de Abril, mas só foi realizada em 1989, e diz-se assim: «sistema mais simples e eficiente. Assim se conseguiu defender a competitividade fiscal do País sem, com isso, reduzir as receitas» (isto está em letras gordas). «Há agora que reforçar medidas visando» (letras gordas outra vez) «maior transparência no tratamento fiscal, principalmente das empresas» (acabam as letras gordas) ...

Risos do PSD.

... «E, no contexto comunitário, é necessário» (letras gordas outra vez) «harmonizar regras e níveis de fiscalidade».

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Ninguém vos mandou.

O Orador: — Não, ninguém nos mandou! Não foi a Comunidade Europeia que nos mandou, não!

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Essa versão do programa não foi distribuída. Só se foi em família! Havia uma para os amigos e outra para o eleitorado?!

O Orador: — Eu andei a distribuir isto, no Porto, nas aldeias, nas fábricas! Andei a distribuir isto! Não venham dizer que isto não circulou! No Porto circulou com certeza, e em todos os outros círculos eleitorais! Circulou sim senhor! E foi explicado. Estava aqui! Estava dito! Pois, pois.

Por acaso, o quinto ponto dava «pano para mangas» — podíamos continuar a falar nele, mas o tempo vai avançando e eu não quero maçar os Deputados de uma bancada que já está inteiramente esclarecida com esta pedagogia, que acaba por ser massuda e eu compreendendo isso.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Já estava antes de estar! Antes de o ser, já o era!

Risos.

O Orador: — Sexto ponto: inflação.

Sobre isto há umas referências bíblicas de um Sr. Deputado cuja aproximação às realidades da democracia muito me apraz registar — não posso fazer a mesma apreciação quanto ao humor, que me pareceu um pouco deslocado, mas, com certeza, a falta é minha ...

O que é que se diz no discurso? Uma verdade insosistemível é qualquer coisa que acontece no Brasil e nos países do Leste — que tanta promessa, tanto sol tinham para alguns dos Srs. Deputados não há muito tempo —, nos países dilacerados do Leste da Europa, na ex-União Soviética. E o que é que há nesses países? Uma inflação devastadora! Por isso é que se chamou à inflação um imposto de país pobre que está a singrar que é rico. Nós queremos eliminar esse imposto e isso é essencial para estar no pelotão da frente. E é disso que nós queremos convencer os Srs. Deputados. Nós, aí, estamos todos a lutar pelo mesmo objectivo. É, de facto, um imposto de país pobre que já não cabe no Portugal do Mercado Único e, seguramente, também não no Portugal da mocada única. Não cabe!

Aplausos do PSD.

Também houve aqui um vento de Leste que quis citar a imprensa estrangeira — acho que era um jornal que tinha imensa popularidade nos anos 60, era lido pela intelligentsia socialista de todo o mundo, e que era *Le Monde*.

Risos do PSD.

É um jornal que está completamente desacreditado! É cinzento e é massudo, mas ainda é citado no Parlamento Português.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Espero que esteja ali o correspondente ...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Nós não temos medo do correspondente!

O Orador: — Foi citado aqui e merece-nos o maior dos respeitos aquilo que a imprensa estrangeira diz sobre nós porque, normalmente, se lêssemos a imprensa estrangeira e vissemos o que dizem sobre Portugal ficaríamos um pouco surpreendidos que estivessem a citar uns artigos esquercendo outros. E estou a lembrar-me agora do *Financial Times*, que, nestas coisas económicas, tem alguma reputação.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Eles não sabem ler inglês!

O Orador: — É um jornal cor-de-rosa!

Risos do PSD.

O Sr. José Penedos (PS): — Mas é só no papel!

O Orador: — Compreendo que possa haver alguma dificuldade cromática entre o cinzento e o cor-de-rosa. De qualquer maneira, nós preferimos o laranja — portanto, nesse ponto, não há dificuldade para nós.

O Sr. José Penedos (PS): — O Sr. Ministro está a fazer publicidade!

O Orador: — Chamo a atenção do Sr. Deputado que fez essa intervenção para aquilo que, em particular, o *Financial Times* mas também outros jornais lidos pela comunidade internacional têm dito sobre Portugal. O próprio *Le Monde*, o *Libération* e tantos outros têm dito que, em Portugal, muito já foi feito e muito há a fazer. Isso é verdade! É evidente que muito há a fazer, por isso mesmo estamos aqui; por isso mesmo temos o Orçamento de investimento e de harmonização; por isso mesmo queremos o Mercado Único; por isso mesmo queremos estar no pelotão da frente. Claro que não está tudo feito, mas não precisamos do jornal *Le Monde* nem de outra imprensa estrangeira para nos dizer isto, ...

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — O Sr. Ministro, continuo a dizer que espero que esteja ali presente, na bancada da imprensa, o correspondente do jornal *Le Monde*, porque essa é uma boa notícia!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... com todo o respeito que tenho pela imprensa estrangeira! Aliás, agradeço ao Sr. Deputado por me lembrar as regras de convivência com a imprensa que sempre devem ter-se em conta nestas matérias!

Mas, continuando, ainda me falta responder a mais duas questões: o ponto 7 e o ponto 8 ...

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Ainda não respondeu a nadá!

O Orador: — O ponto 7 tem uma certa importância, pois tem a ver com as taxas de juro, com a Bolsa e com o mercado de capitais.

Em primeiro lugar, mercado de capitais não é o mesmo que Estado. É que não andamos por aí a determinar as taxas de juro, fazendo telefonemas a ameaçar. De facto, não é assim que se procede. Por conseguinte, na medida em que estamos a caminhar para um Mercado Único que já tem uma grande liberdade nos movimentos de capitais, as taxas de juro são determinadas pela crença que existe acerca das intenções do Governo.

Aliás, já foi dito várias vezes que é aí que, de certo modo, reside a indicação da credibilidade da política do Governo, credibilidade esta que nunca está adquirida. Quer dizer, temos de continuar sempre, no dia-a-dia, a vigiar a aplicação deste Orçamento, de maneira a que o Estado não esteja a esmagar o mercado de capitais. Cremos que não será este o caso. Além disso, não é exacta aquela ideia de que as receitas das privatizações deveriam ser exactamente iguais ao défice, embora se tenha dito que era essa a tendência.

Portanto, não há dúvida alguma de que temos de manter-nos muito atentos e estarmos-lo! Certo é que olhamos à nossa volta e vemos que os bancos estão a considerar que as perspectivas para o futuro são incomparavelmente mais risonhas neste momento, relativamente ao que acontecia ainda há bem poucos meses. Foi por isso mesmo que quando se fixou a *prime rate*, há poucos dias, se verificou imediatamente uma pequena «guerra» no sentido decrescente. Curiosa contradição: quando o mercado vem ser consultado, imediatamente a direcção é para baixo. E assim há-de continuar a ser, pelo menos faremos muitos esforços nesse sentido.

O Sr. José Penedos (PS): — Contra o parecer do Primeiro-Ministro!

O Orador: — Estamos mesmo muito atentos às taxas de juro, mas não para dominá-las. Não se trata aqui de fazer sair portarias com as taxas de juros ... Há é que criar a confiança de que as taxas de juros irão baixar, confiança esta que já está a verificar-se. Mas, repito, vamos estar muito atentos e até tomámos medidas para favorecer a poupança, algumas das quais já estão consignadas neste Orçamento e, se tudo correr bem em sede de concertação social, poderão vir a ser aumentadas e alargadas — e isto não é recado para ninguém.

Por último e em oitavo lugar, foi aqui dito que o meu discurso era vazio, que não era solto e que deveria repetir muitas vezes referências a uma carga fiscal que teria aumentado de acordo com uns critérios que — penso eu — só poderão existir em pessoas com um esclarecimento muito pequeno das matérias financeiras.

Ora, para responder a isto, gostaria de utilizar duas intervenções de Srs. Deputados e, de certo modo, pô-las em confronto.

Houve quem dissesse que o Orçamento do Estado para 1992 era socialista e houve quem dissesse que o mesmo tinha muitas promessas não cumpridas. Penso que nesse choque e, simultaneamente, no dizer a mesma coisa é que reside toda a força do Orçamento do Estado para 1992: é que este Orçamento não tem alternativa ...

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Ah!

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Tem, tem!

O Orador: — ... e desafio este Parlamento a encontrar qualquer alternativa para elas.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que cfcito, Sr. Deputado?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, é para defesa da honra da minha bancada.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra por três minutos, Sr. Deputado.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este discurso do Ministro das Finanças marca um ponto de viragem no debate parlamentar, mas não um ponto de viragem positivo. As palmas da bancada do PSD não são o sinal de uma viragem positiva, ...

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... são o sinal de uma sustentação ao facto de, como nós próprios, termos constatado o carácter negativo da intervenção do Ministro das Finanças.

Aplausos do PS.

É porque, na verdade, é a primeira vez que, na Assembleia da República, sob a capa do humor, da piada ligeira, do dichote dirigido ao aplauso militante da sua própria bancada, um Ministro das Finanças disfarça o facto de não só não ter produzido uma intervenção inicial minimamente sustentadora da política orçamental e fiscal do Governo como também de não ter sido capaz de responder minimamente ao leque diversificado das perguntas que foram colocadas pelos Deputados.

Em relação a duas questões essenciais, o Ministro das Finanças foi fraquíssimo, porque não conseguiu explanar por que razão a sua noção mirífica de harmonização fiscal tinha um valor impositivo por parte da Comunidade. Aí rigorosamente nada explicou, tal como também não explicou por que é que não procedia dessa mancira.

Em segundo lugar, o Ministro das Finanças é alguém de quem os cidadãos, os eleitores, os contribuintes, esperam um mínimo de credibilidade lógica, racional e política. Ora, o Ministro das Finanças não conseguiu explicar como é que os contribuintes vão pagar mais impostos, enquanto ele próprio entende que vão pagar menos!... Isto é um verdadeiro absurdo da sua argumentação que desqualifica o Governo perante a Assembleia da República e perante a opinião pública nacional.

Imensas outras questões que foram colocadas, sobre a inflação, sobre o descalabro em que se encontra o mercado de capitais em Portugal, sobre os orçamentos das Regiões Autónomas e outras, não mereceram o menor esclarecimento por parte do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi uma fraca apresentação e uma tristíssima prestação do Governo no Parlamento Português.

Aplausos do PS e do Deputado independente João Corregerdor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jaime Gama, meu querido amigo, não poderia deixar de responder-lhe, mas é evidente que quando eu há pouco disse que iria continuar neste esforço de pedagogia pressupunha que se tivesse em conta que o debate acabou de iniciar-se. A razão pela qual lhe respondo não é apenas para manifestar a minha disponibilidade — que já conhece — em continuar a explicar o que for preciso. Aliás, estou convencido de que o Sr. Deputado Jaime Gama já o comprehendeu e até deve sentir-se mal por ter de dizer o que disse, porque, de facto, ...

Protestos do PS.

Quero responder-lhe apenas por causa da bancada do Partido Social-Democrata.

É que não admito que, em relação aos companheiros com quem estivemos em campanha eleitoral, com quem discutimos diariamente todos estes pontos, técnicos ou políticos, se diga que, agora, estão aqui a dar o seu apoio por razões que não sejam de convencimento íntimo, político, ...

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... de convencimento fundamentado. Além disso, estou certo de que, ao longo desta legislatura, eles serão capazes de exercer a crítica devida ao Governo e é por isso que estou a responder.

Aplausos do PSD.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que cfcito, Sr. Deputado?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, é para defesa da consideração da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra pelo tempo regulamentar, Sr. Deputado.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças: Confesso que é divertida uma sessão com V. Ex.^º no Parlamento. V. Ex.^º faz graça com a discussão do Orçamento e, realmente, não consigo deixar de lhe achar graça!... Isto é, V. Ex.^º tem um grande sentido de humor — a bancada do Governo estava toda a rir-se ..., deve fazer-lhe falta, de vez em quando, uma sessão de risada — e, obviamente, não lhe levo isso a mal!

Simplesmente, Sr. Ministro, o senhor não vem aqui propriamente para fazer-nos rir nem para explicar-nos nada!

Vozes do CDS e do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro vem aqui para nos responder!

Aplausos do CDS e do PS.

E, em matéria de resposta, V. Ex.^º responde muito pouco ou nada. É que, realmente, V. Ex.^º nada tem para nos responder. Isto é, V. Ex.^º chegou armado de algumas

ideias que, porventura, teria — isso é verdade — e não pôde aplicá-las. Então, depois, aplicou uma ideia muito simples: subiu os impostos! E agora diz que não há aumento da carga fiscal, mas não o demonstra. A verdade é que V. Ex.^a desafia os Deputados, mas não o demonstra. É que a demonstração é difícil, é complicada, mete imensas variáveis — como V. Ex.^a já admitiu — e, sobretudo, é um acto de fé de V. Ex.^a a que se contrapõe um acto de desconfiança da nossa parte!

Mas, Sr. Ministro, V. Ex.^a escolheu bem aumentar o imposto. Assim, aconselho-o a fazer uma sugestão ao seu partido, por conta do qual, com fé partidária, andou a distribuir esses tal folhetos por toda a parte. Sugira ao PSD que a próxima festa do PSD no Potal seja dedicada ao beato Santo Ivo de Chartres, que, ainda por cima, tem a vantagem de não se lhe conhecer data certa de nascimento ... E já que o IVA, Sr. Ministro, tem sido realmente a grande panaceia para todos os vossos males — foi-o em 1986 e volta a sê-lo com este relançamento —, sugiro-lhe, Sr. Ministro, que passe a dedicar a festa do PSD a este santo que está no horizonte ...

Risos do CDS e do PS.

É que, no fundo, a verdade é que V. Ex.^a chegou e, com o pretexto da harmonização — V. Ex.^a, uma autoridade em harmonização! —, aumentou os impostos para os portugueses.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro das Finanças, deseja dar explicações?

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, agradeço, mas não quero responder.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, é para defesa da consideração da minha bancada, relativamente a uma afirmação, que considero lesiva da sua dignidade, proferida pelo Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, vou mesmo usar da palavra para defesa da consideração da minha bancada e não para, aproveitando esta figura regimental, fazer um circunlóquio e proferir uma intervenção de fundo, como aconteceu com os Deputados que me precederam.

O Sr. Deputado Jaime Gama diz que as palmas da minha bancada são o sinal de uma viragem que não é positiva.

Tenho de fazer ao Sr. Deputado Jaime Gama duas referências. Eu entendi esta intervenção dele, esta sua necessidade de, a pretexto da defesa da consideração e da honra, vir fazer uma intervenção de fundo para colmatar a deficiência que foi latente, que foi patente — pelo menos nesta fase inicial do debate — da parte dos Deputados da bancada do Partido Socialista ao questionarem o Sr. Ministro das Finanças.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porque elas demonstraram essencialmente uma coisa: é que os Deputados do PS não foram bem preparados para o debate. Tenho muita expectativa em ouvir a seguir a intervenção do Sr. Deputado Ferro Rodrigues, que espero — essa, sim — questione com problemas de fundo a intervenção do Governo e o Orçamento do Estado, já que até agora isso não foi feito.

A falta de rigor foi total, ao ponto da demonstração que acabou de se fazer a um Sr. Deputado que não tinha sequer lido o programa eleitoral do PSD — tinha lido apenas um resumo. E o problema é este: os Deputados do Partido Socialista têm lido muitos resumos e não leem os textos todos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E eu, Sr. Deputado Jaime Gama, termino com uma segunda observação, que só faço porque considero deslegante o seu comentário relativamente à convicção de que os meus Deputados ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Os «meus Deputados» ..., os «meus Ministros» ...

Risos do CDS.

O Orador: — ... puseram na forma convicta como aplaudiram e como se reviram nos argumentos expendidos pelo Sr. Ministro das Finanças.

São os Deputados do meu grupo parlamentar, é verdade, Sr. Deputado Narana Coissoró!

Sr. Deputado Jaime Gama, o que não é um sinal positivo é a sua intervenção e a intervenção dos Deputados do Partido Socialista, porque senão eu tinha de fazer-lhe a contraposição com aquilo que VV. Ex.^a fizeram no último Orçamento do Estado. É que no último Orçamento do Estado VV. Ex.^a levaram a diferença das vossas concepções ao ponto de apresentarem aqui um documento alternativo ao Orçamento do Estado apresentado pelo Governo. Então, por que é que o Sr. Deputado Jaime Gama não faz aquilo que fez o Sr. Deputado António Guterres o ano passado?

Sr. Deputado Jaime Gama, se considera que este Orçamento viola de tal forma os compromissos assumidos pelo PSD e que ele é gravoso para os interesses do País, por que é que em vez de ir um pouco na sequência do que fez a sua bancada (e do que fizeram também outros), que foi dizer alguns dichotes sobre as palavras do Sr. Ministro das Finanças — até parece que aqui só nós, Deputados, é que podemos ter graça e o Governo não —, por que é que, repito, o Partido Socialista não se assumiu como a alternativa que diz ser, como liderança da oposição (como disse aqui na discussão do Programa do Governo), apresentando um orçamento alternativo?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta intervenção acaba de demonstrar como hoje o PSD e o Governo estão em «dia não» ...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Exactamente!

O Orador: — ... e como vindo uma bancada — a da maioria — em socorro da outra — a do Governo — ambas continuam a deslizar negativamente.

É porque o que o Sr. Deputado Duarte Lima veio aqui fazer não foi defender a honra nem a dignidade da sua bancada!... Foi, isso sim, continuar, ou tentar continuar, sem êxito, o caminho do Sr. Ministro das Finanças, que é o de deslocar o debate das questões importantes ...

Vozes do PS: — Claro!

O Orador: — ... e permanentemente lançar temas alternativos do anedotário político para impedir a discussão substantiva das matérias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E a verdade é que, como ficou e ficará demonstrado ...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Isso é um recado para o engenheiro Guterres?

O Orador: — ... a seguir, nas intervenções que vamos produzir e que não são comandadas pela lógica dos interesses da vossa bancada, nem do Governo, mas pela lógica do nosso próprio exercício de responsabilidades políticas nesta Assembleia, ...

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... a verdade, dizia eu, é que nós demonstraremos aquilo que nesta manhã já ficou incisivamente patente, ou seja, que nós lançámos questões substantivas, concretas, positivas, que dizem respeito aos Portugueses e que o Sr. Ministro das Finanças não lhes deu resposta.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Mas, mais grave do que isso, VV. Ex.^{as} estiveram durante toda esta manhã sem levantar uma única questão, sem colocar um único problema, sem fazer uma única intervenção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Levantaram-se, sentaram-se, aplaudiram menos, mais gargalharam ..., mas neste debate, esta manhã, não produziram uma única intervenção que marque o sentido da discussão política nesta Câmara.

Aplausos do PS e do Deputado independente João Corregeror da Fonseca.

O Governo esteve muito fraco! Mas VV. Ex.^{as} ainda estiveram piores e à tarde — peço-vos! — melhorem um pouco!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de suspender a sessão para irmos almoçar, vou fazer-vos um apelo geral relativo aos termos em que é usada a palavra.

É porque os pedidos de esclarecimento não são para se fazerem intervenções, são para formular pedidos de esclarecimento, tal como os pedidos de defesa da honra são para defender a honra ou a consideração e não são para fazer intervenções suplementares.

Portanto, peço a VV. Ex.^{as} que daqui por diante, neste debate, se revertam à letra e ao espírito do Regimento.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Vamos prosseguir com a discussão, na generalidade, das propostas de lei n.^o 13/VI e 14/VI, respectivamente as Grandes Opções do Plano para 1992 e o Orçamento do Estado para 1992.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A proposta de lei n.^o 14/VI — Orçamento do Estado para 1992, que o Governo aqui apresenta, é, à partida, uma proposta derrotada. Derrotada pela opinião pública, derrotada pela comunicação social, derrotada no debate técnico, derrotada no debate político, derrotada pelo Banco de Portugal, derrotada pela oposição, derrotada pelo próprio Governo.

A proposta de lei do Orçamento do Estado deve ser fundamentalmente avaliada em termos políticos, mas deve também ser criticada quanto à estratégia económica em que se insere e quanto às opções sociais que reflecte.

Esta proposta de lei do Orçamento do Estado é o melhor exemplo do estilo deste governo: nunca reconhece a razão dos outros; utiliza expedientes para esconder a realidade; falta aos seus compromissos mais solenes; menospreza a inteligência dos Portugueses; goza com a sua perplexidade; fá-los pagar os seus próprios excessos eleitoralistas. Em nome do rigor e da qualidade, o Governo utiliza o primarismo dos maus argumentos. Em nome da convergência com a Europa mais avançada, o Governo trata os portugueses eleitores e contribuintes como um povo subdesenvolvido.

Com a apresentação da proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992 foram dadas as informações suficientes para se demonstrar que, aquando da discussão da anterior proposta — o Orçamento do Estado para 1991 —, a razão estava com o PS. Mas, na verdade, não basta ter razão, é preciso vencer. E, na realidade, em 6 de Outubro, o PSD voltou a conquistar a maioria absoluta. Com promessas, com muitas promessas. «Continuar a política de desagravamento fiscal, tanto para os indivíduos como para as empresas» era uma das mais importantes promessas. A utilização do verbo continuar devia ter levado o País a desconfiar imediatamente. Na verdade, tendo em conta que em 1987 o peso dos impostos directos e indirectos no PIB não ultrapassava 21,2 % e que em 91 já atingia 25,4 %, a palavra «desagravamento» deve constituir para o Governo exactamente o contrário do seu sentido corrente, ou seja, «aumento de carga».

Mas o que é facto é que, para 92, ao arreio dos seus compromissos de há meia dúzia de meses, os impostos aumentam fortemente e a carga fiscal sobe indiscutivelmente — o peso dos impostos no PIB aumentará mais de 2,5 pontos num só ano, o que, como já afirmámos, representa um duro ataque fiscal. O aumento da carga fiscal pode ser quantificado em cerca de 285 milhões de contos. E bem pode o Sr. Ministro das Finanças insistir em definições, já classificadas como «esotéricas», para a carga fiscal, que os Portugueses não se deixarão iludir. Até porque nenhum economista, nem mesmo os ex-ministros dos governos do Prof. Cavaco Silva, tem alinhado com essa definição esotérica do Sr. Ministro das Finanças. Até porque os Portugueses vão ter vários meses para comprovar este aumento de carga fiscal.

Recordemos o que se passou na pré-campanha eleitoral. O PSD, pela voz dos seus mais importantes dirigentes, não hesitava em prometer grandes melhorias sociais, desagravamento fiscal e, imagine-se, redução do défice público. Estas promessas, obviamente inconciliáveis, eram um dos motivos para que toda a oposição exigisse debates públicos na televisão. Mas, com este órgão de comunicação de tal forma controlado que não lhe restava sequer a autonomia de propor os debates, o Governo, o Primeiro-Ministro, o presidente do PSD recusaram debates. E agora ainda se percebe melhor porquê. Porque não queriam que os Portugueses conhecessem a verdadeira situação do País, não queriam que o eleitorado se apercebesse do aumento de impostos que iriam impor, não queriam que qualquer dúvida assaltasse os espíritos mobilizados pela mistificação de um homem e pela invenção de um sucesso.

O Governo apresentou-se com esta proposta de orçamento afirmando, numa primeira fase, que não existia agravamento mas sim harmonização fiscal e que esta era exigida pela Comunidade Europeia. Assim, tentava fazer passar o brutal aumento de receitas do IVA como o normal resultado da presença de Portugal na Comunidade Europeia e opor absurdamente harmonização e agravamento da carga fiscal.

Perante a denúncia unânime da demagogia utilizada, perante a clarificação feita pela oposição e pela comunicação social, que mostraram que não existe qualquer directiva comunitária aprovada sobre taxas e prazos, o Governo acabou por reconhecer que se tratava de obter receitas adicionais com uma harmonização irrepetível que é uma opção política. Mas será, como diz o Governo, irrepetível? Mas não ficam vários produtos com taxas de 30%? Mas será que o Governo já sabe qual será o consenso final da Comunidade?

A forma como as alterações ao IVA foram apresentadas constitui um verdadeiro hino à desinformação. Um anúncio publicado pelo Ministério das Finanças sob o título «Orçamento do Estado para 1992» e os subtítulos «Imposto sobre o Valor Acrescentado, Harmonização com as Directrizes da CEE», é particularmente esclarecedor da manipulação pouco escrupulosa, como já foi referido. O misto de manipulação, ingenuidade e ameaça contido no aviso final — que, relembrando, diz que «as alterações de taxas não constituem justificação para igual ajustamento dos preços» — é, além de mais, pouco coerente com as afirmações ditas e reditas sobre as virtudes do mercado livre.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, pelos vistos, se atendermos ao recente caso do preço do pão, ainda fora deste quadro do IVA, será bastante mais ameaça do que ingenuidade.

Os impostos directos aumentam 210 milhões de contos em relação às estimativas quanto às cobranças de 1991, que, como o PS sempre disse, estiveram fortemente acima do apresentado há um ano, na proposta de lei de Orçamento do Estado para 1991 (mais 60 milhões de contos) — nestes, deve ser acentuado o grande crescimento do IRS em 1992 —, mais 211 milhões de contos em relação ao Orçamento rectificativo de 1991. E comprovando mais uma vez que há emendas piores que os sonetos, o Governo veio dizer à Comissão de Economia, Finanças e Plano que há 70 milhões de contos de receitas de IRS previstas no Orçamento de 1992 que deveriam ter sido cobrados em 1991. É significativo e é apenas uma parte do investimento eleitoralista feito pelo Governo no ano passado, isto é, 70 milhões de contos adiados na sua cobrança para alcançar votos perante a perplexidade de milhares de portugueses, entre os quais julgo poder afirmar se contam alguns deputados das várias bancadas. Votos, votos, votos, eis o valor fundamental para o PSD, venham eles à custa do que vierem!

Aplausos do PS.

Esta proposta de lei do Orçamento é também exemplar, em sentido negativo, no que respeita à forma como é tratado o poder local. O Governo, incapaz de formular uma concepção global sobre o financiamento das autarquias que leve em conta a futura regionalização, a descentralização efectiva de responsabilidades e meios, procede de forma condenável, não hesitando em atacar o poder autárquico em geral e, sobretudo, o dos grandes municípios urbanos, demonstrando que não hesita em agravar a qualidade de vida de milhões de cidadãos como instrumento principal da sua estratégia para as eleições autárquicas de 1993. É que, em muitos casos, as populações menos informadas poderão acusar os autarcas. Só assim se comprehende que para além da inconcebível suspensão de um artigo fundamental da Lei das Finanças Locais, haja uma redução real das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro para os grandes concelhos urbanos, enquanto a simples incidência do IVA sobre as empreitadas de obras públicas (de 8% para 16%) representará uma sangria notória sobre os orçamentos dessas autarquias. O sector público administrativo ataca os contribuintes, mas nesse sector quem fala mais alto é o Estado, atacando sem contemplações as autarquias locais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já no que respeita às Regiões Autónomas, o vício eleitoralista volta a vir ao de cima em ano de eleições regionais. Enquanto que no relatório do Governo, que acompanha a proposta de Orçamento, aquela, referindo-se à natureza excepcional do ajustamento efectuado no IVA, faz equivaler a solução para o Fundo de Equilíbrio Financeiro à solução para as Regiões Autónomas, o relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano — votado a favor apenas pelo PSD — reintroduz a ambiguidade. Existe assim uma clara duplicidade de linguagens com prejuízo do rigor e da transparência.

Em termos políticos, é ainda importante sublinhar o cheque em branco pedido pelo Governo para legislar em

matéria de descongestionamento da função pública ou, no que respeita ao novo Código de Avaliações, referente à propriedade rústica e urbana. À sombra de um Orçamento já gravoso em si mesmo podem estar a preparar-se novos ataques aos contribuintes portugueses.

Em suma e como conclusão política, pode afirmar-se que o governo do Prof. Cavaco Silva, o governo do PSD, prometeu mas não cumpriu.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A harmonização fiscal é um expediente, um mero pretexto para obter mais receitas para o fisco ao arrepio de todas as promessas eleitorais e não venham com programas que são quase clandestinos, porque aquele que os senhores distribuíram aos milhões por Portugal inteiro não tem uma única vez a palavra harmonização.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Só lêem os números!

O Orador: — O Governo, utilizando processos de duvidosa constitucionalidade, procura fazer passar no Orçamento do Estado um conjunto de autorizações legislativas que prenunciam graves consequências para muitos portugueses. O governo do Prof. Cavaco Silva, o governo que também é do PSD, segue a velha máxima de fazer o mal de uma só vez e o bem a pouco e pouco. Pode ser que desta vez se saiam mal, se saiam mesmo muito mal ... E ainda bem!

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além de acentuar o condenável sentido político desta proposta de lei de Orçamento do Estado, o PS não deixa de sublinhar críticas fundamentadas ao quadro mais vasto de política económica onde esta proposta se inscreve.

E, nesta perspectiva, é importante clarificar. Em primeiro lugar, que para o chamado QUANTUM 2, referência estratégica essencial desta proposta de lei de Orçamento do Estado, a Assembleia da República não foi tida nem achada.

Em segundo lugar, o chamado Q2 apresenta projeções sem credibilidade para 1992 e para o período de 1992 a 1995. É pouco credível que num quadro de políticas macroeconómicas mais restritivas o produto cresça, em 1992, 3 % contra os 2,5 % de 1991; é pouco credível que neste mesmo contexto o crescimento do investimento seja em 1992 tão mais forte que em 1991 (7,5 % contra 3,25 %), sobretudo atendendo à depressão que já atingiu o investimento privado; é pouco credível que haja um efeito «substituição de importações» no crescimento económico tão significativo, em que, apesar do aumento da taxa de crescimento, haja redução do crescimento das importações, tudo isto sem alterações sensíveis na política cambial; é pouco credível, é mesmo incrível, por maior que seja a boa vontade da Comissão das Comunidades em aceitar as declarações de intenção do Governo Português, que no período de 1993-1995 se atinja um crescimento de 4,5 % — quase igual ao que tivemos nos primeiros cinco anos de integração na Comunidade Europeia em condições de enquadramento internacional excepcionais — e ao mesmo tempo se remeta a taxa de inflação para a média europeia.

Em terceiro lugar, há que sublinhar que a fórmula mágica como o Governo pretende atingir objectivos tão

contraditórios tem uma base que nada contém de científica mas que muito incorpora de puro ilusionismo ideológico. Por exemplo, a convicção de que a redução do défice público gera necessariamente desinflação; por exemplo, a convicção de que altas taxas de juro reais conduzirão ao mesmo objectivo; por exemplo, a ideia de que, em contexto de expansão económica, basta a redução da presença do Estado no mercado de dinheiro para alcançar reduções na taxa de juro. É falso! É falso que haja, necessariamente, correlação entre redução do défice público e desinflação. É falso que as altas taxas de juro reais sejam sempre instrumento fundamental para o combate à inflação — em Portugal, pelo contrário, o que se tem verificado é que as elevadas taxas de juro têm constituído elemento importante de um círculo vicioso com a taxa de inflação. É falso, finalmente, que baste uma menor presença do sector público administrativo no mercado monetário para implicar queda das taxas de juro.

Infelizmente, parece mais eficaz a atitude mais prosaica e menos respeitadora das regras de mercado, a pressão pura e simples sobre os bancos, começando pelos públicos, passando pelos quase públicos e pelos quase privados. Pressão que, no entanto, não resolve o problema de fundo, já que as recentes indicações de *prime rates* em vésperas do debate orçamental apenas confirmam o essencial — que as taxas de juro dos empréstimos estão altas, estão muito altas, estão, por erros e omissões do Governo, absurdamente altas!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não temos dúvidas de que é necessário alcançar em alguns anos — até 1995 ou 1996 — uma grande proximidade entre a taxa de inflação em Portugal e a média da CE. Mas temos a convicção de que o passado pouco nos auxilia nessa tarefa.

Na realidade, os dois períodos de desinflação mais importantes dos últimos dez anos — 1985-1987 e 1990-1991 — tiveram na base fenômenos incontroláveis ou políticas insustentáveis. No primeiro caso, tratou-se da queda de preços de matérias-primas internacionais estratégicas que hoje não está no horizonte. No segundo caso, tratou-se da penalização do sector empresarial português sujeito à concorrência internacional, através de uma revalorização real e nominal do escudo que não é sustentável durante muito mais tempo.

Como já foi afirmado por vários economistas, o drama do actual quadro macroeconómico e da actual proposta de lei de Orçamento do Estado é que se tivemos em conta as reacções cautelosas, para não dizer claramente críticas, do Banco de Portugal, contrariamente ao que diz o Sr. Ministro, corre-se o risco de serem acentuadas políticas restritivas nas áreas cambial e monetária com um inerente efeito de estagnação.

E, nesse quadro, não bastam umas Grandes Opções do Plano cheias de intenções piedosas e difundindo música celestial sobre qualidade, desenvolvimento, solidariedade e educação (e tudo o que de melhor existe em abstracto) para conseguir que a realidade se domestique à vontade dos senhores, dos governantes do PSD. É que a realidade está muito longe dos sucessos apregoados ontem ou das convergências anunciadas hoje. A realidade está na estagnação das exportações, nas fracas ou nulas perspectivas de queda da taxa de juro real, na calamitosa situação da Bolsa, nos graves problemas da construção civil ou da habitação, nas ameaças no que respeita à

situação em múltiplas áreas e empresas da agricultura, da indústria e dos serviços. A realidade não é o sucesso. A realidade é o impasse económico. E este é o Orçamento do impasse económico do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A realidade, Srs. Deputados, não muda por decreto ou mistificação. Não será certamente pelo facto de os Srs. Deputados do PSD votarem as Grandes Opções do Plano que o défice democrático no que se refere à discussão séria e atempada do Q2 fica colmatado. Estou ciente de que os Srs. Deputados do PSD nem se convencem a si próprios quanto a isto, embora façam um grande esforço.

Concluindo e resumindo, não venham com histórias sobre a ausência de alternativas a esta proposta de lei de Orçamento. É falso que não existam alternativas ao brutal aumento de impostos que o Governo anuncia e que o PSD se prepara para confirmar. É falso que não existam alternativas ao não cumprimento de compromissos políticos fundamentais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta proposta de lei de Orçamento é, sem dúvida, socialmente injusta. Reforça a falta de equidade, a iniquidade do sistema fiscal. Atendendo ao crescimento dos impostos indirectos e sobretudo do IVA sobre bens essenciais, o sistema fiscal agrava as suas características de regressividade. Esta situação, que corresponde a um agravamento em relação ao passado, resulta em especial dos bens e serviços atingidos pelo aumento do IVA (bens alimentares fundamentais, medicamentos, despesas de habitação) mas também da consideração de uma taxa de inflação de referência de 8% (em que quase ninguém acredita) como base de actualização para escalões, deduções ou abatimentos. Os 8%, se já eram difíceis sem os efeitos dos aumentos do IVA, tornam-se, com estes, praticamente impossíveis, já que, mesmo sendo optimista, pode estimar-se entre 1,5% e 2% o seu impacte na elevação dos preços em 1992.

Por outro lado, outra questão muito grave que esta proposta de Orçamento exprime, é que, embora a despesa pública total atinja valores nunca alcançados — mais de metade da riqueza produzida —, na realidade baixam as expectativas quanto ao papel do Estado na economia. Na verdade, em 1992 os contribuintes vão pagar com impostos os excessos eleitoralistas anteriores. O aumento das despesas públicas em 1992 tem, sobretudo, a ver com compromissos passados, muito determinados pelo calendário eleitoral.

O crescimento da despesa pública nas áreas da educação ou da saúde é, sobretudo, explicado pela continuação da aplicação de um novo sistema retributivo, não estudado nas suas consequências financeiras, na sua equidade, na articulação necessária com aumentos de produtividade e qualificação. Em 1992, os contribuintes pagam o eleitoralismo dos governos do Prof. Cavaco Silva de 1990 e 1991. Em 1992 há um novo imposto que está escondido mas que é o fundamental — o imposto eleitoral.

Aplausos do PS.

Na educação, é importante lembrar que os investimentos previstos pelo PIDDAC não representam mais do que um aumento de 3,25% em relação ao Orçamento inicial de 1991, o que significa uma clara quebra em termos reais. E, entretanto, o pagamento de propinas no ensino superior público é vendido à opinião pública como a grande medida de combate à injustiça social, sem nada se dizer sobre a evolução futura do compromisso do Orçamento do Estado para com as universidades e o sistema educativo em geral.

Na saúde, para aplacar a ira dos profissionais, reprimida durante cinco anos pela coacção, pela severidade orçamental, pelos processos disciplinares, pela ausência de diálogo, o Governo adoptou, nos dois últimos anos, a permissividade, o laxismo, a generosidade dos retroactivos e os orçamentos rectificativos crónicos.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Retroactivos é com o PS!

O Orador: — Mas esgotou-se o modelo!

Das grandiosas promessas eleitorais de Setembro passado (livre escolha de médico, melhoria da qualidade, redução de listas de espera e visitas médicas domiciliárias) vamos ficar com apenas algumas obras, de preferência para darem nas vias. A qualidade, essa ficará pelo caminho, embargada, e as dívidas serão agravadas. E como, apesar da orgia fiscal, o dinheiro público não dá para cobrir todos os erros passados, teremos as taxas moderadoras e os atrasos a fornecedores para essa harmonização do nominal/electoral com o real/imprescindível.

Quanto à segurança social, tomamos nota da recusa do Ministro do Emprego em entregar à Comissão de Economia, Finanças e Plano os dados de execução orçamental de 1991. É uma afrenta ao Parlamento de quem não presta contas sobre a aplicação de verbas correspondentes a mais de 1000 milhões de contos de contribuições. É uma afrenta ao Parlamento, mas é uma vergonha para o Governo. O que é que o Governo quer esconder? Aliás, neste caso, é bom que fique claro que, em 1992, os aumentos previstos para as despesas dos regimes não contributivos, fracamente contributivos e acção social não são cobertos por iguais aumentos de participação do Orçamento do Estado.

Quando à função pública, é importante constatar a forma peculiar de negociação do Governo. À revelia publica uma portaria com aumentos de 8% na tabela salarial e nos rendimentos dos aposentados e permanece impávido como se as condições de negociação não mudassem com a prática de actos unilaterais.

O maior drama desta proposta de lei de Orçamento do Estado é que o enorme aumento de impostos é justificado por um aumento de despesas que não altera expectativas medíocres de todos os agentes económicos e sociais. Gasta-se mais mas a esperança continua a ser pequena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há pouco para reconhecer como positivo nesta proposta, mas queremos reconhecer o que ela tem de positivo e fazêmo-lo com gosto. A disponibilidade para o debate por parte do Governo aumentou, embora, infelizmente, se apoie na continuação da sonegação de informações essenciais. A proposta está mais legível e discutível. Foram assumidos compromissos nas Comissões por membros do Governo que não devem ser menosprezados, mesmo que seja legítima a dúvida sobre a relação que o Governo faz entre compromissos e realidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma questão que é importante salientar é que esta proposta — tal qual a estamos a discutir há três semanas — pode ser alterada pelo Governo de forma significativa, mesmo que não substantiva. É que perante a derrota deste Orçamento na opinião pública, na opinião publicada e no debate político, o Governo vai querer a todo o custo um acordo no Conselho Permanente de Concertação Social, mesmo que tenha implicações orçamentais. Esperemos que, caso ele seja alcançado, nos sejam atempadamente facultados os cálculos sobre as suas consequências em matéria de alteração de receitas, de despesas e de défice público. Nesse contexto, o Governo tentará transformar uma evidente derrota política em vitória social. Nós vamos esperar, com toda a atenção e autonomia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As eleições legislativas que deram a maioria absoluta a este governo realizaram-se há quatro meses. Menos de 20 semanas chegaram para a prática do Governo pôr em causa os seus compromissos e promessas. O papel da oposição é assumir com determinação e frontalidade o vasto protesto protagonizado pelos Portugueses. O Governo dizia, queixava-se, de que não havia oposição. Como estão a ver, há e é fundamentada, frontal, determinada e alternativa.

A nossa alternativa passa pelos seguintes aspectos fundamentais: em termos económicos, uma estratégia mais gradual de diminuição de défice público, compatível com menos carga fiscal, despesas sociais com mais qualidade e o alcance das metas obrigatórias de Maastricht em tempo útil, com etapas exequíveis para a desinflação; uma política de concertação social mais baseada no consenso estratégico e menos no facto consumado; uma política de crédito menos ortodoxamente monetarista; uma política cambial mais realista, sem revalorização nominal do escudo e com mais cuidado com a economia real; um planeamento estratégico global mais sério e eficaz que permita avaliar com mais nitidez a utilização dos dinheiros públicos e dos apoios comunitários; uma política social com autonomia e responsabilidade para os operadores públicos e privados, terminando com servidões de um sector em relação a outro.

E, sobretudo no plano político, uma prática pautada pelo cumprimento da palavra dada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou o seu tempo.

O Orador: — Só se deve prometer o que se pode cumprir. Quando se põe a seriedade política no primeiro plano essa seriedade tem que ser levada até ao fim, custe o que custar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não abdicaremos de apresentar propostas alternativas específicas nos debates na especialidade, com uma prática exactamente contrária à do Governo, com a preocupação das consequências, da transparéncia, da responsabilidade. Porque sabemos que é possível ter mais margem de manobra no défice público, com menos impostos e sobretudo com menos iniquidade fiscal, com tratamentos paralelos para as despesas de saúde e educação, com incentivos semelhantes para a poupança-reforma e para a aquisição de habitação própria e com critérios de investimento público que dêem mais força a áreas fundamentais. Porque pensamos que outra prática política, outra relação com os agentes económicos, menos policial e mais convergente, pode permitir uma desinflação

lenta mas segura, até 1996, com uma articulação diferente entre as políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O caminho para a União Económica e Monetária, o progresso para que Portugal alcance as condições fundamentais para a moeda única, são fins largamente consensuais. Mas os fins não justificam os meios e em particular não justificam um ataque fiscal sem pré-aviso.

Srs. Deputados do PSD: termino dirigindo-me especialmente a VV. Ex.º O Governo e o PSD estão em sérias dificuldades com este Orçamento. O PS acusa-vos politicamente em nome de largos sectores da opinião pública.

Srs. Deputados do PSD: defendam-se da oposição — é o vosso papel — mas defendam-se também do vosso governo! Defendam-se da auto-satisfação, da arrogância, do academismo, da soberba. Sejam frontais e sejam sinceros. A vossa sinceridade poderá constituir um prejuízo para o Governo, mas contribuirá para o fortalecimento desta Assembleia da República. Não façam como o Sr. Ministro das Finanças que, na sua aula de pedagogia, teve um oito e um oito é uma nota medíocre. Tentem, pelo menos, chegar ao 10.

Aplausos do PS.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Eles chegaram aos 30 quando estavam no Governo!

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Rui Carp, Antunes da Silva, Rui Rio, Manuel Castro Almeida, João Oliveira Martins e Pacheco Pereira.

Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão, nas galerias, alunos das Escolas Secundárias de Paredes, do Porto, Vciga Beirão, de Lisboa, de Santo António dos Cavaleiros, de Carcavelos e do Instituto de Formação e Cooperação da UGT, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A bancada do Partido Social-Democrata aguardava com grande expectativa a primeira intervenção ...

O Sr. Rui Salvada (PSD): — A primeira e última!

O Orador: — ... de fundo do Partido Socialista como maior partido da oposição, após três semanas de debate do Orçamento nas Comissões e depois de ter feito muitas promessas e ameaças à opinião pública.

E a primeira questão que coloco é a seguinte: onde estão as vossas alternativas? Afinal de contas, o que é que o PS tem? Um enorme balão furado pela intervenção do Sr. Deputado Ferro Rodrigues, com todo o respeito que me merece! Nada acrescentou, nada disse, salvo três ou quatro palavras proferidas no final de uma intervenção que durou cerca de meia hora, sobre uma estratégia mais gradual de diminuição do défice, um menor agravamento fiscal — sem explicar em que é que ambos consistem — e uma concertação social mais estratégica. Tudo na base das palavras ocas a que, infelizmente, já nos habituaram em termos de alternativas, ou da sua falta, ao Governo.

Independentemente do aspecto mais importante — infelizmente do ponto de vista negativo — do seu discurso, V. Ex.^a não forneceu qualquer alternativa e é bom que o Governo tenha sempre uma alternativa à sua frente, o que agora não aconteceu. Aliás, não há qualquer alternativa, nada!

O Partido Socialista deu uma conferência de imprensa, na semana passada, dizendo que ia avançar com um modelo alternativo; fez críticas e remeteu essa proposta para a discussão em Plenário, mas nada aconteceu até agora!

Entretanto, voltou a dizer que tinha propostas de alteração. Onde estão elas, Srs. Deputados do Partido Socialista?

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Este debate não é na especialidade!

O Orador: — Não estão, como é evidente, porque não há alternativa à correcta política económica do Governo.

Os senhores só sabem encher este Plenário de palavras ocas, sem sentido e, muitas vezes, sem seriedade. Lamento dizê-lo, mas é verdade! Revelaram uma falta de seriedade política muito grande porque, no fundo, passaram um atestado de incompetência aos Ministros das Finanças dos Doze Estados membros quando aprovaram o Programa de Convergência ...

Protestos do PS.

Vicram aqui dizer que os Ministros das Finanças da CEE são uns incompetentes e que os senhores é que sabem de política económica.

Perante essa opinião, naturalmente que o povo não vos leva a sério e os Ministros das Finanças dos restantes Estados membros devem estar muito preocupados pelo atestado de incompetência que lhes quiseram passar ...

Falam da política de correlações entre a baixa do défice e a desinflação e dizem que é falsa. Também se referem às taxas de juro, às *prime rates* e, no entanto, têm sempre uma ideia subjacente ao vosso discurso, que é a manipulação dessas taxas e a intervenção socialista e estatista na economia. A burocracia está sempre por detrás do vosso discurso, a mesma que o povo português derrotou em 1985, e se perdem sucessivamente as eleições é porque as pessoas já sabem ao que é que conduz a vossa burocracia e o vosso estatismo socialista.

Mais: os senhores têm um discurso miserabilista. Avançam com o aumento das receitas fiscais, mas é evidente que qualquer manual de economia dirá que não é necessário manipular as taxas, pois é suficiente que a economia cresça. Basta que a base de tributação, a matéria colectável, aumente para que as receitas aumentem! É evidente!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Não é nada disso!

O Orador: — O Sr. Deputado Manuel dos Santos até tem obrigações acrescidas de o saber porque, em virtude de ser o presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, esteve presente em todas as reuniões da Comissão. Possivelmente não percebeu ou não quer perceber!

Dou-lhe o benefício da dúvida e prefiro pensar que se tratou de uma distração resultante dos trabalhos do congresso do seu partido, mas é um facto que não tem feito o trabalho de casa ...

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — O ex-futuro ministro das Finanças a falar assim!...

O Orador: — O Sr. Deputado Ferro Rodrigues disse ainda que não há debates públicos na televisão sobre esta matéria, mas o local ideal para fazer essa discussão é aqui e agora. Mais uma vez pergunto o que é que apresentarão? Nada!

Referiu-se aos orçamentos retroactivos, mas fugiu-lhe a boca para a verdade. Lembro-me dos vossos impostos retroactivos ... Era a isso que se queria referir, não era? A impostos retroactivos sobre o rendimento. Mas isso nunca acontecerá com os governos de Cavaco Silva.

O Sr. Jaime Gama (PS): — E os ordenados pagos em Certificados de Aforro?

O Orador: — Essa ideia partiu do ex-Deputado Medina Carreira. Propunha que os aumentos fossem só de 10 000\$, sendo o resto em Certificados de Aforros.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Não, não foi isso! Foram os Certificados de Aforro dados aos funcionários públicos!

O Orador: — Mas não houve ninguém que tivesse sido prejudicado. Ganham muito mais com essa medida do que pensam!

Quanto à estratégia utilizada pelo PS, a questão que coloco é a seguinte: qual é a vossa proposta alternativa a este Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano? Será que os senhores ainda a vão apresentar? Têm algum projecto? Será possível saber alguma coisa sobre isso?

E que até agora não vimos nada, mas vamos continuar a aguardar na esperança de que os senhores aprendam alguma coisa com este debate e que acabem por concluir que, à luz da opinião pública, a única solução é a política económica do Governo que o Sr. Ministro das Finanças aqui apresentou hoje e que não há alternativa se quisermos ganhar o desafio da União Económica e Monetária.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, retirei da sua longa intervenção uma afirmação com a qual eu próprio e a minha bancada estamos de acordo. Afirmei que esta proposta de Orçamento é um bom exemplo do estilo do Governo.

De facto, o Orçamento do Estado que o Governo apresenta para 1992 é um instrumento ajustado, com um valor acrescido, tendo em vista à concretização de ajustamentos que se tornam imprescindíveis e inadiáveis face à salvaguarda do futuro dos Portugueses. Este facto é inquestionável e mesmo os mais críticos face a este Governo aceitam-no como bom.

Repto: esta proposta de lei representa o estilo de salvaguarda do interesse e do futuro dos Portugueses, razão pela qual não podia deixar de estar de acordo com essa afirmação.

Depois, na sua longa intervenção e sem prejuízo da alusão a um quadro mais vasto de enquadramento do

Orçamento, não lhe fez mais do que críticas pontuais e parcelares.

Sabemos que estamos perante um Orçamento — e ele já aqui foi caracterizado como tal — de harmonização, de investimento, de contenção das despesas públicas, de combate à inflação, o que se enquadra num cenário macroeconómico internacional a que não podemos escapar. Como já esperávamos, e não nos surpreende por isso, esta proposta apresenta características de globalidade, de coerência, de realismo e se o Sr. Deputado afirmou no início da sua intervenção que esta é uma proposta de Orçamento derrotada pela opinião pública, pela comunicação social, pelo debate público e político, pelo Banco de Portugal, pela oposição, como porta-voz do maior partido da oposição e perante esta sucessão de derrotas, pergunto ao Partido Socialista se não tinha obrigação de nos apresentar uma proposta alternativa igualmente global, coerente e realista?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. Rui Rio (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, ouvi com atenção as suas palavras e tenho a dizer-lhe que me custa acreditar no que ouvi.

O Partido Socialista quer fazer crer à opinião pública portuguesa que, no início da década de 80, foi o grande obreiro da adesão de Portugal ao Mercado Comum — não concordo com isto, mas, para todos os efeitos, é esta a imagem que VV. Ex.^{as} pretendem vender — em lugar de vir aqui dar o seu apoio a um Orçamento do Estado que já nem sequer é o da adesão ao Mercado Comum mas das grandes orientações (pois é isso que estamos hoje aqui a discutir, não são pormenores) que nos vão levar ao Mercado Único. Este Orçamento é uma peça fundamental na caminhada que estamos a fazer para a União Económica e Monetária e, afinal, VV. Ex.^{as} não concordam com ele.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Será que o Partido Socialista não concorda com o esforço no sentido da redução do défice público? Será que o Partido Socialista não concorda com a redução da inflação e a consequente adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu? Será que o Partido Socialista não concorda com um crescimento de 26 % das verbas do PIDDAC que vão dar a este país as infra-estruturas de que necessitamos, o que implica que se faça o aproveitamento total dos fundos comunitários? Não concordam com isto?

Não! VV. Ex.^{as} não concordam, por exemplo, com a harmonização fiscal, porque se pode ser feita mais tarde não necessita de ser feita agora. Realmente, é verdade e está aqui a diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata: é que nós não deixamos para amanhã o que podemos fazer hoje!

Aplausos do PSD.

Risos do PS.

E aqui têm a razão por que vamos tendo sucessivas maioria absolutas e VV. Ex.^{as} vão sucessivamente perdendo eleições.

Não concorda também o Partido Socialista com o forte crescimento do investimento na educação? São atribuídos mais 102 milhões de contos para a educação, numa aposta no Portugal de amanhã e na juventude portuguesa.

Não concorda também o Partido Socialista com a redução do peso da dívida pública no PIB? Certamente que não! E não concorda porque, no passado, quando VV. Ex.^{as} tiveram responsabilidades governativas, foram agravando a dívida pública e empunharam claramente as gerações futuras, razão pela qual este Orçamento do Estado contempla mais de 1 bilião de contos de juros da dívida pública.

O Sr. Ministro das Finanças disse aqui, por diversas vezes, que este era um Orçamento de Mercado Único, mas atrevo-me a acrescentar que é um Orçamento voltado para a juventude portuguesa. E o Partido Socialista, que cada vez menos é um partido jovem, devia, em coerência com a sua vocação para a Europa, vir aqui apoiar claramente os princípios que o norteam.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Castro Almeida.

O Sr. Manuel Castro Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, como no final da sua intervenção pediu sinceridade aos Deputados do PSD, deixe-me então ser sincero consigo. Acho que alguém o «tramou» quando lhe fez crer que esta seria uma intervenção de fundo e que iria consubstanciar as alternativas do Partido Socialista.

De facto, o Sr. Deputado iniciou a sua intervenção dizendo que o Orçamento do Estado estava derrotado. Esta frase, dita exactamente nesses termos, foi proferida no debate realizado nesta Assembleia há dois anos, aquando da discussão do Orçamento para 1990. Terá sido apenas coincidência, não pretendo dizer que se tratou de plágio, mas o resultado ficou à vista porque o Orçamento não foi derrotado.

Digo-lhe mais, não nos basta «ganhar» o debate parlamentar, como parece que vai acontecer. Para nós a questão principal é «ganhar» o Orçamento ao longo da sua execução. De facto, durante o ano de 1992 propomo-nos «ganhar» o Orçamento. E se criarmos para os Portugueses melhores condições de vida do que aquelas que tiveram em 1991 — e tudo indica que as vão ter —, fá-lo-emos.

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, durante as reuniões da Comissão de Economia, Finanças e Plano, em que tive o prazer de participar com V. Ex.^a, ouvi por diversas vezes o Sr. Ministro das Finanças interpelar o conjunto dos partidos, designadamente os da oposição, no sentido de que, com a maior abertura, apresentassem as questões sérias que este Orçamento coloca, discutissem os grandes propósitos, apresentassem as soluções alternativas e discutissem os objectivos e os pressupostos do Orçamento. Contudo, as perguntas que iam sendo colocadas ao Sr. Ministro das Finanças eram, como ele as qualificou algumas vezes, notas de pé de página e alguns Srs. Deputados da oposição fizeram crer que guardariam as questões «gordas» que este Orçamento poderia suscitar para o debate em Plenário.

Confesso que tive dificuldade em tirar algumas notas acerca desta intervenção, sobretudo quando o Sr. Deputado anunciou que ia apresentar as suas alternativas, altura em que me muni de uma folha nova,

peguei na caneta e preparam-me para escrever — enfim, há-de compreender que o facto de não possuir o texto da sua intervenção me dificultou a compreensão do mesmo. Mas depois o Sr. Deputado disse apenas que se propunha proceder a uma diminuição mais gradual do défice e, a determinado passo, que o Governo devia adoptar políticas que conduzissem a uma redução da taxa de juro. No meio da sua intervenção ouvi-o censurar o Governo, dizendo que ele era um dos culpados das altas taxas de juro que são praticadas no mercado.

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, gostava de ouvir a sua explicitação sobre qual o instrumento de que o Governo se pode servir, em matéria de política orçamental, para conseguir uma diminuição da taxa de juro. Não considera o Sr. Deputado que a diminuição do défice é uma das principais armas de que o Governo dispõe para contribuir, naquilo que lhe compete, para a diminuição da taxa de juro?

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, já não vou referir-me à falta de alternativas, que foi evidente, porque o Sr. Deputado Rui Rio deixou isso bem claro. Não sabemos, nomeadamente, se concordam, ou não, com o limite das despesas que está fixado; se concordam, ou não, com o défice — sobre isto sabemos que gostavam que ele diminuisse mais lentamente, embora, ao mesmo tempo, defendessem uma diminuição da taxa de juro; se consideram que o Governo se propõe aplicar bem, ou mal, o produto dos impostos — e essa é uma questão fundamental que tem de ser clara no Orçamento; se as opções que estão traduzidas neste Orçamento para a educação, para a saúde e para as infra-estruturas são, ou não, as opções do PS ... O senhor não disse uma palavra sobre isso.

Vou referir-me apenas ...

O Sr. José Magalhães (PS): — A qualquer coisa de concreto!

O Orador: — ... a uma afirmação do Sr. Deputado sobre a proposta de lei n.º 13/VI — Grandes Opções do Plano. Ficámos a saber que, no entendimento do PS, as GOP são intenções piedosas e música celestial. Lembrei-me de uma afirmação de um colega seu — não sei se colega, se camarada, mas não me levem a mal por isso — que, na Comissão de Economia, Finanças e Plano, considerou que as GOP pareciam a cópia do programa do PS. Creio que as GOP não são nem música celestial nem a cópia do programa do PS. Entendo o texto e as propostas das GOP como a tradução da consensualidade que, pelos vistos, se verifica quanto aos grandes objectivos e nesse aspecto gostava de saudar a intervenção do Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

Se bem entendi, o Sr. Deputado deixou expresso o acordo do PS quanto ao grande objectivo consubstanciado no Programa de Convergência Q2. O Sr. Deputado pode discutir sobre o Q2 aquilo que entender, mas não pode queixar-se de défice democrático do Q2, já que ele está submetido à discussão da Assembleia no âmbito da proposta de lei n.º 13/VI, sobre as GOP, como consta do seu artigo 2.º

O Sr. Deputado terminou a sua intervenção, dizendo que o papel da oposição é o de assumir o protesto. Convidava-o a que assumisse antes o papel de alternativa e não de protesto.

Aplausos do PSD:

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira Martins.

O Sr. João Oliveira Martins (PSD): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, como disponho de pouco tempo, de apenas três minutos, vou colocar-lhe três questões, número esse que também é mágico e, pelo menos, tem a vantagem de ser equilibrado.

As três questões que quero colocar-lhe são as seguintes: a primeira traduz-se na constatação de que o PS, neste debate sobre o Orçamento, aparece aqui numa situação de maior fragilidade política do que no ano passado. Nem que seja pela circunstância de, no ano passado, ter apresentado um orçamento alternativo e, este ano, não o ter feito. Isto significa que, das duas, uma: ou considerou que, no passado, essa apresentação lhe causou uma derrota política, ou considera que, este ano, não tem capacidade política para apresentar um orçamento alternativo. Em qualquer das duas hipóteses, o PS está hoje neste debate numa posição de maior fragilidade do que estava no ano passado.

A segunda questão é a seguinte: não sou especialista nestas matérias nem tenho nenhuma pretensão de participar na discussão interna destes problemas. Mas o que me espanta é que o PS, o principal partido da oposição, faça uma crítica completamente interna ao Orçamento do Estado, ou seja, em função de questões que não são as opções fundamentais do Orçamento do Estado, o que, como cidadão, sou capaz de compreender.

Quando os partidos da oposição vêm aqui interrogar-se acerca do autor do Orçamento, se o Sr. Ministro das Finanças se o Sr. Primeiro-Ministro, e pôr em causa o cumprimento das promessas eleitorais, não interessa a substância do que estão a dizer, porque o que eles estão a dizer é aquilo que não dizem, ou seja, que não têm nenhuma crítica de fundo a fazer àqueilo que são as Grandes Opções do Plano. E por muitas voltas que os senhores dêem à questão, não houve, por parte do PS, contrariamente ao que aconteceu com o CDS — faça-se-lhe justiça! —, nenhuma crítica de fundo ao Orçamento. Os senhores fazem críticas parciais e demagógicas, porque, como se vai ver, vão apresentar propostas quanto às despesas e não quanto às receitas. E isso é a essência da demagogia sobre estas matérias!

Na realidade, o PS hoje não é capaz de apresentar uma alternativa socialista e comporta-se como um mero partido de oposição, sem preocupação sequer pela coerência interna das críticas. De facto, arrepia-me que o futuro secretário-geral do PS critique, na televisão, a universalidade do abono de família e que os Srs. Deputados aqui defendam a universalidade do pagamento das propinas. Não consigo compreender como é que um partido não tem a mínima preocupação com a coerência interna das propostas que faz! E se não a tem, é porque o partido se remeteu àqueilo que o «enterrou» na anterior sessão legislativa, isto é, transformou-se num mero partido da oposição que pensa que pode fazer acção política apenas exprimindo, face a cada questão parlamentar, aquilo que é o seu oposto. Mas assim não vão a lado nenhum, porque deixaram de ser um partido socialista, que é suposto apresentar uma alternativa de esquerda, socialista, ao

programa do Governo, para se transformarem num mero partido da oposição — e bem podem mudar de nome para POP, partido da oposição portuguesa, porque não conseguem ultrapassar essa situação. E, quer queiram quer não, essa situação minimiza a vossa credibilidade como partido de governo.

Aliás, a tentação que tivemos na preparação deste debate foi a de ir comparar o que o PS tinha dito nos debates anteriores, porque isso era altamente ruinoso para a vossa credibilidade. É que, como se comportam como um partido da oposição, não têm coerência nenhuma nas críticas e, na maioria dos casos, as críticas não se sustentam com o tempo. Era completamente impossível e seria extremamente prejudicial ler as críticas e as afirmações que os senhores fizeram aqui em 1987, em 1988, em 1989, em 1990 e em 1991, mas nós nem quisemos fazer isso.

Porém, a verdade é que, ao remeterem-se apenas a esse papel de exprimirem aquilo que pensam ser, a cada momento, mais danoso para o Governo, estão, ao mesmo tempo, a fazer uma cruz por cima da expressão «partido do governo» e a limitar a vossa própria actuação. Infelizmente, continuam na mesma e isso é mau para o PS, para o sistema político e para todos nós, que precisávamos de uma oposição que fosse capaz de apresentar alternativas.

Por último, a razão por que isto se passa é para mim evidente. Os senhores minimizam os aspectos subjectivos da vida política e algo a que o Sr. Ministro das Finanças se referiu, e muito bem: é que há aqui um papel para a convicção, para a fé e para a vontade, vontade com sustentação democrática. Temos um Governo que tem uma legitimidade democrática, que foi eleito com uma maioria expressiva e que, por isso, tem uma autoridade própria para apresentar um orçamento que tem, por ele próprio, um papel estruturante da economia portuguesa, e os senhores sabem disso. Os senhores sabem que este não é um Orçamento de mera gestão da coisa pública mas um Orçamento que, se for aplicado, introduz mudanças qualitativas no funcionamento da nossa economia e é isso que, infelizmente, os senhores não querem. E isto porque não querem que o País mude, já que têm a consciência de que a um país mudado equivale uma revolução nos comportamentos políticos e eleitorais de que os senhores já têm sido vítimas, mas, infelizmente, nem sequer são vítimas conscientes. Faço um apelo a essa consciência, para bem da coisa pública e da crítica que deve existir no nosso sistema político.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, antes de lhe dar a palavra, quero lembrar, a si e à Câmara, que já foram antecipados, para hoje, os 10 % do tempo que cabe ao PS amanhã, restando-lhe assim somente três minutos sete segundos para intervir.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, penso que estamos perante uma situação particular, dado que esta foi a primeira intervenção de fundo do maior partido de oposição ao Governo — e digo maior e não principal, porque esse é o CDS.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Está a melhorar!

O Orador: — O Sr. Deputado foi pródigo na gestão do seu tempo, o que nos dá uma ideia do que seria se tivesse de governar o País com esta prodigalidade ... Mas nós devemos responder-lhe com generosidade. Por isso, estamos dispostos a que, num caso sem exemplo, V. Ex.^a possa abrir uma excepção, até porque foram muitas as questões que os deputados da bancada do PSD lhe colocaram. Além disso, o Sr. Deputado Jaime Gama, do alto da sua pose episcopal, fez, esta manhã, um apelo veemente à participação de Deputados do PSD, à qual não quero recusar-me. Assim sendo, solicitava que a Mesa encontrasse uma forma magnânime de conceder mais tempo ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues, para responder.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Nós não queremos ofertas destas. Vamos gerir o nosso tempo a nosso modo e apenas utilizamos uma antecipação de dez minutos relativamente ao tempo de amanhã, como uma homenagem ao Sr. Ministro das Finanças, para que ele também venha a introduzir na economia portuguesa uma coisa que ainda não existe — o «mercado de futuros». Assim, usamos esse tempo, no sentido de utilizar um «mercado de futuros».

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, vou dar-lhe a palavra para responder, lembrando-lhe que, usando esse futuro no presente, tem três minutos e sete segundos.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por agradecer-lhes as vossas perguntas. No entanto, quero dizer que é fácil responder-lhes, porque elas praticamente resumem-se a uma só pergunta sistematicamente elaborada. Aliás, o aspecto mais curioso das vossas intervenções é que não houve uma delas que defendesse a proposta do Governo. De facto, todas elas limitaram-se a atacar a intervenção da oposição, o que revela o desconforto com que a bancada do PSD está neste debate.

A minha intervenção foi longa, séria, crítica e também alternativa. A minha expectativa era que a vossa reacção, hoje à tarde, não fosse tão previsível. Mas depois do fracasso das prestações do Governo e do PSD hoje de manhã, ela era inteiramente previsível.

O que está em causa neste momento, quatro meses após eleições de Outubro, não é a alternativa do PS mas, sim, a má governação do PSD, Srs. Deputados!

Por outro lado, o Sr. Deputado Rui Carp demonstrou que estava desalento; o Sr. Deputado Antunes da Silva fez um conjunto de declarações de fé, que lhe ficam bem nessa bancada; o Sr. Deputado Rui Rio gostaria que não houvesse oposição e que existisse mais contemporização; o Sr. Deputado Manuel Castro Almeida disse que não era verdade que o Orçamento estivesse derrotado à partida — mas veja aquela sondagininha que vinha publicada este fim-de-semana sobre este Orçamento do Estado, veja lá qual é a vantagem que é dada, quais são as percentagens e como é que é interpretada a questão da carga fiscal pelo eleitorado! São formas rápidas de lhe responder.

O Sr. José Penedos (PS): — Veja isso, Veja isso!

O Orador: — Ao Sr. Deputado Pacheco Pereira gostava de dizer que gosto muito de o ver a raciocinar como se fosse dirigente do PS. É interessante!... É uma postura de que gosto, que aprecio e que, muitas vezes, acto muito interessante. Mas acontece que não é realidade aquilo que o Sr. Deputado diz!

No ano passado apresentámos aqui uma proposta alternativa à do Governo e a verdade dos factos comprova que tínhamos razão no essencial, dado que os senhores não a atacaram com números, ao contrário do que pensava e para o qual estava preparado. E não o fizeram porque tínhamos razão na subavaliação dos impostos, do IRS, na forma como estavam analisadas as despesas que iam levar a um orçamento rectificativo, na questão dos juros da dívida pública e, inclusivamente, tentaram aqui fazer uma espécie de «emboscada» ao fim da noite do segundo dia do debate, na presença — lembro-me bastante bem — do Sr. Ministro Miguel Beleza, que, infelizmente, já não está aqui presente entre nós, mas está bem de saúde, felizmente para todos ...

Por consequência, aquilo que verificamos é que em três anos sucessivos o que tem mudado são as personalidades. Em três anos estiveram ali três ministros, mas nós, deste lado, temos mantido a coerência das nossas posições e sabemos estar na política com derrotas e com vitórias, porque aquilo que é fundamental é o cumprimento dos compromissos e estar bem consigo próprio. É aquilo que gosto de fazer, mas é aquilo que aparentemente nem toda a gente no Governo e no PSD sabe fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Secretários de Estado, Srs. Deputados: A apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1992 só pode fazer-se pela análise dos seus objectivos, das suas metas quantificadas, dos seus instrumentos e das medidas preconizadas. Envolvendo essas peças de análise estão o Programa do Governo, que a Assembleia viabilizou, e as promessas eleitorais do partido que venceu as eleições de Outubro passado.

É essa análise que nós do PSD nos propomos fazer, como grupo parlamentar responsável e firme apoiantes do Governo, ao longo deste debate na generalidade.

Começaremos por reconhecer, ainda antes da análise interna das opções económicas do Orçamento, que é muito positivo que o Governo apresente uma nova sistematização do articulado começando pela aprovação propriamente dita dos vários mapas quantificados, seguindo-se imediatamente o pedido genérico para cobrar os impostos em vigor e desenvolvendo sucessivamente os capítulos sobre disciplina orçamental, sobre a gestão dos recursos humanos da Administração Pública, sobre finanças locais e da segurança social, passando então para os capítulos das receitas e sistema fiscal, com destaque especial para a harmonização fiscal e comunitária, concluindo o articulado da lei que se irá votar com os capítulos relativos às actividades do Tesouro, às receitas não fiscais e às necessidades de financiamento.

Esta sequência lógica talvez diga pouco ao cidadão comum, mas para os que se preocupam mais, por razões profissionais ou académicas, com as finanças públicas ela representa um aperfeiçoamento enorme na apresentação da proposta de lei do Orçamento do Estado. Digamos que o Governo apresenta, logicamente, a sua política financeira começando por conhecer os limites para actuar (os mapas das receitas e despesas de todo o sector público administrativo), apresentando a sua gestão orçamental, explicando como vai gerir as suas receitas fiscais e como vai coordenar-se com os outros entes públicos (subsectores públicos do poder local, das funções e secções autónomas da segurança social, do universo empresarial do Estado, da Comunidade Europeia), terminando pela maneira como vai relacionar-se com o sector monetário e financeiro e como vai cobrir o défice.

Por outro lado, os relatórios gerais do Orçamento e das Grandes Opções do Plano estão elaborados de modo a serem facilmente perceptíveis por não especialistas, revelando uma acrescida preocupação em transmitir o objectivo central do Governo, que é o de preparar a economia e a sociedade portuguesa para a União Económica e Monetária, na sequência da cimeira Maastricht e do labor da primeira e histórica presidência portuguesa do Conselho da Comunidade Europeia.

Fácil se torna ver que são muito claros e inequívocos os textos das GOP e do Orçamento quanto à necessidade de se alcançarem as metas definidas no Programa de Convergência [1992-1995] — Q2, quanto à prossecução simultânea das convergências real e nominal num quadro de estabilidade macroeconómico sólido e de crescimento sustentado.

Sem estabilidade macroeconómica não é possível mais prosperidade e mais justiça social e nunca as Grandes Opções do Plano tiveram uma opção tão clara como esta e agora.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nunca o nosso país esteve tão perto de dar o grande salto em frente, após quase seis anos de desenvolvimento económico e social tão positivamente manifestados face às perturbações e às incertezas que caracterizam a conjuntura internacional.

A primeira ilação a extrair dos documentos é a de que existe um objectivo prioritário muito claro, que é o de convergência para os níveis de bem-estar da Europa mais desenvolvida, ou seja, a convergência real cujo processo se iniciou em 1985 através do enorme esforço de modernização do tecido empresarial português, dos investimentos em infra-estruturas e da redução dos desequilíbrios regionais. Isto tudo a par de uma elevação do rendimento real das famílias portuguesas como não há memória na democracia portuguesa.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Prossegue-se esse esforço de modernização e essa elevação do rendimento disponível das famílias com o Orçamento do Estado e com as Grandes Opções do Plano. Disso não podemos ter dúvidas.

Mas essa convergência real, para ser sustentada, tem de ser acompanhada da convergência nominal num quadro de preparação para a moeda única comunitária. Conforme se lê no relatório do Orçamento do Estado e na sequência das explicações dadas pelos Srs. Ministros das Finanças,

da Indústria, do Comércio e do Emprego e da Segurança Social à Comissão de Economia, Finanças e Plano, em várias e interessantíssimas reuniões de trabalho, o Programa de Convergência Q2, na sequência do PCEDED e do Quantum, visa eliminar o diferencial de inflação face aos mais baixos níveis comunitários, sem prejudicar o crescimento da economia no quadro de uma legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sobre isso, merece particular atenção as afirmações já conhecidas de entidades ou individualidades de reconhecida competência e independência sobre a política orçamental e financeira do Governo.

Já conhecímos os elogios da Comissão Europeia ao modo como Portugal está a reduzir os seus atrasos estruturais; também conhecímos as apreciações francamente animadoras da OCDE; sabemos todos do apreço com que o Conselho de Ministros das Finanças da Comunidade Europeia recebeu o programa de Convergência Q2 e os «elogios à credibilidade já adquirida por Portugal ao aproximar a sua economia dos padrões prevalecentes da Comunidade» (fim de citação das conclusões da presidência holandesa do Conselho dos Ministros das Finanças de 16 de Dezembro último); conhecemos recentemente declarações do vice-chanceler alemão e ministro dos negócios estrangeiros, o Sr. Gensher, a uma revista portuguesa, em Fevereiro de 1992, quando afirma que «os parceiros de Portugal conhecem bem a participação construtiva do País desde a sua adesão»; por seu lado, o Conselho Nacional do Plano, presidido pelo Dr. Medina Carreira — consta que não é próximo do PSD —, «considera que as Grandes Opções do Plano para 1992 se afiguram adequadas ao enquadramento das acções e medidas de política económica susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento económico e social e para o aprofundamento da integração europeia» — isto é, digamos assim, uma bofetada sem luva às posições ainda agora apresentadas pelo Partido Socialista; finalmente, na semana passada, a Sr.^{ta} Presidente da Associação Portuguesa dos Economistas, de quem ninguém duvida da competência técnica e vasta experiência nas questões financeiras e da grande independência face ao Governo e ao PSD, escreve um interessante artigo no *Diário de Notícias* onde, entre outras judiciosas apreciações, conclui que «o Orçamento-92 representa um esforço sério de convergência da economia portuguesa» porque, na sua análise, constata «haver um programa macroeconómico credível» onde se «procura evitar que a convergência nominal prejudique a convergência real».

Poderia ainda citar declarações ou afirmações de outras entidades independentes do Governo, ou do meu partido, que corroboram as grandes linhas deste Orçamento e destas Grandes Opções do Plano. Essas individualidades já perceberam a justeza das opções políticas do Governo. Esperamos que, ao menos até ao fim do debate, a oposição também perceba que não existe melhor política para se conseguir com sucesso entrar na União Económica e Monetária no pelotão dos países da frente em 1997.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É natural que apareçam também as vozes críticas, umas abordando aspectos parcelares do Orçamento do Estado, outras com afirmações demagógicas sem qualquer sustentação técnica ou social.

Uns quereriam desagravamentos mais fortes na tributação directa (recordo que não há agravamento fiscal no IRS ou no IRC, o que levou mesmo responsáveis do Banco de Portugal, como o próprio Dr. Vítor Constâncio, a classificar este Orçamento como não restritivo) — são palavras que afirmou na Comissão de Economia, Finanças e Plano da semana passada; outros quereriam — ou os mesmos — proclamação na harmonização fiscal indirecta, em especial no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — recordo que, neste caso, o Governo segue as orientações comunitárias de harmonização de taxas, acabando com a burocraticamente complicada oncrosa taxa zero e reduzindo a taxa normal e a taxa reduzida para o mínimo, isto tudo sendo feito a tempo de preparar as estruturas e os circuitos comerciais para o grande mercado único europeu; quereriam os mesmos, ou outros, mais verbas para subsídios ou para vencimentos do funcionalismo (onde cada ponto percentual de aumento representa cerca de 10 milhões de contos) ou para investimentos, ao mesmo tempo que quereriam ainda menos despesas públicas e menos défice.

Enfim, quereriam tudo o que satisfizesse interesses sectoriais ou pontuais sem cuidar de um princípio fundamental em qualquer política económica: a concertação de medidas conflituais só podem ser resolvidas global e coordenadamente, minimizando os custos sociais ou económicos que lhes estão associados.

Afirmam querer menos despesas, mas não têm coragem política para afirmar que uma contenção maior só poderia ser conseguida com uma redução nominal dos vencimentos dos funcionários, ou dos aposentados, ou através de uma violenta travagem nos programas de investimentos em sectores ainda tão carentes como os da educação, da habitação social, da saúde ou das infra-estruturas viárias, perdendo a hipótese da plena utilização dos fundos da Comunidade Económica Europeia. Ou será que esses senhores que tudo criticam e nada apresentam em alternativa quereriam voltar à política dos juros da dívida pública fixados administrativamente e à revelia das regras do mercado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não me irei debruçar em detalhe sobre os aspectos da tributação ou das opções orçamentais da proposta de lei do Orçamento do Estado, já que outros ilustres colegas da minha bancada o farão ao longo do debate com toda a pertinência e qualidade.

Recordo aqui o desenvolvido relatório aprovado na Comissão de Economia, Finanças e Plano, largamente debatido com as oposições e com o Governo, que só não foi também votado por estas devido a razões apriorísticas que só a elas lhes cabe, já que sempre faltou qualquer iniciativa alternativa.

Não gostaria, no entanto, de deixar de me referir à política orçamental e fiscal subjacente aos documentos do Governo, que, desde já aqui o digo, são correctas face aos objectivos e às metas atrás apontadas e cumprem quer as promessas eleitorais quanto ao não agravamento das taxas do IRS e do IRC, quer quanto à necessidade de haver harmonização comunitária o mais rapidamente possível.

Assim, o Governo, com a sua política fiscal, utilizando os impostos indirectos, procura moderar o consumo, que se manteve extremamente elevado ao longo dos últimos anos em resultado do clima de elevada confiança política que se instalou no País desde que Cavaco Silva ganhou as eleições em 1987, sem perder de vista a consagração de uma política ambiental e de defesa da saúde pública

expressa no agravar — como exceção — da tributação do tabaco. Penso que isso é bastante agradável para os defensores do ambiente.

Por outro lado, o Governo cria condições favoráveis para a criação das poupanças e para o relançamento de investimento mais reprodutivo, não agravando as taxas nos impostos directos, o que significa um desagravamento real, criando incentivos fiscais mais ajustados para as empresas e largando definitivamente a prática dos 10 primeiros anos da democracia portuguesa de financiar o défice através de significativas punções no mercado financeiro ou com o imposto, inflação de triste memória. Em suma, o Governo, pela redução do peso do défice na economia, pela elevação do saldo primário orçamental e pela opção que faz no seu financiamento, dá um sinal claro aos investidores que pretende eliminar os efeitos perversos do *crowding out* da economia.

Não é por acaso, Srs. Deputados, que alguns dos mais importantes agentes económicos do sector investidor já manifestaram compreensão e confiança na política desinflacionista do Governo, prometendo continuar a criar condições favoráveis a mais postos de trabalho.

No campo social é significativo que o orçamento da segurança social disponha de acréscimos dc 17 % nas verbas para reformas, pensões de sobrevivência, abono de família e despesas de acção social, mantendo o 14.º mês para os reformados de que o Governo Cavaco Silva foi pioneiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: «Rumo à União Europeia» foi o título que o Governo Português deu ao programa da sua presidência do Conselho da Comunidade Europeia.

Rumo ao mercado único e a um nível de bem-estar de alta qualidade, de paz e de progresso é o que os portugueses podem esperar destas Grandes Opções e deste Orçamento de legislatura que não disfarça dificuldades nem ignora os grandes desafios que ainda se colocam a Portugal mas que os Portugueses vão de novo vencer.

Por isso, votaremos, sem hesitar, favorável e conscientemente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1992, para bem do sucesso da nossa democracia.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, para que efeito?

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, para usar o tempo de que disponho numa pergunta dirigida ao Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado. V. Ex.^ª dispõe de seis décimos de minuto ...

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Carp, infelizmente não tenho tempo para lhe fazer muitas perguntas, mas a sua intervenção bem as merecia. Por isso, vou fazer apenas uma que considero muito importante. Aliás, V. Ex.^ª referiu-se à expectativa dos empresários, mas com certeza sabe que um dos graves problemas — o Sr. Deputado utilizou a expressão inglesa, mas gosto mais de utilizar a portuguesa «efeito e evicção» — é a retirada das empresas que não têm

«pedalada» para aguentar as políticas do governo Cavaco Silva. V. Ex.^ª gosta de usar um termo anglo-saxónico, mas eu prefiro falar português!...

Esta é uma questão crucial sobre o aparelho produtivo nacional, sobre a economia real, pelo que lhe perguntava como é que justifica — com tanta confiança na política orçamental, sobretudo para que esta contribua a curto prazo para a diminuição das taxas de juro — que o Sr. Primeiro-Ministro tenha declarado no Porto, num dos locais mais produtivos do todo nacional, que as taxas de juro não baixariam este ano.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Eu não fui lá!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Está aqui no *Jornal de Notícias*!

O Sr. Primeiro-Ministro: — Mas é mentira!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Deputado Manuel dos Santos, como não fiz essas afirmações nem as li não posso responder-lhe. Mas como o Sr. Primeiro-Ministro se encontra presente suponho que é a ele que deve fazer essa pergunta.

No entanto, há uma coisa que é evidente. Este Governo não manipula as taxas de juro nem as fixa administrativamente. Este governo cumpre aquilo que é uma política económica e financeira correcta no âmbito da Comunidade Europeia. Há pouco, um seu colega da bancada disse que era preciso mexer nas políticas cambiais! Não percebo o PS, que andou durante tanto tempo a criticar o Governo, a armar-se e a arvorar-se — mas apenas aparentemente — no campeão da União Económica e Monetária, mas desconhece que no seu seio não existem políticas cambiais nacionais e que o Governo não actua sobre as taxas de juro. Quando muito, será o Banco Central que terá a sua política monetária de forma indirecta.

Os senhores ainda estão no tempo do estatismo — mais uma vez —, e à sua pergunta responderei simplesmente o seguinte: o Governo apresentou as suas Grandes Opções do Plano; estávamos à espera — e ainda estamos — que o PS apresentasse, durante o debate, as suas grandes opções. Queria-me parecer que não havia hipótese de o PS apresentar as suas grandes opções do plano ao Governo, mas afinal há! O PS, afinal, descobriu as suas grandes opções do plano. Elas poderiam chamar-se «adiar Portugal».

Aplausos do PSD.

O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Couto dos Santos): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa a fim de clarificar uma observação que aqui foi feita.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, relativamente ao que foi proscrito pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos — e que é referido no *Jornal de Notícias* —, só pretendia dizer que

ele terá de fazer essa pergunta ao próprio jornal e ao jornalista responsável por essa informação, porque o Sr. Primeiro-Ministro não esteve nessa Associação durante esta legislatura.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PSD ganhou as eleições legislativas prometendo aos Portugueses, pela voz do Sr. Primeiro-Ministro, que não haveria aumento dos impostos, que haveria aumentos reais dos salários, que a economia portuguesa continuaria a expandir-se a ritmos elevados, que seria resolvido o problema da habitação.

O Orçamento do Estado para 1992 é a mais completa e definitiva negação dessas promessas eleitorais do Primeiro-Ministro e do PSD. Designadamente, apresenta o mais brutal agravamento da carga fiscal da história recente, apresentando-se como um autêntico orçamento de confisco dos rendimentos dos Portugueses, ao mesmo tempo que propõe uma inaceitável redução dos salários reais de centenas de milhar de trabalhadores da administração central e local e pretende estender idêntico tecto salarial à generalidade dos trabalhadores portugueses.

As suas orientações fundamentais têm um carácter socialmente injusto, acentuam as desigualdades e as injustiças sociais, fazem recair os custos imediatos de uma política inadequada e errada sobre os rendimentos do trabalho, os reformados e as classes médias. Impõem restrições gravosas à actividade produtiva, ameaçam com a desaceleração da economia portuguesa quando esta mais necessita de se expandir, criam dificuldades acrescidas às empresas nacionais quando elas mais carecem de se fortalecer.

É o Orçamento de um governo que à estratégia reclamada pelo interesse nacional no quadro da União Económica e Monetária (UEM) sobrepõe as tácticas ditadas pelo interesse partidário do PSD face aos ciclos eleitorais da presente legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A característica mais evidente e escandalosa do Orçamento é, sem dúvida, o aumento da carga fiscal. O Ministro das Finanças pode tentar alcunhar esta realidade como quiser que nunca conseguirá escamotear a questão fundamental: o Orçamento para 1992 exige aos cidadãos um esforço fiscal, um aumento do montante a pagar pelos contribuintes, que percentualmente é duplo da taxa de incremento prevista para os rendimentos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sem qualquer margem para sofismas, isto é um agravamento da carga fiscal a suportar por cada um dos contribuintes, como, aliás, já todos os portugueses compreenderam.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Agravamento que incide fundamentalmente nos impostos indirectos, em especial no IVA, por isso atingindo mais pesadamente as famílias de menores recursos e acentuando fortemente a injustiça e a iniquidade relativas do nosso sistema fiscal.

O Grupo Parlamentar do PCP apreciará detalhadamente, durante este debate, a dimensão e incidência deste pesado e injustificado aumento da carga fiscal.

Importa, contudo, desde já salientar que a eliminação da taxa zero do IVA, de que actualmente beneficiam, nomeadamente, os bens alimentares essenciais, não é imposta por qualquer determinação ou orientação comunitária. É uma opção política do Governo que rejeitamos inequivocamente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É politicamente inaceitável e socialmente imoral que o Governo pretenda aumentar as receitas fiscais espoliando em especial os consumidores de menores recursos, sem que lhes dê quaisquer compensações nos rendimentos salariais, nas pensões e reformas ou nos impostos directos.

Aplausos do PCP.

No âmbito das despesas, a subavaliada meta dos 8 % para a evolução do índice de preços no consumidor no ano corrente contribui para iludir o seu aparente crescimento real global. Aparência que se reforça se for tido em consideração, como o deve ser, que o melhor dos 226 milhões de contos inscritos no PIDDAC «tradicional» está sujeito ao agravamento da taxa do IVA sobre as empreitadas de 8 % para 16 % e se se considerar que a dotação para juros da dívida pública indica uma forte sobreavaliação.

Há áreas socialmente importantes em que o corte cego das dotações orçamentais trará, inevitavelmente, uma degradação da qualidade do serviço público prestado às populações. Caso paradigmático é o que se relaciona com a saúde. Não é minimamente credível que as despesas dos hospitais possam aumentar apenas 7 % em termos nominais, sem prejuízos e encargos acrescidos para os doentes, tanto mais que os medicamentos e outros produtos farmacêuticos sofrerão, só em IVA, um agravamento de 5 %.

De igual modo, e contrariamente às afirmações do ministro da tutela, a séria questão social da habitação vai continuar a agravar-se com este Orçamento, porque o conjunto de todas as verbas para o efeito nele inseridas, incluindo os empréstimos do INH e as bonificações de juro à aquisição de habitação própria, sofrem um acentuado decrescimento real.

Neste âmbito, e ao contrário do que o Governo escreve no relatório e propõe no Orçamento, temos para nós que, na promoção e oferta de bens públicos e sociais essenciais, o Estado não deve nem pode ter um mero papel supletivo, cabendo-lhe, isso sim, o papel principal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento do Estado para 1992 é um descendente directo do chamado «programa de convergência Q2», que traça um cenário idílico da evolução macroeconómica do País, pouco ou nada tendo a ver com a realidade, antes assentando em voluntarismos excessivos e pressupostos indemonstráveis e mostrando inconsistências inexplicáveis.

Alegadamente, pretende fazer baixar a taxa de inflação medida pelo IPC de 12 % para 8 % em 1992, apesar do impacte da ordem dos 2 % resultante das alterações ao IVA, quando é certo que entre 1986 e 1991, em condições externas mais favoráveis, nada mais conseguiu que manter o mesmo nível de inflação.

Aposta numa forte desinflação, acompanhada da aceleração do ritmo de crescimento da produção, o que se mostra incompatível.

Prevê a duplicação das taxas de crescimento do investimento e das exportações, manifestamente contraditória com as políticas monetária e cambial já reafirmadas pelo governador do Banco de Portugal.

Escola as suas previsões de evolução do produto, para além do mais, numa tão substancial quanto inexplicável redução do conteúdo importado da procura e do produto interno.

Por último, e não menos importante, o Governo apresenta, como um dos pilares básicos do seu programa dito de convergência, a concertação social. Mas que efeitos da concertação social se podem esperar com um governo que se mostra incapaz de dialogar e negociar, que comprovadamente adopta um comportamento de má-fé negocial e que aos trabalhadores pede paciência para menos salários e poupança para mais impostos, sem em troca nada lhes oferecer?

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP manifestou já a sua crítica ao facto de os critérios de convergência para a passagem à última fase da UEM se circunscreverem ao âmbito da convergência nominal e não terem em consideração os efectivos níveis de desenvolvimento económico e social dos países comunitários, isto é, a convergência real.

Mesmo com esta divergência de fundo, há alternativa a este orçamento e às orientações de política que o enquadram, mas é evidente que essas alternativas só poderão ser discutidas com seriedade e não com o tom chocante, a pespontaria ou a opção pelo espectáculo folclórico de que esta manhã o Sr. Ministro das Finanças deu prova.

Aplausos do PCP.

Tal alternativa permite a integração de Portugal na terceira fase da UEM, desde o seu início em 1999 e sem o recurso a um tão pesado agravamento da carga fiscal, nem à punção dos rendimentos reais, nem ainda a tão excessivas restrições à actividade de empresas produtivas.

Essa alternativa assenta basicamente em realizar os ajustamentos nominais necessários no período de cinco anos de que Portugal dispõe nos termos do Tratado da «União Europeia», ou seja, até ao final de 1996 (dois anos antes do início da derradeira fase da União Económica e Monetária) e não já e apenas em 1992-1993, como pretende o Governo.

Nessa base, é possível, designadamente: um efectivo gradualismo na desaceleração da inflação e na redução do défice orçamental; mais elevadas taxas de crescimento económico, com efeitos positivos nos rendimentos e na receita orçamental, sem agravamento da carga fiscal; tempo para a indispensável modernização e reforço dos níveis de produtividade e competitividade das empresas portuguesas, sem o que não haverá descida sustentada da inflação; aproveitar o reforço dos fundos comunitários de que Portugal beneficiará a partir de 1994 (Pacote «Delors 2» e Fundo de Coesão), para minorar os custos dos ajustamentos exigidos ao País; promover a harmonização fiscal em IVA apenas quando ela for exigível, ou seja, em 1997, compensando então os aumentos de tributação nuns produtos com a redução noutros e nos impostos directos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não há, pois, razões nem externas nem de racionalidade económica ou social que justifiquem ou exijam que os ajustamentos nominais da economia portuguesa tenham de ser feitos, de uma só vez, em 1992 e 1993. Essa é uma opção política da exclusiva responsabilidade do Governo, uma opção que radica nos ritmos que na perspectiva do Governo são mais favoráveis ao PSD, tendo em vista os ciclos eleitorais dos próximos anos.

É, afinal, a concretização da afirmação do Primeiro-Ministro, numa reunião do Conselho Nacional do PSD logo a seguir às eleições de Outubro, de que não esperassem que ele sacrificasse as eleições legislativas de 1995 às eleições autárquicas de 1993.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pode ser esta a melhor estratégia para os interesses eleitorais do PSD. Não é, seguramente, uma estratégia que sirva os interesses da economia nacional nem a legítima aspiração dos Portugueses a uma vida melhor.

Por isso, o PCP assume a sua frontal oposição a esta política e a este Orçamento. Mas não abdicaremos, durante o processo orçamental, de apresentar propostas alternativas que respondam às legítimas reclamações e aspirações dos Portugueses.

Aplausos do PCP e dos Deputados independentes João Corregeror da Fonseca e Luís Fazenda.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Dir-se-ia que até agora falaram os socialismos, ...

Risos.

... desde o «socialismo social-democrático» definitivamente assumido de acordo com o modelo nórdico, o socialismo de taxas (nunca tão verdade como agora), até ao socialismo do real, que é um real cada vez mais longínquo, que é o Partido Comunista, passando pelo Partido Socialista.

Houve apenas estratégias não alternativas, mas correctivas, mais ou menos, menos ou mais. Mas, efectivamente, o PSD acaba de fazer um grande favor a todos, sendo por isso que o PS não tem alternativa: pela primeira vez o PSD assume frontalmente o aumento de impostos. Houve dúvidas quando da introdução da reforma da tributação directa, que agora está caída na receita do Partido Socialista. É por isso que o Partido Socialista não quer alternativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Orçamento que hoje aqui começamos a discutir, no Plenário, é para nós, CDS, o Orçamento da confirmação. Infelizmente para o País e para os Portugueses, as previsões que fizemos e que, designadamente, o nosso presidente de então, Diogo Freitas do Amaral, fez no Verão passado resultam confirmadas com esta proposta de Orçamento apresentada pelo Governo à Assembleia, cerca de uma semana antes de esgotado o prazo previsto na Lei de Enquadramento.

Com efeito, o peso da despesa pública (sector público administrativo) no conjunto do produto interno bruto (PIB), depois de em 1991 ter ultrapassado os 50 %, continuará este ano a subir, situando-se provavelmente nos 51,3 %. Significa isto, sem dúvida, que o Estado, não sendo embora chamado já a cobrir, no mesmo grau, as ineficiências das empresas públicas, representa um peso cada ano maior na produção nacional.

A evidência dos números aí está, pois, a demonstrar que, apesar de tudo o que se diz e dos belos discursos sobre o papel da sociedade civil, a vida dos Portugueses está cada vez mais dependente do Estado, da sua organização, dos seus serviços, do dinheiro que gasta, dos salários que paga, das dívidas que contrai. Mais Estado, portanto. E, a avaliar pelas críticas e pelas queixas que diariamente enchem as páginas dos noticiários e o correio dos deputados, nem sempre melhor Estado.

Mas não é apenas o crescimento da despesa pública, na sequência do descontrolo eleitoral de 1991, que está aí, com este Orçamento, a confirmar as previsões do CDS. Cresce também e brutalmente — pode dizer-se — a receita fiscal, não apenas porque cresce a economia, mas porque os Portugueses vão ser chamados a pagar em 1992 mais imposto do que aquilo que tinham pago em 1991.

Continuando a usar o critério da relação com o produto interno bruto, a totalidade dos impostos cujo pagamento está previsto neste orçamento representa 36 % desse mesmo produto, ...

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Não 36 %, mas 37 %!

O Orador: — ... enquanto os impostos cobrados em 1991 representaram 34 %. Quer isto dizer que a receita dos impostos directos irá crescer 21 %, ao passo que a dos impostos indirectos crescerá 27 %, o que significa que o respectivo peso no PIB vai crescer significativamente.

Em termos mais simples, dir-se-á que só em impostos os Portugueses pagariam ao Estado mais cerca de 300 milhões de contos, mantendo constante o produto. Segue-se, assim, que — perdoe-me o Sr. Ministro das Finanças — o rendimento disponível dos Portugueses, depois de pagos esses impostos, será menos em 1992 do que em 1991.

Tínhamos, portanto, razão quando prevenímos que a vitória do PSD significaria aumento de impostos. Elas af estão, não em 7 de Outubro, mas na primeira oportunidade para o fazer, ou seja, a apresentação da primeira proposta completa de Orçamento do Governo saído da vitória eleitoral social democrata.

Também nesta perspectiva teremos, em 1992, ainda mais Estado e seguramente pior Estado, ao menos para os que (e são todos desta vez) vão ser chamados a pagar mais impostos sem que lhes sejam prestadas melhores contrapartidas.

Foi isto que previmos e para que prevenímos os Portugueses: a não se alterar o modelo de actuação implementado nos últimos anos, uma qualquer tentativa de recuperação dos equilíbrios fundamentais da nossa economia só seria possível à custa de grandes sacrifícios dos cidadãos, a seguir-se aos benefícios distribuídos na véspera das eleições. É o que está a acontecer: constrangido pelos compromissos assumidos no âmbito da Comunidade Europeia, com vista a poder marchar no pelotão da frente da União Económica e Monetária, o Governo não pode deixar de baixar significativamente o défice orçamental e o stock da dívida pública, como meio

para chegar a uma redução sustentada da inflação, aproximando-a dos padrões europeus.

Daí que, para conciliar tudo isto com um pendor gaúcho correspondente à sua opção social democrata, o Governo se tenha decidido pelo sacrifício dos contribuintes.

Havia, porém, que encontrar uma fórmula que permitisse mais uma conciliação, a conciliação entre a necessidade de obter mais receita fiscal e a promessa eleitoral de não agravar os impostos. É neste contexto que surge o milagre da harmonização fiscal, permitindo atirar para as costas da Comunidade a responsabilidade pela subida brutal do imposto, conseguida através de um verdadeiro relançamento do IVA, imposto que se tornou numa espécie de protector deste governo, primeiro em 1986, aquando do seu lançamento prematuro, e agora em 1992, através da sua harmonização ainda mais prematura.

E ninguém melhor para pôr esta política em prática do que um ministro que à autoridade técnica de académico, com provas dadas em Portugal e nos Estados Unidos, alia a autoridade própria de uma posição conquistada, por mérito próprio, na hierarquia eurocrática. Quem poderá duvidar da inevitabilidade da harmonização em 1992 se é o Dr. Braga de Macedo, directamente chegado de Bruxelas, que o vem dizer? E quem duvidará da fiabilidade de todas estas conciliações e reconciliações e do êxito final do QUANTUM 2-Convergência se é o Dr. Braga de Macedo, tão céptico em Bruxelas noutros tempos sobre a possibilidade de adaptação da economia portuguesa, que agora o vem dizer, na sua veste de Ministro das Finanças de Portugal?

Perfeito ou quase perfeito, não fora o enorme incômodo e desarraço que tudo isto está a causar aos portugueses, que começam, neste início de 1992, a perceber que a troca de lebre por gato pode não ocorrer apenas na nossa pobre bolsa de valores!

Este Orçamento, todavia, não é apenas o da confirmação das previsões pessimistas do CDS, mas também o Orçamento dos equívocos e da esperança perdida.

Começando pelos equívocos, temos desde logo o equívoco da harmonização, que, além do mais, se arrisca, como já salientámos, a indispor os portugueses com a Comunidade Europeia, e depois o equívoco, que tem vindo a ser alimentado com a colaboração do PCP e do PS, resultante da distinção das convergências. Para nós a questão é muito clara e diríamos, sem cairmos nos exageros em que em tempos caíram alguns representantes portugueses, que a convergência nominal deve ser encarada como um instrumento fundamental, embora não único ou exclusivo, para se alcançar a convergência real.

Sem a correção dos desequilíbrios que têm vindo a afectar persistentemente a nossa economia (inflação, défice orçamental e dívida pública) não será jamais possível uma abordagem coerente e sustentada da convergência real, ou seja, da aproximação do nosso nível de vida ao nível de vida dos países economicamente mais avançados da Comunidade.

Não é, pois, verdade que o CDS tenha mostrado preferência por uma convergência em relação à outra, numa polémica que verdadeiramente não deveria existir. O que o CDS entende é que, sendo a convergência real a razão de ser e uma das principais razões da nossa adesão à Comunidade Europeia, ela só será alcançável através de um esforço sério, que já devia ter começado, sem interrupções, sem abrandamentos, no sentido da convergência nominal.

Significa isso que menospreczamos o papel da coesão económica e social e dos auxílios que em seu nome nos estão prometidos? De modo nenhum, muito embora signifique que temos uma concepção própria sobre o modo mais útil e produtivo de os utilizar.

Do outro grande equívoco que está também presente neste Orçamento e na sua discussão falámos já, a propósito da «harmonização fiscal». Tem o mesmo a ver com as vantagens que, para além de outro tipo de consideração, podemos ou não tirar das especificidades dos nossos regimes jurídicos e da ênfase que devemos ou não pôr num sistema que, ao invés de harmonizar, procure antes compatibilizar, através do mútuo reconhecimento. Será bom, com efeito, que abandonemos um certo estilo provinciano, que nos leva em muitos casos — passa a expressão — a ser mais papistas do que o papa, como acontece no caso do IVA, muito embora neste caso, como já dissemos, as razões sejam outras.

Equívoco é ainda o que se diz sobre receita fiscal e carga fiscal, estabelecendo-se distinções especiosas que os Portugueses não vão certamente entender. O que os Portugueses vão entender é que a taxa média do IVA vai subir e que uma enorme quantidade de bens essenciais passa a ser tributada, quando o não era, ou passa da taxa reduzida para a taxa normal (8 % para 16 %).

Vão também os Portugueses entender que a actualização dos escalões do IRS, bem como das respectivas deduções e abatimentos, à taxa optimista da inflação esperada de 8 %, se vai traduzir em agravamentos da carga fiscal, ao menos nos primeiros meses de aplicação do Orçamento.

Isto para não falar do que vai passar-se com os impostos específicos sobre o consumo e com o imposto do sclo, entre outros.

Finalmente, constitui um equívoco, e dos maiores, o que se passa com a parte do Orçamento respeitante às autarquias locais. Sob o pretexto de que a evolução da receita do IVA vai conhecer este ano um acréscimo extraordinário, o Governo permite-se suspender, através do Orçamento, uma disposição fundamental da Lei das Finanças Locais, propondo arbitrariamente uma actualização do montante a distribuir pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

Quer isto dizer que o Governo, apoiado sobre a sua maioria, nos quer impor alterações arbitrárias de uma lei aqui votada consensualmente, sem ter em consideração uma solução que, aceitando embora a ideia da suspensão, não deixasse de ponderar atentamente a necessidade de considerar como crescimento mínimo do Fundo a taxa da desfação implícita na actualização salarial da função pública e ainda o peso da nova taxa de IVA sobre as empreitadas de obras públicas.

O equívoco, aqui, tem fundamentalmente a ver com os propósitos descentralizadores afirmados nas Grandes Opções do Plano e no próprio relatório orçamental e com a medida tomada em relação ao Fundo de Equilíbrio Financeiro.

É claro, no entanto, que o equívoco será maior e de consequências trágicas para todos os portugueses se o Governo pretender compensar, como tudo leva a crer, a diminuição de receita resultante do novo regime do FEF com o brutal agravamento da carga fiscal sobre a fortuna imobiliária que poderá resultar da aprovação do Código das Avaliações.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Equívoco é também, finalmente, o que se passa com as políticas monetária e cambial, sobre as quais o Governo apenas diz que não serão acomodatícias. Mas o Sr. Governador do Banco de Portugal diz porventura o contrário, ou seja, que vão continuar a ser rigorosas, face ao volume previsto das necessidades de emissão da dívida pública e da sua pressão prevista sobre o mercado.

Não se trata, porém, apenas de um Orçamento de muitos equívocos, mas também de um Orçamento que revela a incapacidade de mudar. Nem as obrigações contraídas no âmbito da Comunidade Europeia nos levam a implementar, finalmente, um modelo alternativo que permita sair do círculo vicioso gerado pelo aumento da despesa.

Não estamos — repito — a pensar nas contribuições comunitárias para a coesão económica e social. Pensamos sobretudo na realização das funções sociais do Estado, não pondo obviamente em causa a satisfação dos direitos fundamentais nesta matéria.

O que acontece é que a intervenção estadual como modo de realização mecânica da solidariedade se torna cada vez mais opaca, à medida que se afasta cada vez mais das formas de solidariedade espontânea geradas na própria sociedade. Daí resulta um custo, progressivamente mais elevado, dos serviços estaduais responsáveis por essa realização, em comparação com os custos inerentes à sua prestação a um nível mais descentralizado. Isto é designadamente verdade em sectores como a segurança social e a saúde.

Mas, no fundo, esta ausência de alternativa ganha, em cada dia que passa, mais coerência num todo em que, a par dela, avultam medidas de pendor intervencionista, nomeadamente a fixação salarial por portaria, o regresso à fixação administrativa dos preços, a ameaça de controlo autoritário das negociações salariais e intervenções pontuais nas empresas, como sucede na Coelma.

Nós, CDS, temos uma perspectiva diferente, a única não socialista desta Câmara. É em nome dela que conduziremos a intervenção no debate e a nossa votação.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa defronta-se com o seguinte pequeno problema: estão inscritos, para pedir esclarecimentos, três Srs. Deputados, mas o Sr. Deputado Nogueira de Brito já não dispõe de tempo regimental para responder. A Câmara tem alguma sugestão a fazer?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, se houver consenso, poderemos utilizar alguns minutos do tempo de amanhã.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, como sabe, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, relativamente ao critério de transferência de tempos, os pequenos partidos ficaram excepcionados da obrigação que impede sobre os outros partidos. Portanto, há uma certa maleabilidade.

De qualquer maneira, não podemos deixar de ter a mesma posição que tivemos aquando da intervenção do Sr. Deputado Ferro Rodrigues e apelar à magnanimidade

do Sr. Presidente no sentido de, inclusive, lhe conceder um tempo adicional para poder responder às questões que a minha bancada lhe quer colocar e que consideramos pertinentes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Duarte Lima, isso significa que antecipa o futuro do CDS?

Risos.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, como V. Ex.^a muito bem sabe, o futuro do CDS é muito incerto e não quero cometer um atrevimento desses!...

Fui muito claro ao sugerir à Mesa que concedesse, excepcionalmente, para este caso concreto, um tempo adicional ao CDS de forma a responder às questões que lhe fossem colocadas, pois, pelos vistos, a única intervenção de fundo que o CDS tinha para hoje era a do Sr. Deputado Nogueira de Brito e mal seria que ele não tivesse a possibilidade de responder aos pedidos de esclarecimento dos outros partidos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa entende que hoje não deve ser generosa — guardemos as generosidades para o futuro —, e aceita a sugestão do CDS no sentido de utilizar o seu tempo de amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima para pedir esclarecimentos.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nogueira de Brito, quero colocar-lhe uma questão concreta sobre um dos temas abordados na sua intervenção, sem contudo deixar de fazer uma observação preliminar. Contrariamente ao que sucedeu aquando da intervenção do PS, tenho de reconhecer que quando V. Ex.^a faz a análise deste Orçamento do Estado tem, de um ponto de vista global, uma concepção diferente, nalguns domínios, daquela que está presente neste documento e exibe-a como alternativa do seu partido.

Vou procurar concretizar: um Orçamento do Estado, sobretudo nas opções que constam dos seus grandes agregados macroeconómicos, tem sempre por trás uma opção de escolhas políticas. Este Governo tem determinadas escolhas políticas, que podem ser questionadas, o que não pode é olhar para cada um desses agregados em abstracto, deixando de ter em conta as escolhas políticas que estão subjacentes a ele próprio.

Penso dizer que a despesa pública devia ser mais ou devia ser menos, mas isso, em si próprio, não tem significado algum se se esquecerem essas escolhas. E, no caso concreto da leitura que V. Ex.^a faz das despesas públicas, considero que é um elemento de divergência de concepções entre o CDS e o Governo ou o partido que apoia o Governo.

V. Ex.^a critica o carácter «despesista», o gigantismo das despesas públicas deste Orçamento, mas isso não pode ser feito sem, antes, ser feita uma distinção de rigor. Não se pode falar em despesa pública desta forma sem distinguir o que é despesa pública de investimento e despesas públicas correntes. É fundamental que V. Ex.^a faça também este exercício prévio de reconhecer que, ao nível das despesas correntes, e pela terceira vez consecutiva, o Estado faz um exercício de grande rigor, porque elas praticamente não crescem — e, como disse, pela terceira vez consecutiva.

Ao nível das despesas de investimento há, de facto, um volume acrescido de despesas. Além disso, Sr. Deputado, o CDS costuma dizer que esse volume é exagerado e contrapõe aqui uma opção de fundo da sua própria visão, do que faria se fosse governo.

O que pergunto é se isto pode ser dito assim, num país como Portugal, que tem uma carência grande de bens públicos em infra-estruturas básicas, nas áreas da educação, da saúde, da segurança social e, por exemplo, dos eixos rodoviários. Não se pode comparar o nível da despesa pública relativamente ao PIB em Portugal, utilizando quadros de referência como são o alemão, o francês e o inglês, onde essas carências de bens públicos estão satisfeitas há muitos anos, o que não acontece em Portugal.

Portanto, em termos de opção política, como é que o CDS resolve este problema, partindo do princípio que para o CDS é um problema atendível politicamente, com um nível mais reduzido de despesa pública?

Esta é uma questão que o distingue da posição do Governo e da posição do partido que apoia o Governo, pelo que gostaria que, sobre ela, V. Ex.^a pudesse falar um pouco mais, porque julgo que tem alguma coisa a dizer.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nogueira de Brito, há pouco V. Ex.^a recebeu o epíteto de ser a oposição principal, embora não fosse a maior oposição. Depois da sua intervenção, e com toda a amizade e respeito que sabe que tenho por si, talvez já não seja tão principal — digamos que está ao nível da oposição do PS — porque não apresentou nenhuma alternativa.

V. Ex.^a acaba de vir aqui falar em menos despesas, e eu estava à espera de saber onde é que iria cortar nas despesas. Por fim, viu-se uma solução — o orçamento da segurança social.

Ora bem, sabendo nós que o orçamento da segurança social tem, em despesas com pensões e apoios sociais, cerca de 1050 milhões de contos e que as despesas de administração não ultrapassam os 47 milhões de contos, gostaria de saber onde é que V. Ex.^a iria realizar as suas poupanças orçamentais na despesa, para serem, evidentemente, significativas. Estamos a falar em termos de política orçamental, não estamos a ver ao milhar de contos, estamos a ver — e foi o Sr. Deputado que confirmou — o peso das despesas públicas na economia. Onde é que V. Ex.^a vai realizar as suas poupanças?

Em segundo lugar, uma questão muito simples: um seu antecessor, vice-presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, Dr. José Manuel Moraes Cabral, disse, ontem, na televisão, muito claramente, que era difícil, no curto prazo, reduzir as despesas públicas. Concordará que — e isso não foi só ele que disse, tenho aqui outras intervenções de ilustres gestores financeiros da nossa actividade económica — é muito difícil uma trajectória segura e sustentada de redução do peso das finanças públicas na economia sem garantir ao mesmo tempo a tal convergência real que o Sr. Ministro das Finanças e o Governo vêm apresentando sucessivamente como prioridade.

V. Ex.^a concorda com esse seu ilustre antecessor e reconhecido economista ou entende que ele está a ser também socialista?

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, face às questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados Duarte Lima e Rui Carp, prescindo do uso da palavra.

O Sr. Presidente: — Tem, pois, a palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado João Oliveira Martins.

O Sr. João Oliveira Martins (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nogueira de Brito, já hoje, da parte da manhã, V. Ex.^a disse aqui que o Orçamento tem um crescimento excessivo das despesas públicas.

O Sr. Deputado tem apreciado nesta Câmara, desde 1986 até hoje, um conjunto de medidas que levam necessariamente a um aumento das despesas públicas, e o CDS achou bem que fossem tomadas.

Primeiro, ouvimos aqui dizer, em 1986 e 1987, que o Orçamento do Estado não era um espelho fiel da realidade das despesas que o Estado fazia. Inclusivamente, vimos aqui um Deputado do PRD fazer contas sobre o Fundo de Abastecimento, sobre a situação do Tesouro no Banco de Portugal, etc., sobre a situação dos fundos. O Governo, e bem, tornou o Orçamento num orçamento mais real, traduzindo mais fielmente a situação do Estado, mesmo que tivesse aumentado a despesa pública.

Ouviu-se nesta Câmara alguns comentários sobre a situação da função pública: que os funcionários públicos, relativamente ao sector privado, não tinham o mesmo nível de remunerações. O Governo encetou uma política de valorização da função pública, que tem, obviamente, os respectivos reflexos orçamentais — a despesa pública aumenta. Ouviu-se aqui o Governo dizer que as taxas de juro praticadas para a dívida pública eram taxas de juro artificiais, era preciso que fosse o mercado a ditá-las. E o Sr. Deputado, aí dessa bancada, dizia: «muito bem, ainda bem que se envereda por essa política!».

Sr. Deputado, essa política paga-se, tem mais juros na dívida pública.

Ouviu-se aqui, em determinado momento, dizer: «como é que vai ser isso da absorção dos fundos comunitários? Como é que Portugal vai ter capacidade para encaixar ou para obter da Comunidade 1300 milhões de contos, tendo de investir 800 milhões de contos (números redondos)?». O Sr. Deputado, aí dessa bancada, dizia: «é preciso que se ponham em marcha mecanismos para que esse dinheiro não fique lá».

Sr. Deputado, é mais despesa pública!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como é que concilia isso?

Passados estes anos, chega aqui e, aqui d'el-rei, diz que a despesa pública subiu o que subiu!

Subiu, e subiu bem, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito, cingindo-se aos 10 % de tempo de antecipação de que dispõe.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, suponho que a resposta é única.

Entretanto, relativamente ao Sr. Deputado Rui Carp e quanto às ideias do Sr. Dr. Moraes Cabral, utilize uma resposta que o Sr. Ministro deu há dias em sede de comissão: posso dar-lhe o número de telefone do Dr. Moraes Cabral para V. Ex.^a lhe perguntar. Eu não respondo por ele.

Risos.

O Sr. Rui Carp (PSD): — A resposta dele sei eu, a sua é que gostava de saber!

O Orador: — A minha vai sabê-la agora.

Sr. Deputado João Oliveira Martins, sei que V. Ex.^a é um «despesista», o que não admira, pois o Sr. Deputado trabalha e trabalhou sempre num sector de grande despesa de investimento do Estado, em relação ao qual não discordo, porque eu disse, aliás, que não punha em causa a absorção dos fundos comunitários; não ponho isso em causa, o que ponho em causa é outra coisa.

Depois, V. Ex.^a fez uma grande confusão, porque citou várias medidas e disse que o CDS tinha estado sempre de acordo com elas. V. Ex.^a não esteve, com certeza, atento e não observou bem a votação do CDS. Estava no Governo e, naturalmente, via todos a votar a favor.

Risos.

Em primeiro lugar, não acredito em orçamentos alternativos, preparados na Assembleia da República, em Portugal. Porventura, acredito que haja no Senado dos Estados Unidos, mas em Portugal não temos meios para isso.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Lembro-me que vi uma fotografia do Sr. Ministro das Finanças a apresentar o Orçamento, tendo ao seu lado um grande maço de documentos atado com vários cordéis. É evidente que não temos capacidade para propor alternativas concretas de despesa, honestamente, sinceramente, fundamentadamente. Portanto, não temos essa possibilidade, não temos meios técnicos. Já muito faz quem nos auxilia, mas realmente não pode fazer mais. Não temos essa possibilidade e, portanto, não o devemos fazer.

O que podemos perguntar ao Governo é o seguinte: Sr. Governo, não pomos em causa que absorva todos os fundos comunitários, mas onde estão alternativas para o crescimento permanente das despesas, por exemplo, com a saúde? Por que é que está prevista, todos os anos, a construção de «n» centros de saúde? Por que é que os senhores não fazem convenções com os médicos e não acabam com a multiplicação dos velhos postos das caixas de previdência, que é o que são os novos centros de saúde e não mais do que isso?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por que é que não fazem escolhas, se aprovaram aqui uma Lei de Bases da Saúde que lhes permite fazer essas escolhas? Por que é que não se desentramham em soluções? Porquê esta despesa social? Não queremos pôr em causa a satisfação dos direitos sociais fundamentais que estão na Constituição, mas canalizar essa satisfação através de serviços do Estado revela-se um sorvedouro de dinheiros públicos. Não tem

sím, em termos de despesa: é mais pessoal, são mais admissões, é mais ineficiência, são mais engarrafamentos, é a pior satisfação destas próprias necessidades. O modelo não tem que ser este, tem que haver uma alternativa. E o mesmo acontece para a segurança social.

V. Ex.^a fez-me uma pergunta e eu respondo-lhe: por que é que não se «plafonizam» contribuições e pensões? Por que é que não se incentiva, de uma forma real e efectiva, a contratação de seguros privados, abertamente?

O Sr. Rui Carp (PSD): — Está a ser feito!

O Orador: — Não, Sr. Deputado! Está a ser mal feito, pouco feito! O Sr. Deputado sabe que os abatimentos previstos em sede de IRS não servem para «mandar cantar um cego». Portanto, não há, mas devia haver, um verdadeiro incentivo nesta área, e isto é que era um modelo alternativo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Esta é a resposta que queria dar aos Srs. Deputados. Eu vi aqui aprovar — e nisso o Sr. Deputado Oliveira Martins tem razão —, com o meu voto, algumas medidas que apontavam no sentido de reestruturação destas matérias, mas não vejo essas medidas desentranhadas em regulamentações, em aplicações. Não vejo a regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social nem vejo a Lei de Bases de Saúde ser desentranhada em soluções, designadamente em sede de Orçamento do Estado. E isso é que era preciso, porque, senão, o Sr. Ministro das Finanças vai ter que inventar um imposto novo todos os anos, porque o aumento da despesa não tem fim.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^m e Srs. Deputados: Nem esta Sala semicircular nem o que nela se passa neste momento é muito diferente da sala de capítulo dos conventos onde os monjes, em conjunto, se apontam as faltas e delas se penitenciam publicamente, numa espécie de conjura colectiva.

Risos.

Discutir o Orçamento do Estado deveria, antes de mais, ser reconhecido como o momento necessário para a expiação das culpas que nele todos temos.

Com efeito, não é particularmente este Orçamento do Estado que é mau. São-no todos. Pelo menos, tal como os conhecemos nos nossos dias. Porquê? Porque traduzem todos eles a promoção e o aproveitamento da letárgica dependência da sociedade civil em relação ao Estado que se compraz, por sua vez, no seu comovente papel de distribuidor da «sopa dos pobres», num gesto de paternal generosidade.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Muito obrigado!

Risos.

Mas é, por isso mesmo, uma distribuição que provoca invariavelmente insatisfação, pela razão simples de que é seu objectivo táctico e «sábio» não satisfazer ninguém, a não ser a si próprio, fiel, de resto, ao provérbio muito ao jato da solidariedade oficial: «Quem parte e reparte e não tira a melhor parte ou é tolo ou não tem arte». Pois tolo é que o Estado não é. E no caso vertente do Orçamento do Estado para 1992 até se poderia dizer que ele é obra de um artista português.

Risos do PSD e do CDS.

Mas já lá iremos, porque tenho antes de tratar das minhas culpas, que são minhas porque o são de todos nós.

É-se culpado por este Orçamento quando se estimula a mendicidade dos agentes económicos em relação ao Estado. Do mesmo modo o somos quando colocamos nos braços extremos do Estado o sentido das nossas vidas e a condução dos nossos destinos.

Somos culpados de orçamentos como este, quando acreditamos na omnipotência de um Estado obsidiante. Neste acreditar está a nossa fraqueza. Somos-lo de igual modo, quando, na qualidade de pais, preocupados com o futuro dos nossos filhos (e netos), erigimos gostosamente o Estado como seu tutor solícito e seu educador omnisciente e exclusivo. Somos, enfim, responsáveis também por este Orçamento, na medida em que nos acolhemos docilmente aos braços constrangedores do Estado, assumindo culturalmente a pretensa irrefutabilidade de verdade absoluta de uma tal situação.

Quase que o Estado bem se poderia colocar na posição de vítima, lamentando a falta de coerência dos cidadãos que o elegem seu procurador para tudo, mas sem quererem assumir o ônus da contrapartida. De facto, se o Estado tem que acudir a tudo, ou algo fica sem nada ou tudo fica com pouco: «Casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão».

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Está a dar o recado!

O Orador: — Só que, no meio desta desgraça, há um personagem que não joga limpo: precisamente o próprio Estado.

O Orçamento do Estado para 1992, com efeito, reflecte, para surpresa geral, um tipo de mentalidade que poderíamos caracterizar como semelhante à de um pároco de aldeia que, para fazer subir as receitas da sua igreja, fizesse espalhar caixas de esmolas por todos os altares e imagens de santos, sem esquecer as alminhas do purgatório. A mentalidade contabilística passaria-se, ridícula e impune, ao longo de todo o documento porque conta com a vulnerabilidade do cidadão ao charme dadivoso do Estado atento a anos eleitorais. Ora, sendo 1992 um ano politicamente anódino porque eleitoralmente neutro, bem que o Governo pôde aproveitar para impor um Orçamento manipulatório e tecnicamente incongruente.

Manipulatório porque, agitando embora o louvável objectivo da redução do défice das contas públicas, se precipita numa desenfreada caça aos impostos, ao sabor e ao ritmo das conveniências monetaristas da política governamental, tendo aqueles, comparativamente com 1991, aumentado na seguinte percentagem: IRS, 43%; combustíveis, 25%; tabaco — eu não fumo! —, 28%; imposto automóvel, 22%; e mais 48% o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Tudo isto sem diminuir, antes aumentando, as despesas públicas em 20%.

Ora, «ao mesmo tempo que a dívida pública representa uma transferência indevida de encargos para as gerações futuras, ela não é neutra mesmo para aqueles que a criaram — a geração presente de cidadãos. Só para pagar os juros dessa dívida, os contribuintes portugueses vão despender em 1992 cerca de 1000 milhões de contos, significando que, em cada 1000\$ de impostos que pagam ao Estado, cerca de 350 se destinam meramente ao pagamento dos juros da dívida pública» (Pedro Arroja, *JN*, 25 Janciro 1992).

Vozes do PSD: — Não presta!

Risos.

O Orador: — Não presta?! Vou beber água!

Risos.

Manipulatório, enfim, porque recolhe não para aliviar o esforço de financiamento do crónico défice das contas do Estado por parte dos contribuintes mas para engordar um fundo de charme governativo, festivamente aplicado em circunstâncias eleitorais.

Mas este Orçamento é também, no meu fraco entender, tecnicamente incongruente. E aqui reside, porventura, o motivo maior de surpresa, já que não era de esperar um documento tão contraditório com as apregoadas convicções do seu autor. É que, ao esperado desiderato de reduzir o peso total do Estado na economia e na sociedade, vê-se contrapor-se, afinal, a cruel evidência do seu considerável aumento, porque ao explícito e edificante desejo de uma maior autonomia das autarquias corresponde, na prática, em resultado sobretudo do caudal proveniente dos impostos indirectos, um agravamento da sua mendicante dependência em relação ao poder central.

Incongruente é este Orçamento também porque, à lógica expectativa de reduzir o défice da dívida pública que, para o presente ano, é estimado em 542 milhões de contos, o equivalente a 5,2 % do PIB, em vez de fazer corresponder uma substancial redução no ritmo das despesas públicas, cis que, ao invés, as faz aumentar em 20 %.

Não quero, contudo, ser acusado de possidónio, advogando o corte radical das despesas públicas. Mas pode reduzir-se tais despesas, escolhendo os pontos da sua aplicação, ao contrário do efeito de chuveiro que caracteriza a actual distribuição dos benefícios sociais.

Não teria sido necessário, com efeito, um aumento a uma taxa recorde de 27 % das despesas sociais se, em vez de se dispersarem elevadas somas, em pura perda ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe para concluir.

O Orador: — Agora que eu ia tão bem é que vou concluir!...

Risos.

Mas, infelizmente, de hoje a um ano estaremos aqui de novo a alinhar estes ou idênticos argumentos contra um outro orçamento, o de 1993.

É contra o vício cultural que subjaz a esta persistência no erro que o meu partido ousa alertar. Só um orçamento que reflete eloquentemente o carácter corrector e supletivo

do Estado merecerá o aplauso do Partido de Solidariedade Nacional. A bem da pessoa humana e da plena cidadania.

Aplausos do CDS.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpolar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas, se não for rigoramente uma interpelação à Mesa, tirar-lha-ei.

O Sr. Martins Goulart (PS): — Sr. Presidente, gostaria de perguntar à Mesa se considera oportuno que se faça uma ressalva relativamente à afirmação que acaba de ser feita de que o ano de 1992 será um ano sem eleições no território nacional. O reparo é no sentido de que há eleições nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e, portanto, seria estranho que este órgão de soberania, através do seu silêncio, não reconhecesse essa realidade.

O Sr. Presidente: — Não tem a palavra para o efeito.

Risos.

O Orador: — É exactamente para afirmar, na Assembleia da República, que no ano de 1992 existem eleições legislativas ...

O Sr. Presidente: — Não tem a palavra, Sr. Deputado. Faça favor de se sentar.

O Orador: — ... para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira.

Aplausos do PS.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Presidente: — Mas o Sr. Deputado Manuel Sérgio não tem tempo para responder, a não ser que o Sr. Deputado lho dê.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, dispensamos um minuto.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Sérgio, pensava eu que V. Ex.^a era adepto do pós-modernismo, mas o que acaba de fazer na sua intervenção é citar, em primeiro lugar, um economista da escola mais liberal-radical portuguesa, como é o caso do Prof. Pedro Arroja, que é, salvo erro, o mais indefectível adepto de Milton Friedman; ...

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Por aí não vem mal!

O Orador: — ... em segundo lugar, após fazer referência à carga fiscal ou a mais impostos, chega ao seu tema central, que se traduz na melhoria das pensões sociais e nos apoios na área social.

Neste sentido, pergunto a V. Ex.^a, Sr. Deputado Manuel Sérgio e meu caro amigo, como conseguiria, adoptando

as teses miltonfriedmanianas do Prof. Arroja, simultaneamente, o monetarismo mais radical, a concertação e o diálogo e a solidariedade nacional — naturalmente por doutrina do seu partido — com o aumento da segurança e do apoio social e, ao mesmo tempo, desaggravar os impostos ainda mais do que o Governo prevê na sua política orçamental.

Gostava de, numa frase só, saber como é que V. Ex.⁸ faria tudo ao mesmo tempo.

Risos.

O Sr. Presidente: — Para responder, no tempo de um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Deputado Rui Carp, meu querido amigo — de facto, nós somos amigos! —, dizer numa palavra só!... A sua pergunta é estranha e inquietante, sabe?!

Risos.

De facto, com uma palavra só, não sei como é que hei-de dizer-lhe. Agora, do que não há dúvida é de que, na realidade, creio ter sido eu a primeira pessoa a falar, no nosso país, em pós-modernidade em política, porque não sabia como havia de classificar um partido que estava a nascer em 1991.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Tinha que arranjar um nome!

Risos.

E vou ainda dizer-lhe o seguinte: é que quando o Partido da Solidariedade Nacional nasceu eram todos sociais-democratas, incluindo o PRD. Então nós, porque chegámos a seguir aos outros partidos e porque, na realidade, éramos o Partido da Solidariedade Nacional, achámos que trazímos para a vida política nacional o seguinte: substituímos a virtude do Maquiavel à virtude da solidariedade e substituímos a razão do poder à razão do impoder. Bom, mas isto é só ... Agora sobre as suas perguntas, como é que eu ...

Risos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, para as respostas é que já não tem muito tempo.

Risos.

O Orador: — Já não tenho tempo? Peço desculpa, mas de uma coisa tenho eu a certeza: é que o Sr. Deputado percebeu o não dito.

Risos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Luís Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estas são as últimas Grandes Opções do Plano anual, elaboradas sob a umbela das orientações de médio prazo, apresentadas ao Parlamento em 1988. Vale a pena, por isso, relembrá-las e fazer um breve balanço do que foi a sua tradução ao longo destes anos.

Propusemos então à Assembleia da República, como eixos estruturantes da nossa acção: informar e mobilizar a sociedade; valorizar os recursos humanos e fortalecer o tecido social; reconverter e modernizar a economia.

Passados três anos, verificamos que o grau de integração dos Portugueses no espaço comunitário aumentou não só nos aspectos tangíveis das exportações e das importações ou do investimento dos nossos parceiros em Portugal e dos empresários portugueses no estrangeiro mas também nas muitas outras formas mais imateriais que assumem as nossas relações com os outros, na imagem que eles têm de nós e naquela que nós deles formulamos.

De País periférico, não somente em termos físicos, passamos ao estatuto de nação vencedora dos muitos desafios que o afastamento nos impõe; o crescimento sustentado granjeou-nos a reputação de gente aplicada ao trabalho e na preparação séria do futuro; o aproveitamento das ajudas comunitárias vem demonstrando que os potenciais beneficiários estão alerta e sabem tirar partido do que, em sua atenção, negociamos.

Passada a fase da novidade e sendo muitas e grandes as novidades do outro lado da Europa, o nosso país continua a merecer atenção porque representa um caso ímpar de crescimento persistente, de baixíssimos níveis de desemprego, de criminalidade negligenciável, de paz social e de diligência infatigável na realização dos muitos investimentos — nas coisas e nas pessoas — que ajudam a preparar um futuro melhor.

Quando percorremos, no texto das Grandes Opções de médio prazo, as medidas que nos propúnhamos então levar a cabo, verificamos que tocámos em todas e concluímos muitas. Nas primeiras incluem-se, naturalmente, aquelas que têm carácter permanente e que, infelizmente, nunca terminam. Tal é o caso da desburocratização, preocupação constante e de realização nunca acabada, porque renascem todos os dias peias diversas das que se removem, exigindo determinação e persistência nos esforços que tornam mais fluidas as relações entre os administrados e a Administração.

Em relação à segunda das grandes orientações fixadas — a valorização dos recursos humanos e o fortalecimento do tecido social —, bastará lembrar que nunca, em Portugal, estiveram em construção simultânea tantos estabelecimentos de ensino, nem nunca se atribuiu tanta importância à educação como factor de preparação para a vida. A avaliação da situação permite afirmar que há uma educação mais robusta das novas gerações e que não é por falta de oportunidades de formação profissional que se deixa ficar alguém por empregar.

A formação profissional representou, nos últimos quatro anos, uma área privilegiada de apoio cuja repercussão na vida prática se pode avaliar, de modo sintético, pela baixa taxa de desemprego e pela pressão que, em certas profissões, a procura vem exercendo sobre a oferta. E a investigação científica e tecnológica transformou-se num assunto de interesse diário nos meios de comunicação social.

No que respeita ao terceiro vector — a reconversão e modernização da economia —, tem de se constatar que o País mudou de rosto, nestes últimos anos. A prioridade foi dada à atenuação dos custos externos às empresas, particularmente no campo das acessibilidades, mas foram muitos os incentivos directos proporcionados a quem ousou empreender. O investimento respondeu bem aos estímulos concedidos e, em matéria de investimento estrangeiro, tivemos sempre a preocupação de garantir que

ele fosse indutor de progresso para as empresas nacionais a montante das unidades instaladas, multiplicando os efeitos benéficos e ajudando, se não mesmo impondo, a reconversão e modernização do tecido industrial português.

Não posso alongar-me em referências às muitas medidas que traduziram esta preocupação de modernização da nossa economia. Os programas de acção foram muito diversificados, impuseram grandes esforços de coordenação, exigiram negociações complexas na obtenção de apoios e reclamaram criatividade no desenho e na montagem das formas operacionais de proceder.

A verdade é que o País mudou! Isso demonstra a justeza das opções feitas e a correcção dos instrumentos de acção de que lançámos mão.

Não temos a arrogância de afirmar que não poderia ter sido melhor. É sempre possível fazer melhor! Por isso nos aplicamos agora na elaboração de um novo quadro de referência da nossa acção, mais exigente porque partimos para ele de um patamar de desenvolvimento mais elevado e também potencialmente mais eficaz porque temos um conhecimento mais aprofundado das fórmulas que, experimentadas, deram mais sucesso e reclamaram, mesmo, reforços porque acertaram em cheio nas alavancas que importava accionar.

As Grandes Opções do Plano para 1992 não diferem, na essência, das que enformaram o quadro de médio prazo a que me acabo de referir. Não faria sentido que alterássemos uma maneira de proceder que deu bons resultados e que se identificou com o sentimento, com as expectativas e com a vontade dos muitos «actores» que compreenderam o sentido que o Governo quis imprimir à sua acção. Tornámo-nos, todavia, mais exigentes, adaptando-nos ao que se passa à nossa volta. Por isso, apresentamos as seguintes Grandes Opções: primeira, a valorização da posição de Portugal no mundo; segunda, a preparação da economia para a União Económica e Monetária; terceira, a aposta na qualidade; quarta, o reforço da solidariedade.

Queremos projectar-nos na cena internacional porque temos bases que nos permitem fazê-lo e também porque isso nos ajudará nas muitas outras acções que nos propomos levar a cabo.

Os primeiros seis meses deste ano conferem-nos uma posição especial que nos facilita a possibilidade de demonstrarmos que mesmo um pequeno país periférico está à altura das complexas tarefas da presidência da Comunidade Europeia, se se aplicar persistentemente na procura dos lugares geométricos em que todos se revejam e se o fizer com seriedade, disciplina e seriedade. Todos os dias a situação internacional evolui dramaticamente e introduz no sistema variáveis novas e parâmetros que nada têm a ver com os que traduziam os comportamentos dos diferentes actores, há um par de anos atrás.

Para tanto, é preciso estar muito atento à evolução e encontrar rapidamente as fórmulas de solução que se espera que uma presidência ágil proponha, mas é também necessário conservar uma linha de rumo clara. Por isso, participamos e promovemos o aprofundamento da integração europeia, na qual acreditamos com sinceridade, e fazemos o que está ao nosso alcance para reforçar o papel da Europa na cena mundial, o que não é fácil nesta fase de turbulência. E, não esquecendo que há cinco séculos convivemos com uma boa parte dos povos, mantemo-nos fiéis aos estreitamento das relações com países e regiões extra-europeias.

No que respeita à preparação da economia para suportar as solicitações decorrentes da União Económica e Monetária, indicamos como factores determinantes a estabilidade monetária e financeira e a redução da inflação, nas quais nos havemos de aplicar. E quanto à falsa dicotomia entre convergência nominal e convergência real, tudo faremos para que a segunda seja acelerada como componente importante da primeira.

Nesse sentido, continuaremos a dar atenção às «externalidades». Se os empresários fizerem, dentro de portas, tudo o que for correcto, a colectividade deve assegurar que aquilo que não está na esfera de responsabilidade dos primeiros seja executado com prontidão e qualidade. Inscreve-se nessa linha o prosseguimento da qualificação dos recursos humanos, a construção dos muitos tipos de infra-estruturas que são necessárias — desde as estradas às telecomunicações, desde as barragens às estações de tratamento de águas residuais, desde as escolas aos edifícios que alojam faculdades, desde as pontes aos aeroportos — e a provisão de formas de energia que garantam à indústria nacional uma redução dos custos dos factores naquilo em que é possível fazê-lo.

A modernização de todas as nossas actividades constitui um imperativo permanente. Não são somente as actividades económicas que, a não garantirem sistematicamente a manutenção de vantagens comparativas, se verão irradiadas do mapa, de forma súbita ou com morte lenta, asfixiada pela degradação da retribuição de alguns factores, sendo a mão-de-obra o mais comum.

É preciso tratar da modernização de todas as actividades em conjunto porque o sector privado depende da eficiência do sector público, exigindo uma lubrificação permanente da máquina burocrática. Cada actividade depende de muitas outras que, se não avançarem de modo mais ou menos simultâneo e articulado, geram atritos que acabam por bloquear o conjunto ou gerar ineficiências muito arreliadoras.

A aposta na qualidade abrange toda a vida nacional, desde a quotidiana, em que pequenos incrementos na consciencialização de que vivemos em sociedade podem fazer muito, até às operações de longo período de maturação, como as que respeitam aos recursos humanos e às que têm a ver com a distribuição do poder, sob forma administrativa, tantas vezes tão insidiosas, irresponsabilizadoras e difíceis de alterar.

Fazemos da qualidade uma aposta e não hesitamos em desdobrar a nossa acção em seis capítulos, o que é muito mais responsabilizador do que se enunciássemos, de forma vaga, a vontade de melhorar a qualidade no seu conjunto. Não nos limitamos a dizer que é a qualidade da produção que nos interessa — ela é vital, se quisermos assegurar a nossa prosperidade material futura —, mas estendemos a nossa ambição à qualidade do ambiente e do quotidiano, que reclama acções muito mais desagregadas, subtis, descentralizadas e também muito mais ligadas à esfera dos comportamentos individuais, que têm de ser aliciados ou condicionados para que a nossa vida colectiva seja mais agradável e civilizada.

A solidariedade — quarta opção — tem constituído uma constante da atenção dos governos, desde há sete anos para cá. A solidariedade dentro da mesma geração tem como objecto principal os grupos menos robustecidos e preparados para participar normalmente no processo produtivo, mas tem de atender também àqueles cuja localização os faz estarem mais afastados das correntes indutoras de progresso. A solidariedade entre gerações

tem a ver com os dois grupos extremos: aqueles que não de ser os cidadãos de amanhã e os que já não podem contribuir de forma activa, mas a quem se deve reconhecimento e que, de muitos modos, podem ser integrados, contribuindo com a sua experiência. De qualquer forma, é certo que o grau de civilização de um grupo se pode aferir pelo modo como trata as suas crianças e os seus idosos. Não faria sentido que à prosperidade material crescente de que beneficiamos corresponesse uma degradação dos padrões de civilização. Por isso é tão importante para nós a solidariedade entre gerações, entre grupos com disponibilidades diversas, entre grupos localizados em pontos distintos do território. A solidariedade é uma qualidade inata entre os Portugueses. Os egoísmos são mais fruto das circunstâncias do que a expressão de um seu atributo profundo. Deve, por isso, favorecer-se o aparecimento de todas as formas de solidariedade, que não só induzem muitas economias como, especialmente, conferem às coisas um estilo caracteristicamente português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria agora de me referir ao programa de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração central para 1992. Ele vem no seguimento de muitas decisões tomadas anteriormente relativamente a obras ou a programas de vulto, com carácter plurianual e está em consonância com as Grandes Opções de médio prazo e com as que agora apresentamos. As opções têm um reflexo nítido nas decisões de investimento e isso pode ver-se claramente na estrutura do PIDDAC.

Dizemos que as externalidades representam uma prioridade e afectamos-lhes 34,5 % do que investimos, orientando particularmente para estradas um quarto do que dispendemos.

Dizemos que os recursos humanos são importantes e que a elevação do nível de educação de base dos Portugueses é a chave de muitos sucessos futuros, representando a forma mais perceptível de solidariedade entre gerações e, em consonância, afectamos ao sector 14,4 % do total dos investimentos da administração central.

Afirmamos que é preciso modernizar a actividade produtiva, reconvertendo sectores e chamando à acção novas levas de empresários e, em conformidade com isso, orientamos para apoios directos à actividade produtiva 7 % do que investimos e afectamos 9,1 % à agricultura e 6,9 % à indústria.

Insistimos em que a descoberta de novos conhecimentos e a ligação íntima entre as nossas comunidades científica e empresarial representam a ponte para muita inovação futura e afectamos 2,3 % do que investimos à investigação e desenvolvimento.

Vê-se, assim, que não é a inércia das tendências que nos empurra, é a escolha deliberada dos sectores a promover que nos faz distribuir os dinheiros. Isso não é fácil porque muitas e boas são sempre as razões invocadas por cada sector para orientar para ele uma fatia importante do bolo a distribuir. É, por isso, que a definição de uma estratégia clara é fulcral para alcançar o sucesso. A experiência dos anos anteriores faz-nos crer que estamos certos ao escolher alguns, poucos, sectores para aplicar os meios disponíveis, dotando os outros com os quantitativos suficientes para assegurar o acompanhamento necessário.

Se distinguirmos, no PIDDAC, as verbas do chamado PIDDAC «tradicional» das do PIDDAC «apoios», vemos que ao primeiro cabem 76,2 % e ao segundo 23,8 % do

total. Isso significa que quase um quarto do PIDDAC é orientado para «apoios»; ou, de outra forma, isso traduz que nós entendemos que o esforço de desenvolvimento não compete só ao Governo, ele tem de ser de todos os portugueses. Os «apoios» visam incentivá-los a ousar, modernizando ou iniciando novas actividades, diversificando ou fazendo economias internas diversas, permitindo-lhes fazer coisas por si próprios ou auxiliando-os a atingir os patamares em que possam ser parceiros de peso equivalente ou respeitável em relação a empresários estrangeiros com quem haja vantagem em associar-se.

Temos insistido, muitas vezes, na necessidade de uma mobilização geral das energias latentes no País para poder desenvolvê-lo. E felizmente temos vindo a ser bem sucedidos, porque têm sido muitos aqueles que, ajudando-se a si próprios, ajudam também o País e aqueles que, generosamente, se põem ao serviço da colectividade. De entre eles, gostaria de salientar dois grupos com os quais tenho relações privilegiadas de cooperação: os autarcas e os cientistas.

O Sr. José Magalhães (PS): — Os autarcas?!

O Orador: — O País não seria o que é hoje, nas condições da vida quotidiana que insistimos em continuar a promover, se não fosse a acção determinada dos muitos elitos locais que, de uma forma descentralizada, vão provendo a muitas necessidades. A tendência é para assegurar mais receitas próprias aos municípios por cuja aplicação haja maior responsabilização directa perante os eleitores. Nessa altura, o Fundo de Equilíbrio Financeiro funcionará como verdadeiro instrumento de perequação, promovendo a correção de injustiças relativas e garantindo meios adequados aos menos fregosados.

Neste momento, há uma dependência exacerbada em relação às transferências da administração central, transformando sistematicamente num «caso» a discussão sobre o montante global do FEF. Foram feitos ajustamentos nos critérios de distribuição, de acordo com a vontade expressa pelos destinatários e foram propostas autorizações para legislar em matérias e em sentidos que visam dar mais meios a quem tem de arcar com alguns custos específicos. E, em globo, o FEF vai crescer cerca de 13,5 % em relação ao ano de 1991.

Tem sido muito discutida a questão da harmonização fiscal, feita de uma vez só, em relação ao Imposto sobre o Valor Acrescentado e às repercussões que, na paridade de evolução do FEF, ela deveria ter. Essa harmonização tem carácter excepcional e, por isso, não pode arrastar todo um cortejo de consequências que acabariam por provocar desequilíbrios noutras variáveis cujo comando é essencial para uma integração sem sobressaltos na União Económica e Monetária. Por um lado, queremos ter o equilíbrio que essa integração garante, por outro, também queremos um investimento generalizado e reforçado. A solução encontrada é bastante equilibrada, embora eu compreenda a vontade de fazer sempre mais que os autarcas portugueses exibem com vitalidade.

O outro grupo é o dos investigadores científicos e tecnológicos. Está a assistir-se a uma renovação de muitas instituições, tendo algumas delas obtido meios para reforçar as suas instalações e equipamentos e muitos candidatos a bolseiros visto recompensados todos os seus esforços anteriores, que culminaram em bolsas dadas a quem

demonstrou capacidade. Há, porém, muito a fazer para chegarmos a um patamar de auto-sustentação do esforço já realizado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O tempo atribuído a este tipo de intervenções é sempre curto para dizer tudo quanto seria útil e esclarecedor. Felizmente para o desenrolar da discussão que vai seguir-se eu próprio já intervirei em mais de uma dúzia de reuniões com as comissões parlamentares e com os Srs. Deputados, analisando diversas vertentes dos domínios por que tenho a responsabilidade.

Não podendo agora ser exaustivo, resumirei as linhas orientadoras do meu discurso.

Pretendi demonstrar que as Grandes Opções para 1992 se inserem na linha de documentos de natureza semelhante aprovados por esta Câmara para o médio prazo, mas referi que não se trata de um mero prolongamento do antecedente porque a evolução conseguida justifica e impõe novas ambições.

Apontei os principais eixos que vão estruturar a nossa acção ao longo do ano em curso, procurando demonstrar a sua coerência interna. No relatório pode ver-se o enunciado do que pretendemos fazer e do modo como o queremos realizar, facilitando, assim, a apreciação crítica da acção do Governo.

Ficaram claras as implicações quantitativas das nossas escolhas e o carácter selectivo que elas nitidamente exibem e ficou também patente que o desenvolvimento dos Portugueses tem de ser conseguido por todos eles, competindo ao Governo estimular alguns a ousar e todos a participar, responsabilizando-se pelas coisas que só o conjunto pode fazer e curando de projectar a imagem de capacidade e determinação que caracteriza o Portugal de hoje.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, como o meu camarada Luís Sá fará a seguir uma intervenção sobre algumas áreas do seu Ministério, abstenho-me de comentar as suas afirmações, mas há, no entanto, uma questão que não posso deixar de lhe colocar neste momento.

Todos os anos lemos com bastante atenção, e até com algum carinho, as GOP, quanto mais não seja, muitas vezes, pelo seu fim de recorte literário, mas há uma questão que, todos os anos, também nos intriga, e este ano, porventura, mais do que nunca, que é a coerência ou a falta de coerência entre o que se encontra escrito nas GOP e o que depois se traduz no Orçamento do Estado, de verba a verba, projecto a projecto, rubrica a rubrica.

Efectivamente, quando descemos das grandes formulações para os projectos concretos, verificamos que os grandes objectivos que muitas vezes as GOP referem não têm tradução orçamental. E dou-lhe alguns exemplos concretos a nível, por exemplo, do PIDDAC: nas GOP fala-se que um dos objectivos na área da educação é o de reforçar o apoio à acção social escolar e no Orçamento do Estado a verba correspondente baixa mais do que 5% em valores nominais; nas GOP fala-se no desenvolvimento da formação contínua dos professores e no Orçamento do Estado, pura e simplesmente, desaparece qualquer

referência e qualquer verba para esta rubrica; nas GOP fala-se no incremento da educação pré-escolar e no Orçamento do Estado a verba baixa de 300 000 contos para menos de 150 000 contos.

Se formos, por exemplo, para a área da agricultura, verificamos que nas GOP se fala em manter e reforçar o apoio ao investimento e no Orçamento do Estado a contrapartida nacional para o Regulamento (CEE) 797/85 tem uma quebra real de cerca de 9%.

Se formos para o Ministério do Mar, verificamos, por exemplo, que se propõe como um dos objectivos o incentivo ao desenvolvimento da aquacultura e no Orçamento do Estado verifica-se que esta rubrica vem a descer de 270 000 contos, em 1990, para 135 000, em 1991, e para 100 000, em 1992.

Estes são alguns exemplos — e não os multiplico por falta de tempo — que nos levam, no fundo, a esta questão: Sr. Ministro, como explica esta disfunção, este desfasamento entre as GOP e o Orçamento do Estado? Não se sente incomodado porque as suas GOP, que tão diligentemente descreve, não têm depois qualquer tradução orçamental nas verbas disponibilizadas pelo Sr. Ministro das Finanças?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interolar a Mesa..

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, o PS tinha inscrito, nessa importante matéria que agora se discute, o Sr. Deputado Jorge Lacão, mas, dado que o PS já esgotou o seu tempo e porque queríamos pedir esclarecimentos sobre esta matéria, solicitamos à Mesa que a sua intervenção transite para a sessão de amanhã como primeira inscrição do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa tomou nota do pedido.

Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, com certeza fez mal as contas em algumas das rubricas e, em meu entender, desagregou muito ...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Segui as GOP ...

O Orador: — ... a sua intervenção, e o Sr. Ministro da Educação, que está ao meu lado, está a dizer-me que não é correcto que haja decréscimo em muitas das áreas que referiu. Devo dizer-lhe que gostava muito mais de referir e de repetir aquilo que disse durante a minha intervenção.

Para responder à sua observação quanto à dissonância entre aquilo que dizemos e aquilo que fazemos, no sentido de dotar de expressão tangível a nossa acção, devo dizer-lhe que tal não é verdade, pois as coisas são feitas exactamente ao contrário: primeiro, diz-se quais são as áreas de aplicação e depois de dizermos muito claramente o modelo que temos para o desenvolvimento do País é que se diz «aí não se pode mexer» e o resto vem como medidas de acompanhamento.

Devo dizer-lhe também que, mesmo nas áreas em que pensamos que deve haver acompanhamento e para as quais não temos meios, temos vindo a negociar com a Comunidade recursos sucessivos e abertura de exceções para podermos ter algum reforço de financiamentos com vista a levar a cabo grande parte daquilo que diz. Portanto, ao invés daquilo que referiu, começámos por definir o modelo e, posteriormente, dotámos, tal como tive ocasião de referir, aquilo que fazemos.

Em todo o caso, tenho, naturalmente, muito gosto em retomar essa discussão em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano, cuja reunião se encontra marcada para a próxima segunda-feira.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Estão aqui, nas GOP, os objectivos concretos a que o Governo se propõe!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Crespo.

O Sr. Vítor Crespo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: «É na capacidade de modernizar e de inovar que se vai jogar o essencial da nossa integração europeia: ou somos capazes — agentes privados e públicos — de responder adequadamente aos novos dados de uma Europa em mutação, mas claramente apostada num reforço da sua unidade económica, ou então não conseguiremos desempenhar o papel que nos cabe neste movimento de integração, sendo relegados para uma posição de parceiro menor sem protagonismos económicos e políticos.» A afirmação que acabo de citar é um compromisso, e também um desafio, que faz parte do texto das Grandes Opções do Plano.

Modernizar, inovar e qualidade são os princípios directores da estratégia de desenvolvimento, todos eles decorrentes da capacidade e formação dos homens, todos eles dependentes de uma melhor educação e formação profissional e todos eles fonte do potencial científico e tecnológico do País.

Apostar na qualidade dos recursos humanos constitui uma espécie de reforço, nas palavras ou no contexto, dos diversos capítulos e políticas expressas nas GOP e traduzidas no Orçamento do Estado para 1992.

A educação é a prioridade do Governo, evidenciada no esforço financeiro posto ao seu dispor. Constatado o facto, devemos ir um pouco mais fundo e procurar caracterizar alguns dos traços desta estratégia e opção.

Importa olhar a dimensão educacional do desenvolvimento que nos é proposta, para ver se ela corresponde ao rumo certo para uma harmonização das nossas capacidades de inovação e se vai no sentido de aplinar choques e desfasamentos com os níveis de desenvolvimento dos países comunitários mais avançados.

Importa ainda verificar se os investimentos acrescem a rendibilidade dos sistemas educativo, de formação profissional e de investigação.

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo e da Lei sobre a Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, passámos a dispor dos instrumentos legais para melhorar, de forma harmónica, os nossos recursos humanos, tendo presente que a prioridade educação não é separável de um arrigado sentido de justiça social.

Para verificar-lo basta ler o que vem expresso nas Grandes Opções do Plano e na proposta de lei do

Orçamento do Estado. Retiro desta última, o seguinte raciocínio: «A melhoria do sistema educativo, objectivo básico da actuação do Ministério, traduz-se, em termos orçamentais, num maior esforço da construção, equipamento e apetrechamento de escolas de ensino básico e secundário, no combate ao insucesso escolar e no apoio ao ensino particular e cooperativo como complemento da rede oficial de ensino.»

Na verdade, constroem-se mais escolas dos ensinos básico e secundário com a preocupação de o fazer nas zonas mais desfavorecidas; gasta-se mais nos distritos do interior do que nos do litoral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E as escolas que se fazem possuem as características, qualidade e dimensão adequadas; criam-se as condições para o cumprimento generalizado da escolaridade obrigatória, sem pôr de lado a educação pré-escolar, o ensino especial e a educação recorrente.

Afirma ainda a proposta orçamental que «As despesas com a educação, a formação profissional e a saúde continuam a aumentar em termos reais [...] Neste esforço de desenvolvimento estão bem patentes preocupações com a justiça social ao fomentar as condições de igualdade de oportunidades.» Ora, isto é traduzido na despesa reforçada no domínio da Ação Social Escolar, no acréscimo sensível das acções de educação de adultos e na inscrição, no PIDDAC, de uma verba de investimento para a educação especial, assumindo destaque digno de realce o apetrechamento dos laboratórios das escolas secundárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As carências na formação profissional, após a escolaridade obrigatória, são um dos maiores estrangulamentos para um desenvolvimento de qualidade. Apesar de terem sido feitos enormes esforços nestes últimos anos, há um longo caminho a percorrer!

Por isso, o Governo propõe-se «criar um sistema de certificação profissional». Mas, para tanto, teremos de repensar uma articulação dos sistemas existente — acumulados ao longo dos anos — e fazer uma mais completa definição do modelo de formação profissional a adoptar.

A justiça social e a igualdade de oportunidades estão presentes quando se constata que são as universidades novas, situadas nas zonas mais periféricas, as beneficiadas com maiores investimentos.

Portugal tem uma taxa de escolarização no ensino superior insuficiente para as necessidades de uma economia e indústria desenvolvidas. Esta situação deve-se, em larga medida, ao facto de o ensino politécnico — de criação recente — ter uma frequência muito inferior à do ensino universitário, ao contrário do que é norma nos países industrializados.

Também aqui o Orçamento do Estado traduz uma política educativa correcta, sendo as dotações para o ensino politécnico cinco vezes superiores às das Universidades.

De facto, há no Orçamento do Estado e nas GOP uma postura de investimento e de apetrechamento do País para a inovação e o desenvolvimento, onde as políticas definidas se enquadram na lógica das recomendações do memorando apresentado em Novembro passado pela Comissão da Comunidade Europeia sobre o ensino superior.

Ao desenvolvermos a formação pessoal, a todos os níveis, estamos, simultaneamente, a fortalecer a nossa

capacidade de cooperação com os PALOP, entre outros, atendendo a que a cooperação nos campos da educação e da formação profissional é a única que conta e que perdura.

Srs. Deputados, seja-me permitido um desabafo: Maastricht não soube ser tão ousada como o Acto Único Europeu em matéria de coesão social nos aspectos do ensino, ciência, formação profissional e inovação tecnológica.

Apesar de não podermos ignorar que não há verdadeira mobilidade dos cidadãos se existirem desigualdades autênticas no seu grau de preparação, e recordo aqui o alerta do Parlamento Europeu chamando a atenção das autoridades para essa vertente fundamental na preparação dos cidadãos para a União Europeia.

Porém, este desabafo é atenuado pelo facto de já dispirmos, através dos fundos estruturais existentes, de mecanismos suficientes para cuidar da inovação e da qualidade.

Assim, o programa STRIDE é dotado para iniciar as suas actividades neste ano e continuá-lo no próximo — aliás, este programa foi concebido como complemento ao programa CIENCIA — e destina-se à participação em programas científicos e tecnológicos internacionais, a financiar a Agência Inovação e a reforçar a I&D.

Estamos perante uma paisagem da investigação universitária totalmente nova a partir dos anos 80 com a criação dos graus de pós-licenciatura, a introdução da autonomia universitária e um assinalável acréscimo das actividades de cooperação tecnológica com o mundo empresarial.

Por isso somos, naturalmente, conduzidos à necessidade de reestruturar os instrumentos de financiamento da inovação e investigação — as agências e os institutos de investigação científica —, o que terá de ser realizado sem nunca perder de vista que a inovação e a investigação aplicada só podem brotar de uma formação básica e de uma investigação fundamental bem alicerçadas, desenvolvidas e correctamente apoiadas. Neste sentido são bem mais necessárias cabeças bem formadas do que cabeças cheias!

O reforço da I&D, incluído nos programas comunitários referidos, juntamente com o programa COMETT — programa de cooperação entre as universidades e as empresas em matéria de formação no domínio das tecnologias —, conjugado com a autonomia universitária vão permitir um progresso substancial em dois aspectos importantes.

Na verdade, estes programas são, por um lado, uma parcela no autofinanciamento das universidades, tornam mais próxima a investigação fundamental da investigação tecnológica, abreviam o tempo, removem dificuldades na passagem da investigação universitária para o mundo empresarial e criam condições para a inovação tecnológica.

Os recursos humanos são a mola impulsora das políticas de desenvolvimento e de criação de capacidade própria para competir nas economias de mercado, mas são também o fundamento exigido para a mobilidade das pessoas, bens e serviços. Por isso, embora não especificamente referido, está bem subjacente a prioridade da presidência portuguesa ao «estabelecer as metodologias de avaliação e aplicar os programas comunitários de educação — ERASMUS e COMETT».

O programa ERASMUS é um programa para a mobilidade dos estudantes universitários, sendo importante tê-lo em conta para não permitir um empobrecimento de

quadros. E devo realçar que se trata de mobilidade, repito, num só sentido — o *brain-drain*.

Se tal viesse a acontecer seria bem mais difícil fixar os pólos de desenvolvimento regional. Estes só surgem se forem desseminadas as fontes de saber, de consultadoria conjugados com a existência de pessoal qualificado a todos os níveis.

Pelo que os investimentos de harmonização se tornam uma exigência e são a pedra angular do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, em particular nos aspectos que tocam ao potencial dos recursos humanos.

O que arrasta consigo no sector da formação pós-secundária uma atenção redobrada na eficiência, duração, estrutura dos cursos e a visão correcta dos encargos a suportar pelos educandos — o custo das propinas.

Toda esta problemática carece de ser pensada, tendo também como pano de fundo a mobilidade nas instituições académicas europeias.

Por quanto consta das GOP e do Orçamento do Estado para 1992 deve concluir-se que as estratégias e políticas referentes aos recursos humanos são as correctas e as necessárias.

O Sr. Rui Carp (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano, apresentados pelo Governo, merecem o apoio do Grupo Parlamentar do PSD, apoio esse que acabo de exprimir e explicitar nos capítulos que me foram destinados.

Ao finalizar não queria deixar de acrescentar uma observação: as propostas de lei são a visão correcta deste primeiro ano da legislatura e irão ser desenvolvidas ao longo de quatro anos, período esse que corresponde aquele em que se consolida uma nova Europa, mais coesa e mais forte económica e socialmente, em que se vão ratificar e aprofundar os avanços de Maastricht para a construção da União Europeia, e em que se apresentam grandes desafios para a Europa Comunitária, acrescidos pelo imenso rol de consequências resultantes do ruir dos sistemas comunistas e totalitários do Leste Europeu, que bem resolvidos, como espero, permitirão que em todo o continente se vivam os valores da liberdade, da democracia e o respeito pelos direitos humanos que estão na base da criação da própria CEE.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assim fazendo, e assim conseguindo, esfumar-se-ão as incertezas que hoje preocupam a juventude, filhas deste momento de transição de era e de construção da nova arquitectura europeia.

E o caminho que faz apagar as xenofobias, os nacionalismos aberrantes, os fundamentalismos que não conhecem limites, em grande parte frutos das interrogações que a todos se nos colocam, é o processo e o método que faz surgir o manancial de objectivos, de quadros de actuação e de valores mobilizantes nos quais os jovens possam depositar todo o seu entusiasmo e energia criadoras.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As Grandes Opções e o Orçamento do Estado para 1992, tanto como o matricial Q2, trazem à Assembleia da República a política económica do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro das Finanças, de sobreaviso com prática corrente de ministros de finanças descartáveis, desde logo desvendou a fonte primária do pensamento: Cavaco Silva.

Por isso, tivemos hoje aqui este paradoxo: o Sr. Ministro das Finanças foi dirigente do PSD, cabo eleitoral, e até para espanto da teoria da separação de poderes, falou em nome da bancada do PSD, prestou provas de facundia como se hoje tivesse aqui lugar uma qualquer PGA ministerial, mas às finanças disse de menos, o que para efecto útil é quase nada.

Mas apesar da extravagância e da falta de respeito pelo Parlamento, o Sr. Ministro prestou um bom serviço à oposição: gelou quem faz contas para viver!

Insistiu o Governo em designar o Orçamento como um «contrato de colaboração com os contribuintes». Graçola notável, talvez aqui neste frívolo eufemismo haja o dedo de Braga de Macedo, quando, de facto, o Orçamento do Estado para 1992 é uma severa nota de dívida a cobrar ao povo português, aumento de impostos e da carga fiscal, contenção salarial, castigo aos funcionários públicos, alta persistente das taxas de juro, inflação no limiar dos dois dígitos, maior desigualdade social na redistribuição do rendimento e até na harmonização fiscal dos impostos indirectos.

O presságio eleitoral de Cavaco Silva, em metamorfose esperada, deu um governo de mau agouro: é caso para dizer que viemos do 80 para o 8!

O estribilhado rigor do Orçamento, para além da inconsútil engenharia de tectos, tem um rodeio macroeconómico de vera incredibilidade na taxa de crescimento de produto, nas inexplicáveis previsões do comportamento de importações e exportações, no negligenciado impacte inflacionista da harmonização fiscal e nos empoladíssimos juros da dívida pública.

Este Orçamento é uma história mal contada em que as despesas com a função social não têm praticamente crescimento real e, provavelmente, passado o show-off da presidência da comunidade, o bem-amado princípio da não acomodação encarregar-se-á de mostrar a catadura final do deve e haver.

O Orçamento, descendente emérito do Q2, idolaura a convergência nominal com a Comunidade, mas não dá garantias acerca da convergência real, que começa a ser, possivelmente, um novo sebastianismo transferido. O programa QUANTUM 2 não é *quantum* básico para chegar ao nível de vida da média comunitária!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não basta brandir a Europa e falar de consenso nacional, porque não acompanha o Governo o programa de convergência com um programa de coesão social, prevendo a harmonização salarial, a harmonização da protecção social, a harmonização da oferta pública de serviços essenciais? O Governo prefere falar em «pacifícia e poupança». O Sr. Ministro das Finanças, que, penso estar em juízo e graça, desfere observações de estabelecer como «as aberrantes taxas zero do IVA» — e é de pão que se trata — ou «os trabalhadores não deveriam levar ganhos de produtividade», como disse em sede de Comissão, e é do trabalho que fala.

A convergência praticada com a Comunidade tem o rasto dos privilégios dos grupos económicos. Afinal, lá fora o Governo não quer a Europa a duas velocidades mas, para fins domésticos, põe os Portugueses a duas velocidades. Talvez por isso nem sequer descuidou o agravamento maior do imposto de veículos de baixa cilindrada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pela parte da UDP não se assina este contrato iconino.

Applausos do PCP e do Deputado independente João Corregered da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de lei do Orçamento do Estado para 1992 conseguiu um milagre, ou seja, conseguiu pôr todas as autarquias de acordo. Um consenso parece sempre positivo, só que, neste caso, é um consenso particular: estão todos contra! Dir-se-á que não é a primeira vez que acontece, mas estamos num ano de gravidade especial.

Há várias causas, mas há duas particularmente importantes: uma, a suspensão do método de cálculo do FEF, previsto na Lei das Finanças Locais, retirando às autarquias 55 milhões de contos; outra, o facto de a situação se tornar ainda mais grave com a pesada carga fiscal que vai ser transferida para as autarquias, tal como para o povo português.

Quanto às receitas disponíveis está em causa o próprio princípio da justa repartição das receitas entre o Estado e as autarquias locais que a Constituição consagra, a tal ponto que a parte que cabe ao poder local é profundamente alterada em benefício do poder central.

Nos anos anteriores o Governo desflacionou as receitas previstas de cobrança do IVA para prejudicar as autarquias; este ano, depois de agravar tanto a carga fiscal, tinha menos credibilidade do que nunca falsificar as previsões de cobrança do IVA. Por isso, «suspendeu» — para utilizar a terminologia do Governo —, pura e simplesmente, a aplicação da lei.

As Regiões Autónomas estavam para ser abrangidas, como consta do relatório da proposta de lei do Orçamento do Estado, mas acabaram por escapar porque o Governo lembrou-se, à última hora, que iam realizar-se eleições regionais. É este o sentido de estado de um governo que se assume como uma sucursal do PSD.

Congratulamo-nos por as Regiões Autónomas terem escapado a estes cortes abusivos, embora a razão não seja a mais recomendável, contudo, é necessário também respeitar os direitos das autarquias.

A carga fiscal que as autarquias suportarão tem de ser tida em conta a tal ponto será grave. No conjunto, cerca de 15 % do FEF será destinado a encargos das autarquias: 9 % para o IVA que será suportado pelos municípios; 2,5 % para a Caixa Geral de Aposentações, etc.

O aumento da taxa do IVA só para empreitadas de obras públicas leva mais que o aumento do FEF entre 1991 e 1992 em numerosos municípios. Vejamos alguns exemplos: em Lisboa, o aumento do FEF é de 500 000 contos e o encargo adicional resultante da taxa do IVA sobre as obras públicas, que o município pagará a mais, será de cerca de 1,7 milhões de contos; em Almada, o aumento do FEF será de 102 000 contos e o aumento do IVA de 604 000 contos; em Ferreira do Zêzere, de 40 000

c de 73 600 contos; em Oeiras, de 98 000 e de 250 000 contos; em Sines, de 22 000 e de cerca de 33 000 contos; em Vila Franca de Xira, de 80 000 e de 156 000 contos.

Ainda a título de exemplo, as isenções fiscais em matéria de contribuição autárquica, de que o município de Almada deveria ser indemnizado, segundo a lei — e de que não foi —, atingiram 450 000 contos só em 1991. A situação não vai mudar este ano.

Em toda esta matéria a Lei das Finanças Locais ou é suspensa ou é alterada através da própria Lei do Orçamento do Estado.

Poderá argumentar-se que, no plano jurídico, nada haveria a objectar, dado que não estamos perante uma lei de valor reforçado. Não é esta a opinião de Joaquim Gomes Canotilho, que considera que a Lei das Finanças Locais, na parte que quantifica os critérios de distribuição e os fixa em normas prévias, gerais e abstractas, se impõe como lei reforçada que a Lei do Orçamento tem de acatar. E passo a citar: «a desconformidade da última em relação à primeira implicará ilegalidade susceptível de ser controlada pelo Tribunal Constitucional». Do mesmo documento, elaborado para a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, passo a citar ainda: «É claro que a Assembleia da República pode alterar a Lei das Finanças Locais e a fórmula do FEF, mas, enquanto o não fizer, ela vincula a Lei do Orçamento. A Lei do Orçamento não é uma Lei das Finanças Locais.»

Para além desta questão, no plano político estamos perante uma lei que deveria reclamar especial participação e consenso e cuja finalidade lógica é a aplicação e não a alteração na Lei do Orçamento do Estado. Menos ainda quando o resultado é, nas palavras de um parecer pedido também pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses a Marcelo Rebelo de Sousa, prosseguir «os fins da lei de modo intoleravelmente injusto, ao deixar para o Estado o benefício excedentário do IVA, distorcendo em seu favor relativo uma certa balança de recursos públicos existentes entre esse Estado e as autarquias locais». Esta afirmação, entre outras, leva este constitucionalista a concluir pela inconstitucionalidade da proposta de lei do Orçamento do Estado, neste ponto.

Quanto aos critérios de distribuição, concordaríamos com tudo o que significasse coerência e desenvolvimento interior. Mas estamos perante objectivos pré-fabricados, para cuja obtenção os critérios foram construídos sem consenso, sem ponderação e muito menos com participação atempada desta Assembleia.

A título de exemplo, dos 56 municípios que registam aumentos do FEF superiores a 20 %, 27 são de maioria PSD. Isto é, estão neste escalão 30 % dos municípios PSD, enquanto só estão 18 % dos de maioria CDU e 14,6 % dos de maioria PS. Em compensação, dos 67 municípios com acréscimo inferior a 10 %, apenas são de maioria PSD 14, ou seja, 15,7 %, enquanto estão neste escalão 32,7 % dos municípios de maioria PS e 34 % dos de maioria CDU.

Refira-se ainda a exiguidade das verbas para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e para as sedes de novas freguesias.

Em resumo, estamos num ano muito especial: as autarquias são particularmente sobrecarregadas de impostos e de outros encargos, como se não tivessem especiais necessidades e compromissos com as populações.

No próximo sábado vai realizar-se um encontro nacional de autarquias, para debater estas importantes questões. Estamos de acordo com as preocupações da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da ANAFRE e do

conjunto dos municípios portugueses. Apresentaremos propostas de alteração, de acordo com o consenso do poder local, ao contrário do Governo, que prefere o consenso contra ele; caber-lhe-á, pois, as respectivas responsabilidades.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vamos, como referi, apresentar um conjunto de propostas nesta matéria.

Temos presente que há múltiplas políticas das autarquias locais que serão profundamente afectadas com estes cortes, refiro-me, em particular, à política do ambiente e, quando o faço, refiro-me ao saneamento básico e à poluição dos rios, ao facto de, por exemplo, as populações do litoral e do Grande Porto não terem acesso à recolha domiciliária dos esgotos senão um terço das mesmas e, por sua vez, a população com tratamento não atingir os 10 %!

É caso para perguntar se o litoral está, assim, tão privilegiado com números deste tipo.

Quanto ao orçamento do ambiente, apesar das dificuldades de leitura que resultam do objectivo a que o Governo chamou a vantagem de uma gestão flexível, avulta a falta de clareza de uma estratégia claramente assumida, o peso das despesas de funcionamento e a exiguidade relativa das verbas para investimento e para apoio às associações de ambiente.

Tendo em conta a Constituição, a Lei das Finanças Locais, as posições das autarquias e as necessidades das populações apresentaremos, também nestas áreas, propostas de alteração à proposta de lei n.º 14/VI — Orçamento do Estado para 1992.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É muito fácil a crítica irresponsável e infundada feita, nesta Câmara, pelos partidos da oposição. O que o Sr. Deputado Luís Sá acaba de fazer é exactamente esse exercício.

Julgo que todos nós, Deputados, tínhamos a ganhar muito mais — e a própria Câmara — se fossemos capazes de defender e, naturalmente, de criticar quer as propostas quer os projectos aqui apreciados de uma forma mais objectiva, mais responsável e, diria ainda, mais fundamentada. Infelizmente a oposição não está disposta a acompanhar-nos nesse sentido.

O PSD, sobre o Orçamento do Estado para 1992 — no que diz respeito às verbas contempladas no mesmo para as autarquias locais, designadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro —, tem a dizer o seguinte: é sabido que o Governo tomou posse em Novembro passado, logo a primeira tarefa era elaborar e apresentar a esta Câmara, como está a fazer agora, o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano.

A matéria — também contemplada no Programa do Governo — relativa à revisão global da Lei das Finanças Locais terá de ser tratada oportunamente, porém, isso levará o seu tempo, pois é uma matéria complexa. O Governo, e a maioria que o apoia, deseja, naturalmente, fazer essa revisão, mas com amplo consenso desta Câmara, se possível até com unanimidade, como já aconteceu em relação às anteriores leis das finanças locais, designadamente com a que está hoje em vigor. Por isso, este processo leva o seu tempo.

Assim sendo, o Governo entendeu ser útil aproveitar o Orçamento do Estado para 1992 para procurar desde já apresentar a alteração dos critérios de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, tendo como único objectivo fazer uma melhor redistribuição do FEF por todos os municípios, procurando contemplar aqueles que têm menos recursos endógenos e financeiros.

Os novos critérios de distribuição do FEF têm o acordo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que acompanhou o Governo nesta matéria, dando o seu concurso. Não há, pois, nada a criticar.

Penso, pois, que devemos sublinhar esse aspecto positivo dos novos critérios contemplados no Orçamento do Estado para 1992 para a distribuição do FEF.

Outro aspecto — que tem sido motivo da crítica principal da oposição — prende-se com o facto de se interromper este ano, a título excepcional, a indexação do FEF ao aumento previsível do IVA. Porém, já foi dito que isso tem a ver com o OE/92 que é o Orçamento do Mercado Único e com a harmonização fiscal comunitária nela contemplada, estando, portanto, mais do que justificada até porque se trata de uma interrupção única e exclusivamente aplicável no corrente ano.

Assim, no próximo ano e, designadamente, a futura nova lei das finanças locais contemplará, com certeza, essa fórmula, ou outra ainda melhor, para se poder corresponder, realmente, aos anseios e aspirações das comunidades locais, dos municípios e das freguesias portuguesas. Nestes termos, não há razão para estarmos contra esta alteração, penso que não faz sentido e está longe daquilo que se tem dito, de que este facto é um atentado à autonomia do poder local.

Pensamos também ser importante, para podermos ter um análise mais objectiva do montante global que o Orçamento do Estado contempla este ano em matéria de FEF, que como sabem é de 178,8 milhões de contos, dizer que há um aumento de 13,5 %, face à inflação previsível, que é de 8 %, diria mesmo que há um aumento real de 5,5 %.

Penso, pois, que o Governo faz um aumento real do FEF e não uma diminuição, como têm referido muitas vezes os Srs. Deputados da oposição, em particular o Sr. Deputado Luís Sá, do PCP.

Gostaria de recordar o que se passou em relação aos governos liderados pelo Partido Socialista, e, para isso, basta apenas referir o último governo, não sendo necessário referir os de 1976-1977. Vamos apenas referir o último.

Em 1983, o FEF foi de 46,5 milhões de contos, o crescimento, em relação ao ano de 1982, foi 15,4 %, a inflação de 25,5 %, o que quer dizer que houve um decréscimo real de 10 %. Relativamente a 1984, o FEF foi de 51,5 milhões de contos, o crescimento em relação a 1983 foi de 10,8 % e a inflação foi de 29,3 %, o que significa ter havido um decréscimo real de 19 %. E a partir de 1985, quando o governo social-democrata assumiu funções, quando o PSD assumiu funções governativas sozinho, o FEF tem aumentado sempre todos os anos, à excepção de um único.

O FEF, em 1985, foi de 65 milhões de contos e, em 1986, de 78,3 milhões de contos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Orador: — O crescimento foi de 20,5 % e a inflação desse ano de 11,7 %, o que se traduziu num aumento real de cerca de 8 %. E neste ano de 1992, como sabem, o aumento do FEF é de 13,5 %.

Portanto, desde que o PSD assumiu funções governativas o FEF subiu sempre, diria mesmo que durante

estes anos, desde 1985 até 1992, subiu 175 %, o que é realmente ímpar no nosso país, no regime democrático, razão por que não se pode dizer que o governo do PSD, que apoiamos, atente contra o poder local. Isso está longe da verdade, pois houve apenas um ano, e temos de o reconhecer com humildade, que foi 1988, onde realmente o aumento do FEF foi de 1,9 % e a inflação de 9,6 %. Aqui, sim, houve um decréscimo real, mas foi o único ano em que isso aconteceu durante os governos social-democratas.

Durante os últimos anos, principalmente nos últimos, o FEF tem crescido sempre e permanentemente. Por outro lado, temos de dizer e verificar que no Orçamento do Estado está também previsto um conjunto de outras verbas que queremos transferir para as autarquias locais, acompanhada de novas atribuições e competências, e, como tal, não há qualquer atentado às autarquias locais ou ao poder local.

São estes factos que também têm de ser analisados para termos uma visão de conjunto e, portanto, não faz sentido estar a esgrimir, como o têm feito os Deputados da oposição, contra o Governo nesta matéria de apoio às autarquias locais. O PSD sempre esteve e estará a favor do reforço da autonomia local, do prestígio dos municípios, ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Desde que não custe dinheiro!

O Orador: — ... e das freguesias, procurando dar-lhes os meios indispensáveis para que possam exercer com eficácia as suas competências e corresponder aos anseios das populações locais, contribuindo deste modo para o desenvolvimento nacional.

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Chega!... Não perguntou nada, apenas aproveitou para fazer uma intervenção!

Risos do PS, do PCP e do Deputado independente João Corregeredor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Muito obrigado, Sr. Deputado Manuel Moreira, pela questão que colocou, que não foi na realidade uma questão, mas uma longa intervenção, sobrando em tempo o que faltou em razão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E creio que quem o diz não sou eu, mas os municípios portugueses. É o poder local comigo.

Quanto às questões que referiu, passo adiante as observações de extremo mau gosto, como as de que «a crítica nesta Câmara é infundada e irresponsável», porque creio, Sr. Deputado, que, quanto mais não seja pelo facto de estar num órgão de soberania representativo da República, V. Ex.^a deveria ter mais respeito por quem está nesta Casa a representar o povo português, tanto como o Sr. Deputado.

Aplausos do PCP.

O Orador: — Quanto à questão da revisão da Lei das Finanças Locais, o Sr. Deputado disse, e bem, que a unanimidade leva o seu tempo e lembrou o processo de

elaboração da Lei das Finanças Locais em 1987. O que está errado no procedimento do Governo é exactamente não ter repetido na revisão desta lei o procedimento de 1987. Isto é, fazê-la nesta Casa, com a participação de todos os grupos parlamentares aqui representados e da Associação Nacional de Municípios, em vez de o fazer desta forma, em que conseguiu, efectivamente, pôr-se contra a esmagadora maioria dos municípios portugueses.

Quanto ao facto de a Associação Nacional de Municípios estar de acordo, quero fazer-lhe as seguintes observações: a Associação Nacional de Municípios está de acordo com o objectivo geral de promover o desenvolvimento do interior do País, tal como nós estamos, mas também acrescenta que os municípios do litoral, em particular, não devem ser prejudicados por esse facto e que, designadamente, não deve haver decréscimo de receitas em termos reais.

Da mesma forma que a Associação Nacional de Municípios reivindica que, por exemplo, os 450 000 contos que o Governo deve à Câmara de Almada, em 1991, sejam efectivamente devolvidos. E tinha também o pressuposto de que o Governo, designadamente através da duplicação da taxa do IVA, não ia impor uma carga fiscal brutal sobre os municípios portugueses, designadamente quanto à questão da taxa sobre obras públicas.

Quanto à questão da evolução do FEF em 1983, 1984 e 1985, de que o Sr. Deputado falou, devo dizer que já o ouvi várias vezes e ao seu partido referirem estes números, mas quero lembrar-lhe que se estes números foram aprovados foi devido ao voto do PSD nesta Casa, que apoiava o Governo, que fazia parte do mesmo e que, em relação a todas estas matérias, não se demarcou dele, bem ao contrário, apoiou inteiramente estas medidas.

Quanto a mais competências para o poder local, quero dizer, Sr. Deputado, que defendemos mais atribuições e competências, mas aquilo que o Governo tem feito em relação a escolas C+S e se prepara para fazer neste Orçamento em relação a muitas outras matérias não é transferir mais competências, mas fazer com que as autarquias sejam obrigadas a pagar uma parte daquilo que é a responsabilidade do Governo, ainda por cima sem terem contrapartidas financeiras para o efeito.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, da ordem do dia constam ainda votações várias. Por consenso dos grupos parlamentares, estas votações foram adiadas para quinta-feira e realizar-se-ão no seguimento da votação das duas propostas de lei que estamos aqui a discutir.

Amanhã os nossos trabalhos começarão às 10 horas para continuarmos o debate na generalidade destas duas propostas de lei.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 5 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Arlindo da Silva Moreira.
Carlos Oliveira da Silva.
Eduardo Pereira da Silva.
Guilherme Rodrigues Silva.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.

Joaquim Eduardo Gomes.
José Alberto Puig Costa.
José Ângelo Corrcia.
José António Pexoto Lima.
José Mário Gaspar.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Maria Moreira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Mário Belo Maciel.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Chancerelle de Machete.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.

Partido Socialista (PS):

Alberto de Oliveira e Silva.
António Alves Martinho.
António Crisóstomo Teixeira.
António da Silva Braga.
António José Martins Seguro.
António Oliveira Gutierrez.
António Ribeiro Campos.
António Ribeiro da Silva.
Artur Pereira dos Penedos.
Carlos Lage.
Carlos Manuel Costa Candal.
Eurico José de Figueiredo.
Fernando Pereira de Sousa.
Joaquim Fialho Anastácio.
José Apolinário Portada.
José Eduardo Cruz Jardim.
José Manuel Lello Almeida.
José Rebelo dos Reis Lamego.
José Sócrates de Sousa.
Manuel Alegre Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Maria Santa Clara Gomes.
Mário Manuel Videira Lopes.
Raul Fernando Costa Brito.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Lopes.
Maria de Lurdes Hespanhol.
Maria Odete dos Santos.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Maria Pereira.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.

Partido Socialista (PS):

António Domingues Azevedo.
Gustavo Rodrigues Pimenta.
Júlio Miranda Calha.
Laurentino José Castro Dias.
Luís Filipe Madeira.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 336\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex